



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA

**SOB A ESPADA DE DÂMOCLES: A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL DA PM-
CE E AS METAMORFOSES DO TRABALHO**

FORTALEZA

2023

ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA

**SOB A ESPADA DE DÂMOCLES: A CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL DA PM-
CE E AS METAMORFOSES DO TRABALHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L711s Lima, Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima.
Sob a espada de Dâmocles: : A construção do profissional da PM-CE e as metamorfoses do trabalho /
Ítalo Emanuel Pinheiro de Lima Lima. – 2023.
159 f.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.
1. Polícia Militar. 2. Metamorfoses . 3. Profissão. I. Título.

CDD 150

ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA

SOB A ESPADA DE DÂMOCLES: A CONSTRUÇÃO PROFISSIONAL DO PRAÇA DA
POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E AS METAMORFOSES DO TRABALHO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do Ceará,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Psicologia. Área de concentração:
Processos Psicossociais e Vulnerabilidades
sociais.

Aprovado em: 23 /05 /2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Celina Amália Ramalho Galvão Lima

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Fábio Silva Paiva

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francis Albert Cotta Formiga

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tantos caminhos carregados de encontros por estradas incertas.

Ao meu pai – *in memoriam*. Cheguei aqui e sei que o senhor está assistindo.

À minha mãe, porto seguro, de tantos orgulhos dos quais tento ser um.

À Dinha, por tanto carinho distribuído.

À minha esposa, Lorena – “nós fomos feitos um pro outro” –, por isso é que eu estou aqui! E estarei sempre que olhar para o lado.

À Maria Laura, filha, maior empreendimento que me dispus na vida, um amor que faz girar o mundo.

À Úrsula, minha irmã. O mundo só pede da gente coragem, e a gente sabe o valor que isso tem.

Ao Cássio, um mestre irretocável. Obrigado por tanto tempo dividindo espaços.

Aos membros da Banca, dividir esse momento com vocês é um prazer e um grande aprendizado.

Ao Olívio Jr., cunhado, amigo, nossas conversas sempre impulsionaram muita coisa, obrigado pela ajuda. Sempre.

Ao Artur Benício, cunhado, inquieto e provocador, tem de você também aqui.

Ao Victor Aderaldo, parceiro de muitas horas solitárias de escrita. Dividindo se vai mais longe.

Aos amigos de Juazeiro, Ygor, Joel, Nadya e Rita. Dividir agruras e risadas sempre ajudou.

Aos trabalhadores da Polícia Militar do estado do Ceará, minha eterna gratidão por dividirem suas histórias, prazeres e dissabores, dando vida a este trabalho.

Ao NUTRA-UFC e aos nutranianos de diversas gerações, lugar de encontro, debate e crescimento, casa que quero sempre ocupar.

Aos meus alunos. Eu cheguei e espero vocês aqui.

A todos que passaram pela minha vida, deixando em mim um pouco de vocês, Obrigado!!!!

“Combati o bom combate, completei a carreira, guardei a fé”

2º Timóteo 4:7

“Foi bom te ver de novo aqui
A gente tinha mesmo
Tanta razão pra seguir
Fora o som dessa guitarra
A voz sempre rouca
E o coração na mão ...

Tanta certeza no olhar
Tamanha pressa de chegar
A nenhum lugar
Só pra ter a sensação
De que a vida passa assim como um tufão”.

Um pro Outro - Lulu Santos

RESUMO

As décadas iniciais do século XXI confirmaram todo um movimento de reestruturação da sociedade. As mudanças ocorridas no Estado, no trabalho e nos sujeitos que vivenciam esses processos evidenciam fenômenos de interesse da Psicologia Social do Trabalho. A pluralidade de trabalhadores dentro da complexa classe-que-vive-do-trabalho nos faz perceber movimentos que se entrelaçam em suas dimensões individuais e coletivas. Um grupo de trabalhadores dentro deste contexto. O trabalho policial vem sendo discutido por diversos campos de saberes nos últimos anos, quer seja por questões acerca da escalada da violência, pelas formas como ela vem respondendo às demandas decorrentes disso ou pela representatividade do seu trabalho na sociedade. De campos como a educação, história e sociologia até chegarmos à Psicologia, este coletivo de trabalhadores, particularmente para nós, os membros da polícia militar, expressam fenômenos ainda pouco investigados, e um deles parece transversalizar todo este contexto delineado aqui: a profissionalização. Tal condição, tão exigida dos trabalhadores, parece-nos um campo fértil de produção de sentidos e significados, envolvidos na construção da subjetividade dos trabalhadores. Desta forma, compreender como, em meio às metamorfoses do trabalho, o trabalhador se constitui, produz seu cotidiano, transformando a realidade e sendo por ela transformado, vivenciando esta condição de profissional, torna-se uma temática relevante do ponto de vista social, acadêmico e, como trabalhador e pesquisador, pessoal. A presente tese partiu da indagação inicial de como policiais militares do estado do Ceará experienciam as diversas metamorfoses do/no trabalho a partir do processo de profissionalização da atividade policial nos últimos anos. Para a consecução deste objetivo, imprimimos o contato inicial com profissionais da área, todos com mais de 10 anos compondo a força de segurança do estado do Ceará. A seleção usou indicações iniciais nos moldes da estratégia “bola de neve”, solicitando indicações de futuros informantes. Os dados foram coletados diretamente com os informantes no modelo de entrevistas individuais, nos moldes de trajetórias laborais, presenciais ou mediadas por videochamada, gravadas e transcritas, e as informações colhidas submetidas à análise a partir de um viés qualitativo amparado na Análise Sociológica do Discurso (ASD). Cada trajetória foi trabalhada em sua singularidade, ressaltando pontos nos quais o participante enfatizava recortes relevantes para seu processo de profissionalização, em que temas como precarização do trabalho, excessivo desgaste, desvalorização do trabalho, intensificação do trabalho e ausência de cuidado ficaram explícitos. Foi identificado também nos discursos um conteúdo transversal, que vinculava a experiência individual ao contexto político do coletivo de trabalhadores. Profissionalizar-se aparece não

apenas como um processo de qualificação ou de treinamento, mas como um processo de modelagem do ofício e do gênero. É aqui que ser profissional se vincula a uma condição de expressão da saúde, uma estratégia de se ver vivo dentro da atividade. Mais que responder nossa indagação inicial, a presente tese abre lacunas, possibilidades de percursos futuros e todos eles obrigatoriamente implicam a presença e participação dos trabalhadores.

Palavras-chave: profissão; polícia militar; trabalho; metamorfoses.

ABSTRACT

The initial decades of the 21st century confirmed a significant movement towards the restructuring of society. The changes occurred in the State, at work and in the subjects who experience these processes show phenomena of interest to the Social Psychology of Work. The plurality of workers within the complex class-that-lives-from-work makes us perceive movements that intertwine in their individual and collective dimensions. A group of workers within this context. Police work has been discussed by different fields of knowledge in recent years, whether for questions about the increase in violence, whether for the ways in which it has been responding to the demands resulting from this situation or for the representativeness of its work in society. From fields such as education, history and sociology to Psychology, this collective of workers, particularly for us, the members of the military police, express phenomena that have yet to be investigated, and one of them seems to transversalize the entire context outlined here: professionalization. Such condition, so required towards workers, seems to be a fertile field for the production of senses and meanings involved in the construction of workers' subjectivity. Thus, understanding how, amid the metamorphoses of work, the worker constitutes himself, produces his daily life, transforming reality and being transformed by it, experiencing the professional condition, becomes a relevant theme from a social, academic point of view, and, as a worker and researcher, from a personal point of view. This thesis started from the initial question of how military police officers in the state of Ceará experience the various metamorphoses of/at work from the process of professionalization of police activity in recent years. To achieve this objective, we made initial contact with professionals in the area, all of them with more than 10 years of experience in the security force from Ceará state. The selection used initial indications by the "snowball" strategy, soliciting indications from future informants. Data were collected directly from informants in the model of individual interviews, of work trajectories, in person or mediated by video call, recorded and transcribed, and the collected information were submitted to analysis from a qualitative bias supported by Sociological Discourse Analysis (SDA). Each trajectory was worked on in its uniqueness, highlighting points in which the participant emphasized relevant clippings for their professionalization process, in which themes such as precarious work, excessive strain, devaluation of work, work intensification and lack of care were explicit. A transversal content was also identified in the speeches, which linked the individual experience to the political context of the collective of workers. Professionalizing appears not only as a qualification or training process, but as a process of modeling craft and gender. It is at this moment that being

a professional is linked to a condition of expressing health, a strategy to see oneself alive within the activity. More than answering our initial question, this thesis opens gaps, possibilities for future paths and all of them necessarily imply the presence and participation of workers.

Keywords: profession; military police; work; metamorphoses.

SUMÁRIO

1 INQUIETAÇÕES E ENCRUZILHADAS INTRODUTÓRIAS	10
2 ATIVIDADE: POLICIAR NO BRASIL	14
2.1 A PM cearense – Dos coronéis a uma reaproximação com as comunidades	31
3 TRANSFORMAÇÕES EM UM MUNDO DE TRABALHO.....	37
3.1 O Estado no cenário e como palco de metamorfoses.....	46
3.2 O trabalho profissional e as inquietações para as ciências humanas.....	55
3.3 Psicologia Social do Trabalho e profissão, um debate em meio a metamorfoses	67
4 PERCURSO METODOLÓGICO – DESCREVENDO CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO.....	75
4.1 Chegando ao campo – conhecendo um cenário carregado de estereotípias.....	77
4.2 Espaços de fala e de reflexão – a abertura para expressão de si.....	83
5 HISTÓRIAS DE SI E COM OS OUTROS	86
5.1 Gênero, estilo e outras relações ainda possíveis.....	136
6 REFLEXÕES E APONTAMENTOS FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	145

1 INQUIETAÇÕES E ENCRUZILHADAS INTRODUTÓRIAS

Na Antiguidade, a parábola do Romano Cícero, explorando a lição do Rei Dionísio II de Siracusa sobre o desejo de poder do cortesão Dâmocles, explicita a ambivalência de ocupar o lugar de rei e do poder relacionado a esta posição. Se, sentado naquela mesa, Dâmocles experienciou, de maneira intensa, o peso e a responsabilidade associados ao tênue limite da vida garantido pelo fio de cabelo que sustentava a afiada espada sobre sua cabeça, contrapondo o prazer de fazer uso do seu poder no cotidiano, usamos a mesma parábola para iniciar nosso percurso investigativo acerca da compreensão do processo de profissionalização em policiais militares do estado do Ceará.

Em meio a mudanças ocorridas nas últimas décadas na operacionalização das forças de segurança do estado e, em particular, no trabalho militarizado e ostensivo da polícia, observamos os discursos de caráter neoliberal de isenção do Estado, gerencialismo, responsabilização e implicação individual ganharem reverberação dentro da própria estrutura administrativa do Estado. Sob o manto de uma proposta eficiente, alinhada com demandas da sociedade, a polícia militar buscou o que se chamou de modelo mais profissional de atuação. Investindo alto em aparato tecnológico e aumento do contingente, observamos tentativas de encontrar um modelo que enfrente a escalada da violência em nosso cotidiano.

O poder exercido por essa atividade, o ideal de aventura, heroísmo e de reconhecimento atraem muitos a ocupar tal lugar, mesmo que, frequentemente, o lugar contraste com o estigma da violência, do abuso e até da corrupção. O imaginário popular, a identidade constituída em nossa cultura e os eventos históricos contemporâneos levam a uma tensão constante entre aquilo que o policial deve fazer e aquilo que se espera dele no universo do seu trabalho, a nosso ver, materializando no cotidiano os prazeres e agruras de Dâmocles sob a espada.

Partindo daí, explicitar em linhas gerais o contexto e as inquietações de uma proposta de pesquisa remete a um conjunto significativo de entrecruzamentos, grande parte das vezes nem tão claros até para o pesquisador que propõe esta tarefa. Inquietações pessoais, relevância científica e contribuições para a sociedade parecem ser o *script* usual de justificativa para empreender este tipo de empreitada que, pedagogicamente, pode fazer sentido, mas que escapa à quantidade de influentes neste processo. Tentaremos, aqui, tratar dessas inquietações, dos caminhos trilhados e das encruzilhadas em que nos encontramos para situar nossa proposta de trabalho.

Durante a graduação em Psicologia, o contato com os estudos do Mundo do Trabalho, dentro do Núcleo de Psicologia do Trabalho da Universidade Federal do Ceará (NUTRA), assim como a problematização dos fenômenos contemporâneos no mundo do trabalho a partir da Psicologia Social do Trabalho (PST), inclinaram-nos a empreender uma investigação inicial, no mestrado em Psicologia, dentro do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da referida universidade. À época, as recorrentes falas de trabalhadores da saúde de nível técnico nos levaram a investigar se as novas modalidades de trabalho afetavam de alguma forma a construção do ideal de cidadania dos trabalhadores, visto que havia uma segmentação de poder dado o tipo de vinculação mais ou menos estável experienciado no cotidiano de trabalho deste coletivo de trabalhadores. Dentro das diversas falas, outra questão delineava nossa atual inquietação. Se estar trabalhando ainda remetia a uma forte ligação com a representação de cidadania destes sujeitos, os conteúdos trazidos referenciavam frequentemente uma outra questão: ser profissional. Ter trabalho era ser um cidadão, isso estava também atravessado diretamente por ser profissional. Talvez esta questão estivesse efervescida pelo programa de formação que estes trabalhadores estavam passando, o PROFAE – Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem, mas o discurso da profissionalização voltou a surgir de forma muito intensa em outros dois momentos de expressão dos trabalhadores, já não mais os de enfermagem, mas agora na segurança pública, mais precisamente nas fileiras da Polícia Militar do Estado do Ceará (PMCe).

Em meados de 2009, o governo do estado preparava a formação das primeiras turmas de praças da PM voltadas para integrar as fileiras do programa de policiamento comunitário intitulado Ronda do Quarteirão, uma tentativa de modernizar e profissionalizar a PMCe, além de dar uma resposta para a escalada vertiginosa de crimes violentos no estado. Projetado para dar força à gestão do então governador Cid Gomes, o programa Ronda do Quarteirão (RONDA) fora planejado para promover uma aproximação entre a PMCe e as comunidades onde os efetivos estariam operando, criando o chamado policiamento comunitário. A modernização estrutural e o aumento do número de policiais marcaram uma nova representação da PM para a população – jovem, equipada em veículos imponentes e robustos, trazia uma nova imagem de polícia ao mesmo tempo que se tornava mais tratativa para quem tentava o ingresso em seu contingente.

Foi atuando junto ao corpo docente do curso de formação de praças que tivemos a possibilidade de um contato com esses futuros trabalhadores. Em sua grande maioria jovens, do sexo masculino, sem experiência no mercado de trabalho ou graduados que não haviam estabelecido carreira na sua área de formação e buscavam na aprovação dentro do curso uma

chance de trilhar um percurso no mundo do trabalho. Afirmavam ser aquela uma chance de se profissionalizarem. Chamava atenção, ainda, que alguns tomavam aquele momento como uma passagem, um degrau para chegarem em outras ocupações, muitas delas fora da estrutura da PMCe, discurso mais frequente naqueles que tinham nível superior e vislumbravam outros horizontes de trabalho, mas também naqueles que vislumbravam uma carreira na área de segurança pública.

O contato com vários desses futuros policiais permaneceu, alguns chegando a reencontrar já como policiais militares no curso de graduação em Psicologia. É nesse reencontro que novamente o discurso do profissional reaparece e aponta para inquietações mais diretas ao nosso problema de pesquisa.

Na passagem do ano de 2011 para 2012, policiais militares organizam um movimento coletivo para paralisar a polícia militar do estado em nome de reivindicações trabalhistas deste grupo de trabalhadores. Greve para os policiais, Motim para a cúpula administrativa, mas, acima disso, uma insatisfação ficava clara dentro da corporação. Observemos que este movimento se repetiu em diversos estados, assumindo estratégias diversificadas, mas permeado por um discurso de valorização/reconhecimento profissional e que recorrentemente foi apropriado para ascensão.

Toda esta questão era atravessada por inúmeros sentidos e significados, transitando entre as imagens de heróis e vilões, de profissionais e de abnegados servidores que se doam na defesa da sociedade, lugares que muitas vezes se tornam conflitantes.

Ao ouvirmos a recorrência das inquietações destes trabalhadores e atentarmos às mudanças impressas na segurança pública do estado do Ceará nos últimos anos, uma pergunta emergiu: Como policiais militares do estado do Ceará experienciam as diversas metamorfoses do/no trabalho a partir do processo de profissionalização da atividade policial nos últimos anos? Analisar esta construção, ouvindo quem cotidianamente vivencia as contradições dentro dela, permitiria uma compreensão mais fidedigna de como os policiais militares desenvolvem seu trabalho e, com isso, acessar uma compreensão de como se constituem individual e coletivamente, além de permitir identificar consequências da profissionalização em outras instâncias de suas vidas.

Organizamos nossas reflexões com um resgate da constituição da Polícia Militar¹ no Brasil e no Ceará para que pudéssemos compreender aspectos políticos, sociais e culturais desta atividade laboral e, assim, nos aproximarmos da realidade destes trabalhadores.

Nossas digressões se direcionam para um olhar sobre o conjunto de metamorfoses no Mundo do Trabalho com o objetivo de compreendermos como a profissionalização se constitui como demanda em um mercado de trabalho de intensas rupturas e filiações, buscando sempre aproximar esta discussão das reflexões trazidas pela Psicologia Social do Trabalho, ressaltando o caráter crítico desta proposta teórico-metodológica.

Assim, esboçamos as encruzilhadas em que nos encontramos com a construção de um percurso metodológico que se delineou a partir do contato direto com a trajetória laboral de trabalhadores policiais militares, onde dimensões singulares e coletivas se entrelaçam e encruzilhadas expressam as peculiaridades e possibilidades de um campo carregado de barreiras, ainda cheio de sombras para as investigações acadêmicas.

Tratar do Mundo do Trabalho e dos trabalhadores é, acima de tudo, para nós, um caminho para a transformação da realidade pelo protagonismo desses atores, abrindo lugares de expressão que parecem estar tão rarefeitos em meio às cobranças constantes dos discursos individualizantes e gerencialistas das forças do mercado.

Ressaltamos aqui que, dentro desse percurso investigativo, a atividade de trabalho policial foi atravessada por diversas categorias, potencializadas pela experiência daqueles que compartilharam conosco seu percurso de profissionalização. Categorias como violência, gênero e educação aparecem como elementos vivos do processo de cada um. Entretanto, nosso intento não foi aprofundar sua análise, mas compreender como estas orbitavam suas atividades de trabalho, como acabavam delineando sentidos e significados para o processo de transformação deles e do trabalho vivido por eles.

¹ Compreendendo que o tempo não se manifesta historicamente de maneira uniforme, adotaremos uma perspectiva de longa duração histórica nos moldes propostos por Fernand Braudel, procurando identificar estruturas manifestas em permanências.

2 ATIVIDADE: POLICIAR NO BRASIL

Ao delinear uma análise da atividade laboral do policial militar no Brasil, não podemos proceder a uma inferência unidimensional. Observamos, assim, a necessária compreensão do fenômeno em uma relação intrincada entre a formação do próprio Estado brasileiro, a constituição dos estratos populacionais, a estruturação das instituições e as diversas formas com que os sujeitos lidam com o cotidiano que os circunda e que por eles é produzido. Buscando uma leitura pluridimensional, sem vilanizar ou heroicizar personagens, mas objetivando uma perspectiva de análise crítica.

Como nos sugere Pinheiro (2014), a criação de forças policiais traria em seu ideal a defesa da ordem e o controle de possíveis distúrbios que possam macular interesses dominantes, além de uma imagem de desenvolvimento e progresso moderna. Desta forma, a atividade policial estaria ligada a demandas que partiriam do Estado ou de segmentos sociais de grande exercício do poder dentro da estrutura social como máquina administrativa e reguladora da vida pública.

Proceder um resgate da atividade policial em nosso contexto histórico e cultural é uma tarefa de grande dimensão e minúcia, visto que há um entrelaçamento de múltiplos atores e dimensões da vida cotidiana para que se chegue ao modelo que temos hoje e que ainda não representa uma imagem consensual, principalmente no que concerne ao modelo ostensivo de policiamento, o militar, como nos aponta Batitucci (2011).

Optamos, então, por dar foco em um resgate que inicialmente aponta para a configuração da atividade policial em nosso país em um espectro amplo até que consigamos esquadrihar um modelo de polícia militar e, particularmente, aquele que atualmente se apresenta em nosso estado. Buscaremos, neste resgate, também configurar as diversas conformações do Estado e sua relação com a atividade policial, reconhecendo o que Engels (1984) afirma quando associa o surgimento das forças de segurança ao desenvolvimento do Estado moderno às contradições contidas no distanciamento social entre os segmentos que compõem a sociedade. Tais forças estariam ligadas à necessidade de amortecer os choques de interesses e manter uma ordenação.

No Brasil, a atividade policial pode ser referenciada desde o início do período colonial, como nos mostram Sousa e Morais (2011). O grande território e sua ocupação populacional pontual, associados a um baixo interesse da metrópole em aplicar recursos no desenvolvimento local, explicitado nos modelos iniciais de ocupações/povoamento, como as capitâneas hereditárias, fizeram com que o surgimento da segurança dos espaços públicos fosse

desenvolvido inicialmente de forma privada, o que para Ege (2017) tem consequências históricas, sociais e culturais centrais para que pensemos representações do atual modelo ostensivo de policiamento.

Quando se investiga o surgimento das forças policiais no Brasil, não há claro consenso em definir um marco para isso. Estudos como os de Faoro (2001) sugerem que seu embrião pode remontar à chegada de Martim Afonso de Sousa ao território da colônia, no início do séc. XVI, e que este fato teria iniciado a estruturação de forças locais para a organização da ordem na colônia, demarcando o início do que podemos chamar atividade policial aqui. Mendes (2007) adota como ponto inicial a formalização, em 1775, do Regimento de cavalaria das capitâneas de Minas Gerais, dada a necessidade de controlar a circulação das riquezas provenientes do ouro e dos diamantes da região. Já a posição adotada por Holloway (1997) aponta para um outro momento, direcionando as reflexões para o marco da chegada da família real ao Brasil, em meados de 1808, que trouxe consigo modelos burocratizados de instituições existentes na metrópole portuguesa. Para o referido autor, a mudança marcante após a chegada da família real, no que se refere à força policial, seria a tentativa de civilizar a sociedade brasileira, afeita a costumes e práticas cotidianas, que chocava os recém-chegados aristocratas e sua comitiva. Para nós, o que se apresenta são perspectivas de análise plurais, não necessariamente antagônicas, que merecem posicionamentos acerca de cada modelo demarcado.

A configuração das forças coloniais de Martim Afonso e de outras anteriores àquelas criadas com a chegada da família real acabaram delimitando um curso histórico-cultural que representa uma imagem ainda presente nas forças policiais contemporâneas, demarcando aquilo que o policial faz em seu trabalho. A retomada da chegada da corte portuguesa será feita mais à frente em nosso texto, de maneira mais específica, mas antes acreditamos ser necessário configurar conformações presentes aqui, antes do modelo dito moderno, implantadas quando da instalação da família real portuguesa no Brasil.

Os trabalhos de Pinheiro (2014) e Ege (2017) delineiam, no período colonial, um cenário no qual a segurança pública tem uma relação íntima com a constituição de forças privadas, milícias armadas compostas por jagunços, sob o comando de forças oligárquicas locais, interessadas em impor controle territorial. Mesmo estando muito distante das atividades de uma polícia que atuaria na mediação de problemas cotidianos, estas forças acabaram por desempenhar atividades ligadas à proteção das regiões e assumiram configurações marcantes que influenciaram as forças seguintes.

A compreensão dos autores sugere uma organização social na qual a dimensão privada era a interventora do universo público, e esta mistura, associada ao desinteresse da metrópole na dinâmica cotidiana de sua colônia, favoreceu práticas peculiares a cada região. Observamos, assim, forças direcionadas para a manutenção de uma ordem sem domínio do Estado, aqui considerado como a metrópole portuguesa. O papel dos grupos armados, nos séculos XVI ao XVIII, era eminentemente assegurar a ordem econômica local, a defesa dos territórios que prosperaram contra os ataques internos dos indígenas e externos de outros invasores estrangeiros, bem como a recaptura de escravos negros fugidos, configurando as maiores ocupações desses homens em uma sociedade escravocrata e de exploração. Estas forças de segurança “naturais” (SILVA, 2013, p. 139) foram denominadas inicialmente de terços, uma referência clássica ao modelo militar adotado em Portugal e outros países europeus, como descrevem Cotta (2002) e Mello (2006), e que depois assumiram outras denominações, inclusive a nomeação de oficial de milícia. Nas considerações de ambos os autores, observa-se uma influência marcante do modelo militar/exército como referência a ser seguida em termos de organização, apesar de isso não significar que haveria nesses grupos um funcionamento mais preparado, denotando um caráter amador na constituição e aplicação da força.

Talvez o mais conhecido dos terços tenha sido o chamado Terço dos Henriques, entre os anos de 1630 e 1654, na capitania de Pernambuco, chefiado por um negro livre, nomenclatura dada à época, chamado Henrique Dias. Inicialmente com poucas dezenas de homens, este grupo rapidamente cresce com uma formação eminentemente negra e mulata oriunda dos diversos engenhos tomados pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (VALENÇA; SILVA, 2008). Com o fim das guerras de expulsão dos holandeses, Henrique Dias recebe foro de fidalgo, passando a ser conhecido como Governador dos crioulos negros e mulatos, um título que, em tese, poderia lhe dar um lugar diferenciado dentro de uma sociedade dominada por brancos europeus. Tal lugar jamais seria equiparado ao dos brancos, mas lhe colocava em um lugar diverso do comum aos pretos.

Ainda acerca da constituição de grupos armados envolvidos na ordenação da sociedade pré-colonial, segundo Carneiro (2005), em meados de 1659, a câmara municipal do Rio de Janeiro resolve criar uma força militarizada dando a liderança desta a um homem negro que se apresentava como livre, exercendo atividade de capitão do mato, chamado Manuel Jordão da Silva, conhecido por seus atos audaciosos combatendo a resistência dos escravos fugidos nos quilombos da região. A esta força é outorgada, pelo poder público local, o dever de recapturar negros fugidos e destruir qualquer formação de quilombo, recebendo para isso o

pagamento de 2/3 do valor de cada preto recuperado, devendo o valor pecuniário ser pago pelo proprietário.

O pagamento destes valores consideráveis para a realidade da época acabou atraindo mais capitães do mato para a região levando à criação de outro serviço, o policiamento das estradas, com o fim de coibir atos de insurgência ou resistência, considerados à época como criminosos por serem contrários a ordem dos proprietários de terras e de escravos. Tais atos em grande parte, eram realizados por escravos fugidos que se embrenhavam na mata e passavam a atacar as estradas para conseguir mantimentos e armas para fazer frente aos escravistas. Neste sentido nos encaminhamos a pensar como a estereotípia presente hoje nas abordagens ainda carrega esta imagem vívida. Observemos que Valença e Silva (2008) e Ege (2017) apontam para uma reflexão em comum: o trabalho desenvolvido por pretos, mesmo aqueles libertos, era tido como degradante, sujo ou de baixa expressividade, quase marginalizado frente a outras atividades laborais existentes, além de ter como função oprimir pretos, que para eles eram tidos como diferentes.

Distante de apontar para transformações da estrutura social existente, baseada na propriedade escrava, a diferenciação de figuras negras ou mestiças, dado seu lugar nas forças militares, representou uma forma de ascensão social, mesmo que mínima, para aqueles que não detinham sequer a liberdade. Entendemos também que esta mudança na posição social acaba por perpetuar um distanciamento de classes, levando os forros a praticar com seus semelhantes o mesmo tratamento praticado pelas elites sem que façam parte dela.

Concomitantemente a estes grupos, acreditamos ser interessante destacar o contraponto de outros coletivos armados no território da colônia. Incumbidos de explorar e ampliar as fronteiras territoriais, também foram representativos para compreendermos a imagem que temos atualmente do policial. Conhecidos como bandeirantes, tais grupamentos tinham composição marcadamente diferente das anteriores, eram chefiados por homens brancos, em geral portugueses que comandavam tropas de nativos, brasileiros da primeira ou segunda geração, homens livres e negros libertos (PACHECO NETO, 2011), criando uma imagem diferente das milícias, trazidas anteriormente em nossa explanação, e fortalecendo um ideal militar combatente, de herói desbravador, que serve como símbolo de algumas forças de segurança no país, com destaque ao estado de São Paulo.

Em um exercício reflexivo, podemos, aqui, de forma simples, comparar a imagem de duas atividades que, apesar de contextualmente diferentes, representam constituintes da representação policial que temos em nosso contexto. As milícias e os terços, diferentemente das configurações bandeirantes, tinham como ofício se ocupar de atividades marginalizadas na

sociedade. Tratados como trabalhos sujos, seus membros eram oriundos de segmentos sociais baixos e/ou excluídos, vistos com desconfiança até por aqueles que os arregimentavam, dada a baixa civilidade e o potencial insurgente latente aos olhos elitistas (EGE, 2017, p.31). Poucos membros destes grupamentos negros e mulatos tiveram expressividade na estrutura social, mas, mesmo assim, foram uma porta de acesso para um lugar na estrutura da sociedade colonial com melhores condições, mesmo estando o negro a serviço de um aparato de repressão voltado contra seus semelhantes.

Tomando um outro campo de expressão das forças com características policiais no Brasil, podemos identificar, no pensamento de Cotta (2006), a constituição de outro modelo, ligado ao cotidiano mais cidadão. Os Quadrilheiros eram uma força, inspirada também no padrão português, que convivia cotidianamente com outras forças, como as expostas anteriormente, com direito ao uso de armas e da força, que tinha o objetivo de controlar comportamentos desviantes dentro do perímetro urbano. Tal ocupação era exercida sem nenhum preparo, formação ou critério que superasse ser conhecido e tido como respeitado na comunidade. Caberia, assim, a um morador coordenar formações de até 20 vizinhos com fins de prender malfeitores. Delitos cotidianos como furtos, casas de jogos, concubinato, casas de prostituição, acalmar desordens e insultos e coibir a feitiçaria deveriam ser identificados e suprimidos, com a autoridade de efetuar prisões e determinar castigo aos culpados. Diferente das forças anteriores, os Quadrilheiros não se relacionavam diretamente ao contexto econômico, estavam mais vinculados à manutenção de uma ordem moral de padrão também português, vinculada à vigilância de costumes, conforme Ege (2017), mais próxima até do que se tem como atividade policial hoje.

Um ponto a ser ressaltado era a dificuldade existente em criar tal força. Primeiramente por termos um contexto urbano com pouco desenvolvimento por volta de 1626, havendo locais onde esta força nem chegou a existir, passando este grupo por diversas reformas até sua extinção. Outra grande dificuldade foi conseguir a adesão de pessoas para a tarefa, visto que o trabalho operacional de segurança nas ruas era majoritariamente realizado por pretos, sendo assim malvisto, como fora comentado anteriormente.

Por volta de 1730, sob pressão do ouvidor português, o senado da câmara do Rio de Janeiro realiza um ajuste representativo junto à chefia do corpo de quadrilheiros, que, a partir de então, seria nomeada oficialmente como capitão do mato. Observamos aqui a convergência entre os modelos tratados. Esta se dá não de uma forma aleatória ou ocasional, mas pelo fato desta figura ser mais conhecida pela população pobre, podendo estimular o interesse em ocupar este lugar. Cotta (2006) destaca que, mesmo assim, conseguir homens dispostos a executarem

a atividade foi difícil, estando esta ocupação mediada constantemente por questões de foro privado e exigências de privilégios, como nos mostra Ege (2017).

Até aqui, observamos a configuração de forças de segurança que, ao mesmo tempo que eram convenientes em seu uso e formação, geravam desconfiança daqueles que as chefiavam. Em uma sociedade dividida basicamente em três grupos, como sugere Bezerra (2004), a saber: senhores, componentes do mundo da ordem; escravos, centro do mundo do trabalho; e homens livres pobres, elementos do mundo da desordem. Paradoxalmente, neste contexto, a ordenação social passava a ser executada por elementos provenientes do mundo da desordem, estando submetidos aos ditames dos senhores, mandatários do poder local, contra uma população eminentemente negra e pobre, o que parece um modelo ainda prevalente no cenário atual.

Entre senhores, homens livres e escravos, os capitães do mato e suas tropas eram rechaçados por todos, mas emblematicavam uma prática ainda frequente nas forças de repressão policial: o recrutamento em camadas pobres compondo o grosso de suas fileiras (EGE, 2017).

Este cenário sofre mais transformações representativas para o cenário atual quando, na primeira metade do século XIX, a família real portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, aporta no Brasil. Sua chegada demarca um novo tempo na constituição e operacionalização da vida na colônia, bem como das forças que policiavam o lugar, visto que, com ela, chegava de forma intensa um processo de urbanização e remodelagem social da antiga colônia.

Bretas e Rosemberg (2013) destacam que, em 1808, na cidade do Rio de Janeiro, Dom João VI cria a Intendência Geral de polícia da corte e do Estado do Brasil. Em um ambiente urbano sem maiores regulações, constituído em sua maioria por pretos e pobres, a corte portuguesa, recém-chegada, leva a cabo a criação do cargo de intendente dentro da administração. Antes mesmo de termos uma instituição policial constituída, a intenção desta ação pode ser vista como uma tentativa de promover um papel civilizador no caos que era a capital vista pela família real e seu séquito, mesmo que isso fosse por uma via repressiva.

Assim, o cargo fora ocupado por portugueses, membros da comitiva real, distantes da população, que era rechaçada por seus costumes selvagens e indolentes para os recém-chegados (COTA, 2012), levando ao que mais tarde se tornariam focos de insatisfação e a um desejo de separação.

Com experiência pregressa como ouvidor do crime em Portugal, o intendente Paulo Fernandes Viana teria sido um homem de muita proximidade com o príncipe regente e se destacou por adotar estratégias que faziam uso das prisões como mão de obra em atividades de

cunho estrutural nas ruas da cidade, reavendo bens e assegurando a propriedade a seus donos, sustentando o que Holloway (1997) aponta como modelo social conservador e de base escravista, operacionalizando na cidade um trabalho policial que se aproximava muito ao do capitão do mato, fortalecendo uma imagem indigna do trabalho para os homens livres da época.

Mesmo com estas características, para Cotta (2009), a forma de trabalho impressa pela intendência remeteria a uma compreensão de polícia que até então não havia se expressado e que se refere ao governo e à boa administração do Estado voltada, neste caso, para a segurança das pessoas da cidade, para a melhoria das condições sanitárias e estruturais locais. O referido autor sugere que a polícia, nesta perspectiva, estava atrelada à ideia de limpeza, iluminação e à vigilância sobre os vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos e facciosos. Observamos aqui, pela primeira vez, a ideia de um policiamento, mesmo que embrionário, de ações preventivas/investigativas e não apenas reativas/punitivas. Sousa e Morais (2011) compreendem a figura do intendente para além da imagem policial: ele era um juiz com funções de polícia, prendia, julgava e condenava delitos menores, dando origem ao que conhecemos como polícia judiciária. Imprimindo um olhar mais crítico em consonância com o que nos mostra Simões (2002), não acreditamos que esta força tenha atuado na proteção de todos os cidadãos, mas tenha voltado suas ações prioritariamente para a corte e seus círculos próximos, afastando esse grupo da ameaça que a “desordem” da antiga colônia representava.

Seria um erro histórico e social crer que, com a criação da intendência, as milícias e os capitães do mato fossem retirados do serviço. Ao contrário, suas atividades foram reordenadas, inclusive para responder hierarquicamente ao intendente. Em uma destas reformas, em especial, foi destituída a figura/posição do capitão do mato. Conseqüentemente, parte do prestígio dado a esta atividade também caiu. A patente de capitão, uma clara referência a uma posição de destaque militar, era usada como forma de atrair ocupantes para o trabalho, dando-lhes algum poder e expressividade social, sendo reproduzido historicamente o mesmo modelo na formação das forças do nordeste brasileiro em anos posteriores, como o coronelismo e o uso de milícias armadas como as do cangaço.

Outro fato marcante para a construção histórica da polícia no Brasil foi a criação, em 1809, da Guarda Real de Polícia. Baseada no modelo de exército em sua estrutura, tinha amplos poderes para impor e manter a ordem na cidade do Rio de Janeiro. Em seu percurso histórico, é neste momento que, pela primeira vez, a polícia pode intervir se sobrepondo a questões privadas, a exemplo dos castigos impostos aos negros em praça pública. Era uma força diretamente subordinada à figura do intendente geral e tinha como característica o uso da violência e da brutalidade (HOLLOWAY, 1997). Ainda segundo o autor, algumas das

características desta força merecem destaque: foi um braço armado que não possuía financiamento gerado por um caixa especificamente voltado para ela, encontrando em diversos financiadores a sua manutenção. Esse espectro de capitalização vinha desde taxas públicas até auxílio pecuniário de comerciantes locais, que cobriam destes maior proteção frente àqueles que não contribuía, prática inclusive ainda muito viva em dias atuais dentro da esfera informal do trabalho policial nas ruas.

Outra característica que nos chama atenção é a composição desta força. A carência de efetivo com interesse pela tropa fez com que, por diversas vezes, se recorresse novamente a segmentos sociais mais pobres, absorvendo em seu parco quadro negos fugidos em busca de algum tipo de proteção, o que era visto com profundo desprezo e desconfiança pelo Intendente. Estes fatos ressaltavam ainda mais um sentimento de desprezo pelo trabalho manual dentro da cultura da época e distanciavam a atividade de uma visibilidade social significativa. Apesar destas características, o que se observa aqui é um novo modelo na forma de compreender o policiamento, uma tentativa de espelhamento do modelo adotado em Lisboa. A melhor organização, a institucionalização da hierarquia como ferramenta para ordenar o trabalho e melhorar seu desempenho, mesmo que timidamente, redesenham a atividade de policiamento na cidade do Rio de Janeiro da época. Atentemos que, aqui, ainda não temos um trabalhador profissional da polícia, mas alguém que desempenha um ofício com características policiaescas.

Após mais de 300 anos de domínio formal da Coroa Portuguesa, o Brasil passa a ser um império, ainda governado por membros da família real de Portugal, mas agora com uma pretensa independência e uma constituição própria promulgada em 1824. O período inicial, efervescido por diversas revoltas internas dada a forma de governar autoritária e controversa do recém-reconhecido imperador, trouxe uma preocupação com a segurança pública que outrora pouco existiu, como nos apontam Pinheiro (2014) e Ege (2017). Neste período, nomeado de primeiro reinado, uma grande influência do pensamento liberal se misturava ao cotidiano do Brasil, trazendo ideias contrárias ao tradicionalismo oligárquico (trabalho livre, abolicionismo e igualdade de direitos), principalmente de regiões mais abastadas de capital, como a zona açucareira. É bem verdade que a influência liberal sofreu um “abrasileiramento”, que torna sua configuração peculiar para responder a uma demanda de modernização sem que se alterem os pilares que sustentavam a sociedade.

Salientamos aqui o peso da constituição de 1824, a qual não tratava do cidadão como um igual, diferenciando o direito civil do direito político. Desta forma, limitava a expressão na vida pública dos que compunham as cidades e províncias, configurando uma

sociedade patriarcal e patrimonialista. Tal configuração é particularmente interessante, pois, mais adiante, com o fim do primeiro reinado, suas características definirão de forma muito próxima a composição de uma força de características policiais muito importante: A Guarda Nacional (PINHEIRO, 2014).

Em 1831, após a abdicação do Rei D. Pedro I, que retornava a Portugal, é instaurado no Brasil um regime regencial, visto que o príncipe não poderia assumir por conta de sua tenra idade. Constitucionalmente, a saída encontrada foi instalar um governo de transição composto por membros dos partidos políticos representativos das classes dominantes do país. Desta feita, o período deveria se estender por quase 15 anos, até que o príncipe completasse 18 anos e assumisse o trono, porém durou somente nove anos e ficou marcado por conflitos de grandes proporções que definiram o esboço do que seria o atual território brasileiro, além de uma configuração mais delineada das forças de segurança, em particular as militares.

O controle político no Brasil se deu, até o primeiro reinado, eminentemente por portugueses, o que incomodava profundamente interesses internos dos brasileiros, que, usando de ideais liberais, propuseram mudanças significativas na dinâmica do país. Tomaremos a questão militar como elemento de reflexão, pois ela acaba por referir tanto à configuração territorial quanto à segurança pública. Com a partida do imperador e a instauração da regência, a estrutura do exército no Brasil sofre uma séria deterioração com a saída de seus oficiais superiores, que acompanharam o imperador.

Tendo sua maioria de oficiais de origem portuguesa e sua operacionalização composta por tropas mestiças e de origem popular, o exército não inspirava confiança quer fosse pela possibilidade de insurgência dos oficiais ou pela não submissão às ordens dos postos mais baixos. Tal constatação levou, via influência de ideias liberais, a se criar a Guarda Nacional, extinguindo os corpos de milícias e ordenanças. A criação de um corpo não militar em contraponto ao exército, composto por brasileiros, se mostrou uma tentativa de preservar a ordem instaurada, mas tentando afastar das ruas da sociedade as ideias republicanas e abolicionistas, ameaçadoras ao domínio aristocrático. A Guarda Nacional representava uma clara imagem do que se buscava no continente europeu: uma alternativa liberal e civil ao exército. Desta forma, muitos estados criam suas forças paramilitares, incluindo o Ceará, que data o nascimento da polícia militar por volta de 1835.

Fernandes (1973) e Castro (1977), ao analisarem a constituição destas forças, destacam que se tomava agora o princípio constitucional de que a defesa da nação era papel de todo cidadão, tentando aproximar Estado e povo, mesmo que os pontos de união entre ambos fossem extremamente frágeis. A segunda autora destaca ainda o papel amador do soldado-

cidadão, que antes de soldado era um cidadão, tinha outros afazeres e não passava por nenhuma preparação para exercer este novo trabalho. Pinheiro (2014) sugere que, ao compor este segmento de trabalhador, é bem provável que o sujeito buscase na carreira uma distinção e os benefícios oriundos dos postos de oficialato, o que não chegava à grande maioria.

É frequente que os estudos acerca do policiamento deem maior importância ao modelo destacado por Holloway (1997) na cidade do Rio de Janeiro, visto que este seria um modelo mais urbano de policiamento, diferente do que se identificava em outros locais e estados, dada a característica ainda notadamente rural destes, o que também revela a precariedade destas forças. Desta feita, Bretas (1997) e Bretas e Rosemberg (2013) sugerem que o policiamento mal disciplinado e precário, presente no Brasil daquele período, se insere no cotidiano da sociedade com pouco impacto transformador, levando a uma relação tensionada entre ação pública e poder local e tradições em regiões mais interioranas.

As adaptações do modelo europeu, em particular do francês, aqui no Brasil, levaram Pinheiro (2014) a questionar como seria possível a introdução de um modelo mais racional e burocratizado como este em uma sociedade escravista e arraigada a costumes de sua formação, além de ter no soldado a figura do cidadão, proprietário de bens. Poderíamos aqui pensar que este modelo “abrasileirado” serviu muito bem àquilo que se propôs. Fomentava uma ideia de transformação e introduzia uma imagem de honra em fazer parte desses grupamentos, algo que ainda não havia se mostrado em nosso jovem país.

Bretas e Rosemberg (2013), Pinheiro (2014) e Ege (2017) convergem quando observam que, apesar de propor um novo modelo de policiamento, este acaba mostrando a polícia como missionários domésticos, levando a presença do Estado àqueles que não a viam em espaços públicos. Concomitantemente, é criada a figura do juiz de paz, que, segundo Pinheiro (2014), acumulava funções judiciárias e policiais e detinha o poder sobre a força de polícia local. Holloway (1997) e Melo (2009) analisam que tais mudanças resultaram de um intenso intercâmbio com a realidade europeia, principalmente com o que estava vivenciando a Inglaterra em meados de 1829.

Separadas em distritos, para descentralizar e expandir suas ações, as forças policiais metamorfosearam-se da proposta inicial. Distante da isenção política proposta inicialmente, as forças de policiamento acabaram incorporadas pelo mando local, funcionando como ferramenta de monopolização do poder pelos grandes mandatários econômicos da região. Responsáveis por recrutar, armar e financiar cidadãos para estes fins, acabavam também angariando eleitores, visto que, ao buscar um grupo mais confiável aos interesses políticos, os recrutados eram justamente aqueles que detinham o exercício do voto, o que acabava fortalecendo o ciclo de

poder e contaminando o ideal inicial de uma força moderna e isenta de influências e interesses particulares.

Já que se constituíam como força paralela ao exército, a força policial poderia ser recrutada pelo ministro da justiça caso fosse necessário. Em um país com tantas transformações, isso foi uma constante. A participação das forças de segurança locais na contenção de conflitos de dimensão nacional e internacional criava uma imagem muito superior àquela portada pelo exército da nação, a exemplo do que se via em São Paulo, que chegou a ter uma força aérea antes mesmo da criação da força aérea brasileira (EGE, 2017).

Por volta de 1834, mudanças político-administrativas alteram a configuração do controle das forças para o âmbito estadual, agora submetidas ao/aos imperador/regentes, levando também a mudanças na figura do juiz de paz, que cede lugar aos chefes de polícia e delegados. Ao analisarmos esta mudança, não cremos que tenha se dado por motivos fora da esfera da concentração de poder e do controle por parte do imperador. Ao ter poder sobre as forças locais, o poder central garantia para si todo controle das forças armadas, visto que o exército era basicamente a soma das forças das províncias.

Com o fim do período regencial, dado o golpe da maioria, o Segundo Reinado se mostra um período de grandes tensões, mas também de inúmeros progressos, levando a mudanças na dinâmica social e nos modelos de trabalho presentes na sociedade da época. A Guarda Nacional e seus membros estabelecem uma relação ambivalente, ora sendo recrutada para apoiar interesses do império, ora entrando em conflito com estes, respondendo a interesses locais. Com o fim da Guerra do Paraguai e envolta em diversas reformas, a Guarda Nacional vai enfraquecendo, perdendo expressividade frente a uma nova proposta de exército oficial da nação até a eclosão da república.

As diversas transformações sociais ocorridas na sociedade com a abolição da escravatura, a nova expressividade do trabalho livre, a intensificação de imigrantes aumentando a mão de obra no país e a modernização urbana com suas novas tecnologias - como telefone, telégrafo e maquinário a vapor - trazem uma nova imagem ao país. Os ideais liberais, cada vez mais fortes e presentes no cotidiano nacional de um país conservador e agrário, viam nascerem espaços urbanos de expressividade, como a cidade São Paulo, embalada pela força do café, que indiretamente alimentava um embrião industrial, tornando-se uma referência para o restante do país.

Nas décadas que seguiram ao fim da Guerra do Paraguai, o império brasileiro viveu seu ápice e sua derrocada. Embalado por rugas entre oficiais do exército brasileiro e a

monarquia, o reinado de Dom Pedro II dá lugar à República do Brasil em 1889, por meio de um golpe de estado político-militar.

Neste período que se inicia, tomaremos o caso de São Paulo como referência para tratar da configuração da força policial, visto que esta assumiu no estado uma significativa configuração. Criado ainda durante o período imperial, o corpo de Guardas Municipais permanentes representa, como nos aponta Ege (2017), o embrião da polícia atual no estado. Nascido como força reserva do exército, teve em seu projeto ambicioso a ideia de constituir uma tropa de pronto emprego, preparada e treinada para manter a ordem pública ao mesmo tempo que podia se juntar ao exército em situações de necessidade. Para o autor, na lógica do regime escravocrata, discriminador e arbitrário, se faz necessário a atuação de uma força focada nos conflitos internos.

Como tratado em linhas anteriores, o controle das tropas se mostrou difícil quer pela desconfiança nas castas mais baixas da sociedade, que constituíam a base das fileiras, quer pela insatisfação pelos baixos soldos pagos pelo trabalho ou pelo acúmulo de atividades que os soldados tinham, levando a uma progressiva incorporação da rotina militarizada em uma tentativa de moldar o comportamento e o caráter dos membros da força. Barros (2005) sugere que esta proposta levou a associar uma preparação aquartelada e de caráter militar como solução que afastava e descontaminava o soldado daquilo que representava ameaça para uma ordem em sua vida pregressa. O afastamento, via institucionalização do soldado, promovia uma clara separação entre membros da força e civis comuns, gestando um espírito de corpo que até então não existia nas forças militares brasileiras. Tal relação encontrou terreno no contato intenso entre os combatentes de linha e oficiais durante a Guerra do Paraguai e, posteriormente, na institucionalização dos quartéis, levando, inclusive, a uma atenuação da imagem indolente do negro e mestiço na tropa, o que acaba por aproximar militares de média patente muito mais das causas abolicionistas do que dos interesses imperiais, visto que a vocação às armas não faria distinção de classe (EGE, 2017). Na verdade, a constituição das forças fazia sim tal distinção e o que se tornara indistinto era o desprestígio com o qual as forças eram tratadas. Este fator foi um dos elementos contribuintes para o golpe que instaura a República em nosso país.

Retomando a força pública paulista, seu treinamento militar, oriundo de uma parceria com a força militar francesa, seu controle e sua postura foram reconhecidos nos mais diversos conflitos em que se fez presente, denotando um profissionalismo inexistente inclusive no exército e suscitando uma imagem modernizada. Constituída por uma formação muito mais bélica que policial, a força pública paulista, que nascera cidadã para servir à fruição de todos

em detrimento dos interesses pessoais, torna-se um exército de ocupação permanente a serviço das oligarquias, demarcando um isolamento do soldado frente ao cidadão.

Conhecido não apenas pela sua postura de ordem e obediência, mas também pela forma como lidava com desvios de conduta indesejáveis internamente, a modelagem do membro da força pública chamava atenção pelo uso dos castigos físicos aplicados aos membros, em particular nas patentes mais baixas, o grande contingente da força, mostrando que a hierarquia deveria ser preservada acima de qualquer coisa. Se a força pública tinha sido pensada como uma aproximação do cidadão com os rumos da ordem pública, em que antes de policial o membro era um cidadão, a força paulista mais uma vez subverte os princípios e torna seus membros, antes de tudo, militares (PEDROSO, 2005).

Os castigos parecem resquícios insistentes de uma realidade oriunda do modelo escravocrata e davam ares corretivos a atitudes extremamente violentas como chicotadas e pranchadas, o que fica emblemático em uma frase de caserna: “A hierarquia enverga, mas não quebra”, uma alusão à punição com pranchadas aplicadas aos indisciplinados. A cultura do sofrimento físico e das punições severas no universo militar perdura ainda hoje, apesar de fatos históricos, como a Revolta da Chibata, em 1910, apontarem para a ineficiência destes procedimentos no controle do comportamento ou na redução das insurgências.

Inegavelmente, a formação mudou, inclusive com a criação da primeira escola de educação física e com propostas de formação diferentes para praças e oficiais, agora institucionalizados em quartéis. Entretanto, a imagem atrelada à polícia, produto deste modelo, era, segundo França (2014), ligada à truculência e à violência, cada vez mais isolada na vida aquartelada e separada do cotidiano. No dia a dia, o que se via em parte dos membros das Guardas Nacionais era uma reprodução para com a população policiada das mesmas práticas aplicadas a eles. Nos altos escalões, havia a compreensão de que a indisciplina de policiais e criminosos deveria ser tratada da mesma forma, pois estavam no mesmo nível, já que infringiam regras e provinham do mesmo segmento social. A imagem controversa para a população é mote para o trabalho de Rosemberg (2008), que aponta para a imagem ambivalente da polícia paulista com a chegada da missão francesa. Ora visto como uma força militar séria, treinada e organizada, ora tomado por galhofas e sátiras, pela expressão de inconformidade do soldado com as regras a ele impostas e pelas tentativas de exprimir uma superioridade/diferenciação do cidadão comum, o policial perpassava as imagens de herói, vilão e mequetrefe na representação daqueles que viam de fora seu trabalho.

Bretas e Rosemberg (2013) apontam que os anos 1930 e as décadas seguintes são escassos de produções e de debates acerca da polícia principalmente por conta da limitação de

direitos ocorrida no período do governo de Getúlio Vargas. Se na Europa e nos Estados Unidos da América as reformas da polícia caminhavam de alguma forma para uma profissionalização ligada à liberdade e à ampliação de direitos, no Brasil, o que se via era uma sombra tenebrosa encobrindo as forças. Uma das medidas iniciais deste período foi tornar as polícias força auxiliar do exército brasileiro, centralizando seu comando entre os estados da federação e a União de acordo com a Constituição Federal de 1934. Desta forma, o presidente Getúlio Vargas evitava insurgências locais, como a de São Paulo, em 1932 (FRANÇA, 2014; EGE, 2017).

A reestruturação realizada aponta para uma aproximação que se intensificou nos anos seguintes: a segurança pública se vinculando diretamente à segurança interna do país, desencadeando um híbrido, uma polícia política. Se antes as classes perigosas eram aquelas vinculadas à condição de pobreza, a polícia deste momento adotava agora como perigo qualquer um que se opusesse ao regime político de Vargas, perseguindo os ditos comunistas e judeus.

As mudanças no cenário jurídico e social em nosso país, com as constituições de 1937 e 1946, pouco alteraram a configuração das forças, já nomeadas de polícias militares de maneira formalizada. Mais adiante, com o golpe militar de 1964 e envolta em uma atmosfera de tensão geopolítica com a Guerra Fria dividindo o mundo em blocos, as polícias militares passam para o controle absoluto do Estado Maior do Exército, sendo seu efetivo usado em ações de repressão direta a qualquer movimento da população contrário ao regime político cada vez mais fechado e autoritário.

Formadas de acordo com os moldes do exército e divididas em cavalaria e infantaria, como aponta Barbosa (2015), as polícias militares se desaquartelaram e, sob o comando da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão que aumentava o controle e a integração com o Estado Maior, passaram a vigiar de forma intensa, por meio de batidas/*blitzen*, a vida do cidadão, ação que mais tarde se vincula diretamente a uma negativa representação do trabalho destas forças.

Avançando mais diante em nossa história, a ligação entre as forças militares e as forças auxiliares se intensificou ainda mais a partir do golpe militar em 1964, que estabelece um período de ditadura no país. Cada vez mais vinculadas, as forças de polícia, colocadas sob comando do exército, atuam diretamente na repressão de ameaças à segurança, não apenas pública, mas também relacionadas à soberania nacional. Novamente, podemos observar uma ideia de defesa da segurança nacional, neste cenário, relacionada aos supostos ideais comunistas que feririam os bons costumes e valores vigentes. França (2014) defende que, neste momento histórico, a polarização provocada pela Guerra Fria intensificava ainda mais as ideias de defesa da nação, que envolviam uma ameaça comunista em escala global. Com pouquíssimo preparo

para o policiamento urbano, o trabalho executado pelas polícias militares, de acordo com o que nos apontam Barbosa (2005) e Fraga (2006), se fundamentava eminentemente em estereótipos para com as classes perigosas (RAMOS; MUSUMECI, 2005), que agora incluíam também o movimento estudantil, considerado extremamente subversivo, e qualquer outro posicionamento que se afastasse de alas conservadoras em nosso país.

Acreditamos ser importante ressaltar que a criação de inimigos a serem combatidos é uma constante na constituição histórico-cultural das polícias militares em nosso país, tornando a atividade desses profissionais um combate interminável contra inimigos que se revelam impalpáveis e generalizáveis, atendendo interesses de um segmento social bem específico.

Desaquarterado, o policiamento militar acumulava, mais uma vez em nossa história, um trabalho sujo, como sugere Muniz (2001), transparecendo uma imagem de medo, tensão e morte para a população, que se via em uma vigilância constante, ainda mais após o decreto-lei 66.862 de 1970, que coloca as polícias militares como integrantes do serviço de informações e contrainformações do exército. Uma rede de informantes da polícia podia, a qualquer momento, entender como suspeita a sua conduta e acionar a polícia militar para uma intervenção que resultava em prisões e atos de extrema violência não só contra o suspeito/acusado, mas contra sua família. Muniz (2001) afirma que, a partir desse momento, observamos a divisão da polícia em duas, o que culmina, em pouco tempo, em instituições diversas: a polícia civil, ocupada do policiamento investigativo, judiciário, também envolvida em abusos e atos violentos de repressão política; e a polícia fardada, de caráter ostensivo, militarizada, ferramenta de operacionalização dos ditames militares no cotidiano da sociedade deste período.

Com um ingresso baseado majoritariamente em favores, ligado a figuras políticas ou a seleções pouco criteriosas, a entrada na polícia militar e a constituição do policial que nela trabalhava neste período singular do nosso país ora se voltavam para uma imagem vocacionada, alguém que se dedicava a um chamado árduo e honroso, ora para uma imagem depreciativa, contaminada cada vez mais por escândalos ligado a abusos de poder.

O legado deixado por este momento foi, como sugerem Barbosa (2005), Pinheiro (2014) e França (2014), de grande negatividade, apesar de algumas estratégias de suavização adotadas, quando, por exemplo, na Constituição Federal de 1967, se incorpora o Corpo de Bombeiros militar às forças auxiliares e reserva do exército, buscando aproximar sua imagem positiva junto à população.

Com a nova Constituição de 1988, os ideais democráticos reaparecem e imprimem uma revisão institucional do Estado. Isto inclui o modelo policial, corroído pela imagem corrupta e violenta deixada. Observamos, a partir dos anos 1990, um esforço em reestruturar as

polícias. Um movimento de modernização, vinculado a uma imagem de progresso, de combate ao que havia de disfuncional nas instituições/Estado. No que concerne à polícia militar, o legado autoritário e a formação militarizada representaram entraves e ainda são dilemas para a adequação de uma polícia democrática nos moldes da constituição vigente (PONCIONNI, 2005). Mais que uma militarização estrutural, podemos falar de uma militarização ideológica, como nos aponta Muniz (2001). Por sua vez, Alves, J (2009) sugere que abrir mão de uma relação próxima a um efetivo formado com ar combatente e que em muito supera o contingente das forças militares parece ser algo que o Estado não quer visto que manteve princípios organizacionais, associados aos anos de ditadura. A constituição de 1988, apesar de delegar o controle das tropas ao governador de cada estado, autonomizando a criação de efetivo, o treinamento e a manutenção da tropa, ainda a vincula ao exército brasileiro como força auxiliar e reserva.

As décadas posteriores ao processo de redemocratização têm sido de buscas por uma readequação a um conjunto de discursos que vêm modelando o Estado e as forças policiais. Eficiência, emprego de novas tecnologias, em particular o uso intenso da informação, valorização da formação técnica para o trabalho e adequação às leis, bem como respeito aos cidadãos, aparecem como exigências atreladas a um clamor social por mudanças decorrentes da péssima imagem gerada pela corrupção generalizada. A partir da década de 1990, várias tentativas são postas em prática, buscando solucionar, em primeiro lugar, a escalada do crime e da violência nos grandes centros e, em segundo, o descrédito dado pela população a instituições que, aos seus olhos, não conseguem cumprir seu papel. Neste período, eclodem no Brasil formas paralelas de ação na tentativa de solucionar a primeira demanda. No seio das forças policiais, grupos de extermínio começam a atuar de modo informal, eliminando sumariamente sujeitos associados a delitos. Mais uma vez, a pobreza se torna alvo do imediatismo demagogo e, durante anos, esses grupos formam um poder paralelo ao Estado, composto, em grande parte, por membros autorizados por ele. Tal fato é importante de ser trazido à tona em nossa investigação, pois também representa uma imagem delineada da ação da polícia: aquela que chega e acaba com o criminoso, muito resgatada nos tempos atuais.

No fim da década de 1990, alguns movimentos ocorrem dando novos horizontes para as polícias militares, incluindo aqui movimentos paredistas. Os trabalhadores policiais, em atos reivindicatórios, questionaram desde os salários até as condições estruturais de trabalho e da carreira, o que gerou intervenções federais com o exército em alguns estados. Ressaltamos aqui que greve é uma ação ilegal para membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, dando-lhes uma condição *sui generis* em relação a outros trabalhadores. Se, na

Constituição Federal de 1988, o direito à greve é direito fundamental, trabalhadores militares não gozam dele, estando muito claramente expresso no inciso IV do §3º do art. 142 a proibição da sindicalização e da greve a estes trabalhadores.

Neste período, também é criada, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, a proposta de uma planificação da segurança pública no país. Desta feita, surge o Plano Nacional de Segurança Pública, com a proposta de organizar e unificar o modelo e a formação das polícias, bem como traçar estratégias de intervenção nos contextos estaduais e federal. Esta proposta vigorou por apenas dois anos, vindo a ser reformulada em 2007, na gestão de Lula, passando a ser chamada de Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), além da tentativa de se criar um sistema único de segurança. Tal sistema só foi instituído pela lei 13.675 de 11 de junho de 2018, durante a gestão do presidente Michel Temer, juntamente com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, ambos com o intuito de preservar a ordem pública de maneira a integrar os órgãos de segurança pública e defesa social da União, estados, Distrito Federal e municípios em conjunto com a sociedade. Até aqui, ao que parece, as tentativas de tornar a segurança pública um sistema eficaz orbita entre jogos semânticos de baixa efetividade e ações de resultados controversos, mais próximo do que Holloway (1997) e Faoro (2001) chamam de “verniz de modernidade em uma sociedade para inglês ver”. A modernização e o progresso se mostram, na verdade, como uma estratégia de transparecer avanço, mas mantendo garantias tradicionalistas. Se países como a França, a Inglaterra e os Estados Unidos da América vivenciaram reformas em meados dos séculos XVIII e XIX, em nosso país, na segunda metade do século XX, ainda vivenciávamos uma polícia muito pouco preparada, ainda arraigada a valores e comportamentos antigos.

Observemos que, até aqui, falar de policiamento é quase que sinônimo de uma atividade militarizada, bem como tratar do processo de profissionalização quase sempre remonta ao treinamento e à vida de caserna. Isso nos sugere que a desorganização e a ausência de compromisso com a atividade policial levaram, juntamente com todas as metamorfoses no mundo do trabalho (livre, assalariado, moldado em uma burocracia Weberiana), bem como as sucessivas mudanças políticas e econômicas no país, a um delineamento do Estado Brasileiro em sua concretude, como nos sugere Bretas e Rosemberg (2013). Estado e polícia/força militarizada parecem sempre caminhar muito próximos, coadunando com a afirmativa de Muniz (2001) quando esta destaca que, em todas as configurações políticas que tivemos, a militarização da força esteve presente.

Enfatizamos também que, com a redemocratização, o legado autoritário deixado pelos “anos de chumbo” na formação e na atuação no trabalho cotidiano do policial tornou-se

um dilema para a democracia. Apesar de ter a oportunidade de mudar a configuração das forças de segurança pública, os constituintes preferiram uma ação mais contida e conservadora, mantendo a díade de forças de policiamento e o caráter militarizado que entra em choque com o modelo democrático e de valorização do cidadão.

2.1 A PM cearense – Dos coronéis a uma reaproximação com as comunidades

Como foi trazido em linhas anteriores, a polícia militar do estado do Ceará tem seu nascimento diretamente associado à criação das forças públicas nas províncias em meados de 1835. Segundo Holanda (1987), com uma configuração análoga a de um exército, a força pública da província foi comandada primeiramente por um oficial do exército e, como outras, teve inúmeras dificuldades em constituir seu efetivo inicialmente, cumprindo sua primeira missão sem ter nem 100 homens em seu quadro e tendo que enviar a maior parte para combater a Cabanagem no mesmo ano em que fora criada.

Apesar de inúmeras particularidades em sua constituição, é notório que, nesse período, todas as forças provincianas, em maior ou menor grau, deixam sua origem como força civil para atuar em conflitos bélicos em defesa da soberania nacional, abandonando indiretamente sua proposta de policiamento urbano, tornando-se muito mais uma corporação militar que uma organização social (MUNIZ, 2001). Reconhecendo essas particularidades, Bretas (1997) ressalta que, mesmo havendo diferenças, e por isso não podemos tratar a polícia como única no Brasil, há um eixo de características comuns, o que promoveria uma unidade na diferença.

A força cearense, dividida em infantaria, cavalaria e corpo de metralhadoras pesadas, tornou-se muito mais conhecida pela defesa da nação do que pela atuação no policiamento provinciano, estando vinculada diretamente a eventos de grande expressividade bélica como a participação de efetivos na Guerra do Paraguai, em movimentos provinciais como a Cabanagem, no Grão-Pará, a sedição de Juazeiro e O caldeirão, na cidade do Crato, o combate ao cangaço, bem como revoltas provincianas na década de 1930 no Ceará e em São Paulo. A proposta da força sofreu diversas mudanças até que em 1947 recebeu a denominação atual de polícia militar, sendo mantida sob controle de oficiais do exército por grande parte de sua história.

Durante o início do período republicano em nosso país, é possível observar um modelo político de grande força que nos deixou traços importantes na constituição do Estado e das forças de segurança pública, particularmente as polícias. O coronelismo se configurou como

uma estrutura de poder político e econômico que ditava as regras de funcionamento da sociedade, promovendo uma relação íntima entre domínio familiar e questões públicas, principalmente em áreas de caráter mais rurais. Marcado pelo apadrinhamento e pela repressão violenta de setores menos abastados da sociedade, ficou também conhecido pelas estratégias de manutenção do poder político através do voto de cabresto, aproveitando-se da pouca instrução do segmento mais pobre e dos favores, além do uso da repressão por meio da violência armada.

Particularmente no Nordeste brasileiro, este modelo político teve grande prolongamento, ainda repercutindo em tempos atuais, sendo de nosso interesse, pois promoveu um entrecruzamento entre as forças policiais e os tais coronéis, visto que muitos sujeitos ingressam na força de segurança por um favor ou a serviço destas figuras públicas, servindo, assim, direta e indiretamente a eles. O coronelismo ressalta ainda uma relação com o militarismo pelo uso de tropas armadas monopolizando a violência ou pelo título emblemático do coronel usado pelos grandes fazendeiros.

Segundo Gondim (1998) e Barreira (2004), em nosso estado, o ciclo coronelista é demarcado pelo período de três governadores ligados a famílias influentes do estado do Ceará: César Cals, Adauto Bezerra e Virgílio Távora. Dando sequência a este ciclo, a convite de Virgílio Távora, Gonzaga Mota é indicado como forma de pacificar a tensão entre os coronéis, porém acaba por se aliar, durante seu mandato, a um grupo de jovens empresários do estado, rompendo com a tríade política. Ainda segundo Gondim (1998), o governo que se instala depois da gestão Gonzaga Mota se intitula o “Governo da Mudança”, capitaneado por Tasso Jereissati, propondo uma modernização do estado do Ceará, embalado pela mudança constitucional e uma nova realidade histórica do país.

Almeida (2010) aponta que as gestões do grupo liderado por Tasso Jereissati no estado do Ceará tiveram grande repercussão, pois, desde seu primeiro ciclo de gestão, nos remetia a propostas de reforma em um estado com considerável atraso econômico.

Esta representação, em um país que retomava a liberdade e o respeito aos direitos dos cidadãos, agora de maneira universalizada na lei, era deveras interessante de ser propagandeada e isto acaba por demandar em toda a estrutura administrativa do estado reformas, particularmente nas polícias, ainda ligadas a um modelo repressivo excludente de direitos.

O que se observou com a gestão, segundo Gondim (1998), foi mais uma nova roupagem para que um grupo se revezasse monopolizando o poder político no estado. É durante esse lapso de tempo que, no início da segunda gestão de Tasso Jereissati, se vivencia um momento importante para a transformação da segurança no estado do Ceará e para compreender

fenômenos de interesse da nossa pesquisa. Em julho de 1997, eclode no estado a primeira greve de policiais militares, impulsionada por uma onda de insatisfação das polícias em outras unidades da federação. Membros do efetivo, insatisfeitos com a precariedade estrutural da polícia militar, com a baixa remuneração e com o regime de trabalho, realizam um protesto que culmina com uma passeata até o Palácio da Abolição e com o enfrentamento entre policiais grevistas e unidades de elite da própria polícia militar que não aderiram ao movimento.

Segundo Almeida (2010), o conflito deixou feridos civis e militares, inclusive membros de altas patentes foram baleados, policiais grevistas presos e uma imagem de precariedade que escancarou as condições dos trabalhadores da polícia militar do estado na época. O então governador, sob autorização do Presidente Fernando Henrique Cardoso, recebeu ajuda de forças do Exército brasileiro e do corpo de fuzileiros navais para supostamente garantir a segurança e conter o conflito. O resultado foi a prisão e a ameaça de expulsão de vários policiais militares, bem como a exoneração de policiais civis envolvidos com o movimento. Ressaltamos, novamente, a diferença entre a greve para o trabalhador civil e para o trabalhador submetido à condição militar. Enquanto para o primeiro é um ato assegurado constitucionalmente como ferramenta de reivindicação e direitos, para o segundo pode ser considerada uma séria transgressão, uma insubordinação à ordem e à hierarquia, uma profunda contradição na condição de trabalhador livre em uma democracia.

Outro momento marcante para a polícia militar do Ceará foi a campanha para o governo do estado que colocou outro grupo no poder executivo e no comando das forças policiais do estado. Durante a campanha eleitoral do ano de 2006, um programa inovador de policiamento é propagado pelo então candidato Cid Gomes. Fortalecida pelo crescimento exponencial da violência e dos crimes em nosso estado, a proposta era modernizar a segurança pública pelo incremento de novas tecnologias tanto na polícia civil como na polícia militar. O discurso de uma maior efetividade pela presença constante da polícia nas ruas fez com que muitos apoiassem esta iniciativa optando pelo candidato, como nos sugerem Barreira e Russo (2012). Em 2007, já eleito, o governo realiza concurso e curso de formação para provimento de vagas para o posto de soldado da polícia militar, visando à implantação do novo programa de policiamento, intitulado Ronda do Quarteirão. Também denominado de polícia da boa vizinhança, de acordo com a reflexão de Alves, J. (2009), o programa buscava uma nova imagem para a polícia militar do estado. Era necessário desvincular a representação precarizada da polícia, dando a ela um ar mais jovem, impetuoso, técnico e profissional. Uma polícia que, ao invés de agredir, dialogasse com a comunidade, assegurasse os direitos ao cidadão e

aplicasse a lei, obtendo, desta interação próxima, informações mais precisas e confiáveis para desenvolver o trabalho de segurança de maneira mais eficaz.

Esta ação desencadeou a tentativa de constituir um novo policial, demandando uma ação conjunta entre formação e reestruturação física. Cotta (2018) afirma que o policial militar precisou ser remodelado tanto no aspecto institucional como em suas práticas laborais, inaugurando um ciclo de políticas em diversos estados para reformulação, modernização e maior profissionalização na segurança pública. Como nosso foco reside nas polícias militares, delinearemos as considerações para esta força, em particular no Ceará.

O programa Ronda do Quarteirão introduziu uma grande mudança estética e operacional no policiamento ostensivo. A perspectiva de adotar um modelo modernizado de atuação, denominado policiamento comunitário, trazia para a sociedade uma relação diferente das anteriores. Os recém-ingressos também saíam do curso de formação com um prisma de análise constituído de perspectivas diversas do que se via em tropas novas que ingressavam na força.

Acreditamos ser relevante contextualizar o momento vivido, em termos históricos e culturais, em nosso estado e país, para pensarmos reflexos para o trabalho e para a constituição da subjetividade destes policiais. Entre as dimensões que precisam ser ressaltadas, estão o momento de crescimento econômico do país impulsionado pela relativa estabilidade financeira, a melhoria da formação escolar, as reformas administrativas no Estado que fortaleceram o concurso público como ferramenta de seleção para ingresso no serviço público e a crescente onda de precarização no mundo do trabalho. Todos estes fatores foram contribuintes significativos para a constituição de uma nova tropa. Mais adiante, retomaremos este ponto como espaço de debate.

Durante sua implementação e expansão, o programa teve inúmeras críticas, desde a acusação de investimento em compra de veículos de luxo para o policiamento até para com a falta de experiência de rua dos recém-egressos do curso de formação de praças. Com um contingente crescente de policiais, no final de 2011 e início do ano de 2012, e com o programa expandido para outras cidades pelo estado, eclode um movimento que usou das redes sociais para deflagrar o que podemos chamar de maior greve de policiais militares da nossa história.

Policiais, bombeiros militares, associações de familiares de policiais e membros civis encamparam uma paralisação das forças em todo o estado. Diferente do que havia ocorrido em 1997, a adesão crescia cada vez mais, atingindo oficiais de baixa patente e equipes de elite. Aquartelados, os policiais, o governo e a população viram o movimento se fortalecer, sem atos violentos como no embate anterior, mas com visibilidade maior, incluindo aqui as redes sociais.

Como reflexo, se viu mais uma vez a ameaça de punições severas aos envolvidos, o que entrou nas pautas de negociações para o fim da greve. O governo cedeu em algumas exigências, mas punições subliminares foram aplicadas, como transferências e mudanças de escalas, além da gestão assistir emergir uma oposição política forte ao governo de dentro do movimento.

Após o episódio, o governo do estado parece ter reduzido o investimento no programa, visto que sua operacionalização acabou paulatinamente sendo desvirtuada para um modelo mais próximo da ostensividade tradicional. Podemos aqui aventar que isso também foi fruto de um baixo resultado em termos quantitativos da atuação do programa. Vide o crescimento vertiginoso dos crimes no estado, mesmo sabendo que isto não pode ser analisado de forma unidimensional. Divergências internas dentro da gestão de segurança pública também contribuíram para que o modelo de policiamento comunitário perdesse lugar para outras estratégias, em números mais efetivos para o imaginário do que deve ser feito/produzido como resultado do trabalho policial. Não obstante, o policial que executa seu trabalho também se transforma e vivencia em seu cotidiano a tensão entre a prescrição burocratizada do seu trabalho e a real imagem que este tem para com seu contexto. Isso não se difere de nenhum outro trabalhador, a nosso ver, mas assume ares bem peculiares com o policial militar.

Em 2017, o programa é extinto. Nas palavras do então secretário de segurança pública do estado, André Costa, em entrevista para a Rede Jangadeiro FM em junho de 2017, “Na verdade, o Ronda do Quarteirão já não vinha existindo na prática. O que é o Ronda? Trabalho de polícia comunitária”, esclarece. Além disso, ele ressalta que houve perda do efetivo. Com seu fim, o que se viu foi um trabalho policial com características tradicionais emergir e a repressão violenta de uma segurança pública em guerra contra o crime assumir os rumos em nosso contexto.

Tendo como origem um grupo tático criado em 2004 (Ascom SSPDS, 2020) e como finalidade coibir assaltos em regiões centrais da capital, o Comando de Policiamento de Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas (CPRaio) da Polícia Militar do Ceará (PMCE), mais conhecido como RAIO, ascende em meados de 2011 à companhia independente. Reconhecido pelo alto índice de apreensão de drogas e armas, bem como pelo seu modelo de trabalho/abordagem, emblematiza bem um policiamento ostensivo tradicional e repressivo, representando uma outra direção para as políticas relacionada à segurança pública do estado do Ceará. Atualmente, o programa tem suas ações expandidas para fora da capital e é ansiosamente aguardado pela população de muitos municípios de menor porte no estado.

A expansão do modelo do CPRaio para outras áreas do estado busca dar uma resposta, dentro da política de guerra ao crime, para a população, principalmente no que tange

ao combate ao tráfico de entorpecentes e aos assaltos à mão armada. Observemos aqui que o ato preventivo é voltado para apreensão, que passa a ser uma atividade de bonificação do policial, incorporando pecúnia a seu salário. A gestão da segurança pública em nosso estado entendeu que, desta forma, estimularia um trabalho mais efetivo. Entretanto, os resultados apontam para uma crescente apreensão, o que pode sugerir não uma efetividade do trabalho na origem do delito, mas sim no comportamento decorrente dele, relacionado à política de bônus.

O cenário mais atual no estado do Ceará apresenta uma retomada do modelo de policiamento comunitário, desempenhado desde julho de 2022 pelo Comando de Prevenção e Apoio às comunidades (COPAC). Com bases em Fortaleza, municípios da região metropolitana e Sobral, a proposta é que esta seja uma atuação proativa e preventiva, com presença nas escolas, onde a polícia estará em conjunto à comunidade, enfrentando vulnerabilidades cotidianas dos locais.

Reiteramos que o caráter do nosso trabalho não é avaliar a efetividade, validade ou qualidade dos modelos, mas explicitar a produção subjetiva decorrente da atividade dos trabalhadores da PMCe naquilo que eles consideram profissionalização.

3 TRANSFORMAÇÕES EM UM MUNDO DE TRABALHO

Ao reconhecermos o policial militar como um trabalhador e, desta feita, produtor e produto de sucessivas metamorfoses em seu contexto social, econômico e psíquico, parece-nos fundamental resgatar elementos contextuais que compreendemos como importantes eixos de ancoragem para nosso problema de pesquisa. Nos segmentos adiante, buscaremos o delineamento do trabalho em nossa contemporaneidade, os papéis assumidos pelo Estado como instituição reguladora das relações coletivas e como espaço de alocação de trabalhadores, além das demandas que se apresentam ao trabalhador no atual cenário laboral para que possamos identificar as possíveis contradições presentes na convivência entre modelos anteriores e atuais de trabalho, bem como os processos de subjetivação que decorrem deles.

Com a consolidação da Revolução Industrial e as mudanças na constituição dos Estados, identificamos a delimitação de um modelo de funcionamento sócio-cultural-econômico que, em um curto lapso temporal, ganhou escala mundial, edificando o que Méda (1998) denomina como uma sociedade do trabalho. Tal modelo se dissemina intensamente no ocidente e, pouco a pouco, se constitui não apenas como uma forma de produzir, mas formas de conviver e existir em sociedade.

Dentre tantas transformações, algumas merecerão destaque em nosso trabalho, pois constituem eixos centrais para nosso problema de pesquisa. As mudanças no Trabalho - como representação da atividade humana na natureza, a forma predominante de se trabalhar e seus métodos, os modelos de trabalhador decorrentes dessas metamorfoses e a conformação dos Estados - delinearão contextos que reverberam ainda hoje em nosso cotidiano, promovendo tensões entre modelos de homem, trabalho e sociedade.

Iniciaremos este percurso tratando do Trabalho como categoria-chave para nossas análises futuras acerca de sua complexidade e dinâmica. Desde o delineamento do que se convencionou como modernidade, o ato de trabalhar foi colocado como alicerce para o progresso das sociedades, principalmente nas ocidentais, como nos apontam os estudos de Antunes (1999), Méda (1998), Alonso (1999) e Cortina (2005). Entretanto, é necessário delinear mais claramente que elementos desta categoria se conjugaram para configurar tanta relevância para as sociedades deste período.

O primeiro ponto abordado será a passagem do trabalho de caráter individual para modelos coletivizados, implicando em mudanças desde o início dos grêmios de ofício até o modelo fabril de produção em larga escala.

Inicialmente nos grêmios, o que se observava era uma intensa transmissão de conhecimento sobre a atividade laboral, bem como uma regulação das formas de produzir, mediadas por uma relação seletiva de identificação e permissão. O trabalhador aprendia e exercia sua atividade cultivando uma fraternidade e respeito aos pares, o que lhe permitiria futuramente fundar sua própria oficina. Tal modelo funcionava associado ao espaço privado da casa, diretamente relacionado ao convívio familiar, modelando o sujeito aprendiz a partir de uma imagem socialmente referenciada por pares que exerciam o mesmo tipo de atividade laboral. O desenvolvimento do ofício era dado pela troca de experiências e técnicas, ainda de forma artesanal, que lhes serviria não só como meio de sobrevivência, mas como porta de acesso a um lugar na sociedade como produtor (SILVA, 2004; CORTINA, 2005).

Mesmo em uma configuração laboral na qual o controle do trabalhador não existia como conhecemos hoje, exercido por um padrão organizacional burocratizado e técnico, o que se vivia e compartilhava dentro dessas protofábricas direcionava e orientava a vida dos trabalhadores com códigos de conduta entre os pares e atrelava os sujeitos a uma imagem ligada ao ofício que desenvolviam. Tudo isso acabava levando a um controle não apenas do ato no trabalho, mas de todo um modo desses sujeitos perceberem seus contextos e agirem na sociedade. Este controle, a nosso ver, constituiria bases para o que passou a se compreender como profissionalização, a qual envolve tanto aspectos técnicos do ofício, mas também uma espécie de reconhecimento/autorização dos pares.

Com a ampliação do processo de coletivização do trabalhador na transição do século XIX para o século XX, agora não mais em grêmios, mas em protofábricas/fábricas/indústrias onde o trabalhador detém cada vez menos autonomia sobre seu trabalho em nome da produção de bens em grande escala, o que observamos é o fortalecimento do modelo fabril, usando intensamente novas tecnologias associadas ao ato produtivo. O surgimento e a consolidação da máquina a vapor, da eletricidade, as esteiras de transporte e montagem são exemplos de como o trabalhador coletivizado deveria produzir, detendo cada vez menos controle sobre seu trabalho, a expressão de como uma revolução técnico-científica passou a demarcar o mundo do trabalho.

O período de consolidação da revolução industrial demarca o ideal do homem que se faz pelo trabalho, que muda sua história sem depender da natureza, ao mesmo tempo que o

coloca em um ambiente de pouca higiene e segurança que ameaça sua existência constantemente (DEJOURS, 1992).

Um trabalhador cada vez mais genérico se constituía como apêndice do maquinário, intensamente introduzido no ambiente industrial, prometendo livrar o homem do fardo da atividade penosa que remetia ao trabalho, mas terminando por substituí-lo paulatinamente, como nos apontam Nardi (2006) e Harvey (2008). É certo que este modelo não se expande nem atinge as nações de forma homogênea, mas traços comuns são identificados frequentemente, principalmente na porção ocidental do continente europeu e nos Estados Unidos da América.

Seguindo nosso percurso, o mundo do trabalho observa atento a mudanças na produção industrial. Na porção ocidental da Europa, as ideias de Henri Fayol, em sua obra ‘Administração industrial e geral’, reflete uma relação que pouco a pouco solidifica seus laços com resultados expressivamente lucrativos. Ciência e capital dialogando cada vez mais, interessados em formas de aumentar os níveis de produtividade.

O engenheiro radicado na França, nas portas do século XX, introduz na fábrica a ideia de gerenciar o trabalho humano de maneira eficiente, extraindo dele todo seu potencial produtivo. Segundo Batista (2014), mesmo com a intensificação do uso de maquinário, ainda residia no homem o controle do processo produtivo, pois era este quem ditava o ritmo da produção e destitui-lo deste poder seria interessante para o capital. Nas ideias de Fayol, a fábrica deveria se organizar segundo princípios da prevenção, organização, comando, coordenação e controle, dispensando comportamentos desinteressantes para a produção e evitando desperdícios. O trabalhador precisava ser acompanhado, gerenciado e, assim, ajustado para desempenhar sua atividade laboral de forma a ampliar a lucratividade (PINTO, 2007).

Aqui, uma divisão significativa no interior da fábrica acaba por refletir novamente na expressividade do trabalho na sociedade e fora dela. A separação entre aqueles que pensam e os que executam demarca cada vez mais o lugar no trabalho e o lugar do trabalhador em sua estrutura social, delineando formas de ser e de viver.

Quase que concomitantemente, em outro espaço histórico e cultural, no Estados Unidos da América, identificamos outra proposta de gerenciamento do trabalho fabril. Frederick Taylor, considerado precursor na sistematização da administração científica, defensor de uma relação docilizada do homem com o trabalho, propôs como inovação uma racionalização do trabalho a partir da divisão deste por funções. Diferentemente da corrente europeia, o pensamento que ganhava expressão na América do Norte se voltava para uma organização da base produtiva e não de seu gerenciamento. Era preciso ajustar o trabalhador,

domesticar, docilizar para o trabalho, torná-lo uma peça do maquinário industrial que funcionasse em perfeita sincronia na operação das demais máquinas.

Reduzir o esforço despendido na produção, simplificando e fragmentando as tarefas, permitindo acelerar a produção com diminuição do custo operacional do trabalho foram propostas amplamente aceitas dentro do contexto histórico da época.

Todo esse projeto engloba o ideal de diminuir a dependência ao trabalhador, visto que ele podia ser rapidamente substituído em suas tarefas, como nos apontam Nardi (2006) e Pinto (2007). Complementando este movimento de intervenção no modo de produção, no espaço produtivo e nos produtores/trabalhadores, houve a união do pensamento taylorista com as propostas de Henry Ford, engenheiro e empresário, o que constituiu o binômio Taylorismo-Fordismo, que, de forma generalista, é um paradigma produtivo que demarca inovações usadas ainda hoje em maior ou menor dimensão, como nos apontam Harvey (2008) e Bizerra (2017).

Segundo Pinto (2007), Ford concretizou em sua fábrica a aplicabilidade das ideias propostas por Taylor. Ao seguir na prática o que o engenheiro havia proposto, o empresário apresenta ao mundo a efetividade da proposta de maximização da produção e do lucro pelo controle da base de produção da fábrica, o trabalhador. O modo de produção inova pela expressiva simplificação das tarefas a serem executadas, além de uma redução no tempo de produção pela introdução de esteiras nas linhas de montagem e a standardização dos produtos. A união dos projetos produtivos levaria, assim, a uma perda não apenas do domínio da ação produtiva pelo trabalhador, mas também a um não controle do tempo de produção, agora ditado por um sistema automatizado, criando um padrão sincrônico e mecanizado do tempo de trabalhar, reduzindo ainda mais o que havia de humano no processo, priorizando um modelo maquínico de trabalho.

Henry Ford vislumbrava um sistema retroalimentável, no qual o controle na produção se estendesse para fora da fábrica. Em suas ideias, era preciso alinhar a vida do trabalhador dentro e fora do trabalho para que este sustentasse todo o sistema econômico-social, no qual, pelo aumento da produção e a baixa dos custos, seus lucros poderiam ser maiores, visto que seu trabalhador se tornava um potencial consumidor dos seus produtos.

Com uma significativa redução do custo de produção e uma aceleração do ritmo produtivo, o binômio Taylorismo-Fordismo desenvolve-se como um padrão a ser seguido, não apenas pela indústria, particularmente a automobilística, na qual Henry Ford aplicou a proposta, mas para praticamente todas as áreas produtivas que aliavam conhecimento científico e produção.

Acreditamos ser relevante reforçar que a Psicologia como ciência desponta dentro das organizações de trabalho não apenas como ferramenta de potencialização da produção no redesenho organizacional, carregando a promessa de identificar o homem certo para o posto certo, mas também como ferramenta de ratificação científica de premissas presentes nas teorias administrativas correntes, via modelagem do comportamento na relação entre o homem-trabalho-organizações de trabalho (SILVA, 2004).

As mesmas autoras apontam também para algumas metamorfoses advindas das descobertas da Psicologia com o passar do tempo. Aquilo que representava material dispensável das pesquisas administrativas, por expor as diferenças entre os sujeitos e a interferência disso no comportamento coletivo no trabalho, passa a ser material de investigação. O contato com outras áreas de saber abre espaço para um pensamento mais psicossociológico, dando outros interesses ao relacionamento do homem com seu trabalho e com espaços onde este ocorre. Assim, dimensões como tempo (AQUINO, 2004), espaço (SILVA, 2004) e cotidiano (SATO, 2016) inferem diretamente sobre a dimensão subjetiva e formas de produção e reprodução desta (NARDI, 2006), demandando um novo modelo de homem no trabalho que, devido aos métodos científicos da engenharia e áreas afins, pôde ser adequado cada vez mais rápido, exigindo menor custo de formação e aplicação de sua força de trabalho.

Como apontado em linhas anteriores, o modelo moderno de trabalho desenvolvido na era clássica da industrialização foi absorvido por diversas áreas e aqui cabe uma significativa aproximação com o mundo do trabalho que envolve o policial militar no contexto da época. A intensa burocratização, o parcelamento das tarefas, o controle hierárquico, dentre outros, refletem em um policial que se aproxima do ideário maquínico, de pouca reflexividade, mas sob controle de uma ordem hierárquica superior. Ao que parece, se busca muito mais a garantia de um policial/trabalhador que segue a hierarquia e a regra burocrática do que um modelo que reflete e usa a lei para a solução dos problemas cotidianos.

Batista (2014) chama a atenção para o fato de identificarmos o nascimento de sucessivas teorias administrativas que tratam do trabalho nas organizações de trabalho, o que não representa apenas formas diversas de apropriação do potencial a ser explorado do recurso humano, mas também formas de apropriação cada vez maiores da subjetividade. As sucessivas teorias portam em suas premissas aportes ideológicos e isso acaba por modelar traços subjetivos, como também nos sugere Nardi (2006). Mesmo quando se reconhece um fator interveniente no controle do homem no trabalho, este é cooptado como estratégia de manipulação do seu comportamento, sendo transportado para outros espaços da vida.

O modelo de trabalho delineado no que chamamos de era moderna, marcado pela coletivização, pelo modelo industrial, operacionalizado de forma a fragmentar o processo produtivo, com um trabalhador genérico e de baixa instrução, passa a inferir desde a dinâmica de vida pré-trabalho, criando ideais de um futuro trabalhador, que delimita um lugar de participação social, um *status* de cidadão diferenciado (LIMA, 2008), até um modelo pós-trabalho, pensando em uma condição de existência fora das esferas identitárias do tempo-espaço do trabalho com a aposentadoria. Este processo, antes tido como linear, delimitava a carreira do sujeito no mundo do trabalho, um percurso que não refletia apenas a vida no trabalho, mas referenciava as relações também fora dele.

O Trabalho é transmutado, assim, em uma categoria que transversaliza toda a vida dos sujeitos, orientando a relação com o mundo à sua volta ou, como Harvey (2010) aponta, baseado no pensamento de Gramsci, temos um novo tipo de homem, um novo tipo de trabalhador, com um novo modo de sentir a vida, pensar e viver. Desta feita, trabalhar deixa de ser somente um ato de produção para sobrevivência e passa a tomar ares de um bálsamo que tudo cura (TOMÁS; BERNAL, 2001), a ferramenta de ordem para a desordem que não pode aparecer na sociedade moderna, modelando um mundo dito urbanizado e progressista.

No imaginário social, a visão do trabalho como chave de acesso a um lugar social, não mais determinado divinamente, mas sim pelos seus atos cotidianos, leva o homem a buscar, via trabalho, a transformação de sua vida, o que conseqüentemente implica em uma série de mudanças na sua subjetividade, que se vê cada vez mais alienada de outras dimensões, em particular a econômica. Viver, neste contexto, é seguir a métrica de trabalhar e consumir, o que será intensificado no recorte histórico contemporâneo.

Neste ponto, Silva (2004), Nardi (2006) e Sato (2018) se referem ao interesse da Psicologia em compreender como a subjetividade se constitui como uma demanda frente a uma série de contradições sociais, econômicas e culturais. A partir do cotidiano do sujeito trabalhador, os processos de subjetivação emergem como um ponto central, visto que não podemos tomá-lo como elemento passivo desse processo. A produção em grande escala, seriada e de movimentos repetitivos busca um trabalhador dócil, conformado com sua condição de trabalho, sujeito aos ditames impostos pelo capital, constituindo de forma intensa o que Marx (2004) e Freidson (1996) denominam de processo de proletarianização.

As tensões entre a exploração pelo capital, as condições de vida distantes das promessas do progresso pelo trabalho e os imperativos de reconhecimento social fazem com que se configurem espaços de contrapoder não mais apenas individuais, mas coletivos (DEJOURS, 1992). Tais movimentos em relação ao trabalho desencadeiam uma série de

avanços na minimização das discrepâncias. Antunes (2005), Alves (2000) e Cortina (2005) apontam o movimento sindical como a grande representação deste enfrentamento ao avanço do capital sobre a exploração do trabalhador. A coletivização e a representatividade dos trabalhadores em busca de melhorias econômicas, sanitárias e políticas lograram êxito em muitas frentes, convertendo-se em grandes inimigos para o capital.

As implicações decorrentes desde a aplicação da máquina a vapor no século XVIII e as mudanças no modelo produtivo adotado adentram o século XX prometendo menos esforço, mais facilidade e uma especialização do trabalhador, mas acabam entregando uma maior intensificação do trabalho (ROSSO, 2008), a substituição crescente da mão de obra por máquinas ou artifícios tecnológicos, que provocam um fenômeno de rarefação dos postos de trabalho e uma fragmentação do poder do trabalhador, o qual se estranha não apenas com a sua produção, mas também com seus pares (ANTUNES, 1999; ALVES, 2009), levando a uma multiplicidade de formas de sofrimento.

Marcadamente, o século XX configura-se como paradigmático para o mundo laboral, demarcando uma sociedade do trabalho fundada em uma série de valores que moldam, ainda no século XXI, o funcionamento das sociedades e dos sujeitos que as compõem.

Antunes (1999), Alves (2009) e Batista (2014) trazem em suas reflexões que o modelo padronizado pelo binômio taylorismo-fordismo experiencia sua glória advinda de um crescimento econômico que supera guerras de escalas mundiais e tensões políticas oriundas de modelos opostos, como na polarização da Guerra Fria. Estes autores também nos mostram que, em meados da década de 1970, o sistema econômico fundado na produção em larga escala começa a sentir suas bases colapsarem; e o capitalismo, como sistema econômico e cultural, se reinventa, impulsionado por um novo modo produtivo que não abandona os fundamentos científicos dos períodos clássicos.

Harvey (2008) sugere que, simbolicamente, os anos iniciais da década de 1970 demarcam o nascimento de um período que traz a reestruturação produtiva como elemento de ruptura com as configurações anteriores, que se baseavam no modelo taylorista-fordista. Assim, o mundo do trabalho passa por uma mudança profunda, oriunda da diminuição da lucratividade e de transformações dadas pela mundialização dos mercados e de inovações no modelo produtivo, emblemáticas pela produção *just in time*, pela multifuncionalidade e polivalência do trabalhador, bem como pelas estratégias cada vez mais sutis de cooptação subjetiva que tentam intensamente mitigar as controvérsias da relação capital e trabalho.

Antunes (2014), Alves (2009) e Braga (2017) apontam suas reflexões para uma complexificação do que se compreendia como classe trabalhadora em decorrência das

metamorfoses no mundo do trabalho. A proletarização fabril, intensa durante os anos de expansão e consolidação do binômio taylorismo-fordismo, desacelera com um conjunto de fatores que, somados, levam a inúmeros ajustes nas esferas econômicas, sociais e subjetivas.

Gaulejac (2007) aponta que as sucessivas crises econômicas, o incremento da automatização, substituindo o trabalhador, e a migração de investimentos para o setor financeiro fizeram com que os postos de trabalho criados pela indústria adotassem um decréscimo (*downsizing*) recorrente, visto que o efetivo de trabalhador foi tomado como custo a ser reduzido. Neste cenário, desponta o sucesso japonês com as inovações trazidas pelo modelo produtivo elaborado por Toyada Sakichi, Toyoda Kiichirō e Taiichi Ohno, implementado na planta de produção da fábrica da Toyota e conhecido como Toyotismo.

De acordo com Pinto (2007), o princípio do modelo japonês se baseava na fabricação feita especificamente para o pedido vendido, gerando menor estoque, além de tomar o trabalhador como elemento multifuncional. A proposta indica ainda uma linha de produção enxuta, com alto emprego de microeletrônica, informática e automação. Desta forma, o risco de uma superprodução diminuiria. Esta vantagem competitiva é resultado da possibilidade de acelerar ou frear a cadeia produtiva, flexibilizando tempo, espaço e aplicação do trabalhador. Vale salientar que essas mudanças complexificam os processos de subjetivação

Como reflexo disso, observamos a maneira como Antunes (2005), tratando da complexificação da classe trabalhadora, passa a compreender o contingente de trabalhadores dividido em dois grandes grupos, os superespecializados e os subproletários. Nesses grupos, o que se destaca é uma dinâmica na qual coexistem a especialização progressiva e a desespecialização, consolidando reflexos de uma série de estratégias de flexibilização que impulsiona a precarização de condições de proteção outrora garantidas. Ao delinear a classe trabalhadora desta maneira, o autor destaca que a precarização, como fenômeno de deterioração de garantias e direitos conquistados, não estaria restrita apenas ao subproletário, submisso aos contratos *part time*, à informalidade ou a vínculos de trabalho débeis, mas também atingiria aqueles que podem prolongar sua formação acadêmica, postergar a entrada no mercado de trabalho e viriam a ocupar atividades mais técnicas e especializadas.

A classe trabalhadora não é mais a expressão de uma massa quase homogênea oriunda da indústria. Ela se divide agora no crescente setor de serviços, no trabalho doméstico e no lar, no expressivo número de trabalhadores desfilados vivenciando a desproteção legal na sua condição de trabalhador dos tempos de expansão do binômio taylorista-fordista.

Os fenômenos de redução dos postos de trabalho (*downsizing*) e da diminuição crescente no emprego de trabalho vivo em detrimento do trabalho morto (liofilização do

trabalho) resultam em um expressivo afastamento de trabalhadores de seus postos, levando um significativo contingente ao desemprego, situação mais grave entre os subproletários, que são cada vez mais empurrados para a informalidade e para atividades com características mais precárias. Além disso, segmentos da população parecem ser mais atingidos pela condição de precariedade. Mulheres, jovens, imigrantes - elementos de destaque nos anos de expansão capitalista - e trabalhadores acima de 50 anos se deparam cada vez mais com um cenário no qual são mais mal remunerados e encontram mais dificuldade para se inserirem ou se reinsierem no mercado de trabalho.

O trabalhador com emprego estável torna-se cada vez mais rarefeito à medida que modelos de trabalho com menor proteção, instáveis em seus vínculos, com menor remuneração em subcontratos, entre outros, proliferam como formas de adequação às novas exigências do mercado, configurando o que Antunes e Alves (2004) classificam como novo precário. Vale ressaltar que estas modalidades de trabalho não são uma criação do início do século XXI, elas sempre existiram. Entretanto, o que ocorre neste momento histórico remete à quantidade de trabalhadores nesta condição e à forma como estas modalidades se propagam no atual cenário com o aval e estímulo do Estado, que implementa ditas reformas que pauperizam o trabalhador em nome de uma pretensa retomada dos empregos, que vem se mostrando uma falácia.

Essas características apresentadas terão maior ou menor variação de intensidade dependendo da realidade local/cultural, mas o traço comum de deterioração de garantias conquistadas pelos trabalhadores é marcante. Bizerra (2017) e Antunes (2018) defendem que as sucessivas crises vivenciadas pelo capitalismo, cada vez incidindo em ciclos mais curtos, vivenciadas desde o pós-Segunda Guerra, não demonstraram a intenção de solucionar os inúmeros problemas do sistema econômico, mas submeter cada vez mais o trabalhador a uma condição de exploração intensa, trazendo maior lucratividade ao sistema, que, por sua vez, tem se reinventado em formas de exploração que cooptam a subjetividade de formas mais sutis.

Gaulejac (2007) observa que há, com a consolidação do movimento de reestruturação produtiva, uma proliferação de discursos autogerencialistas, levando a uma individualização do trabalhador, demarcando um novo modelo de homem, menos identificado com a imagem de produtor e mais próximo da imagem de um servidor, sujeito aos mandos do mercado, adaptando-se a cada mudança, ficando com o custo disso para si.

A nosso ver, tal evidência é facilmente encontrada no crescente setor de serviços, principalmente privado, que vem apresentando uma curva de crescimento ascendente, constituído por um novo proletariado representado pela polivalência, pelas vinculações cada vez mais frágeis, pela culpabilização do sujeito e pelo intenso uso dos discursos gerencialistas

e de *self made man* como estratégias microfísicas de disciplina e governo, características que também não escapam aos serviços públicos. Entretanto, estes ainda possuem direitos preservados, como a estabilidade de vínculo.

Em nosso entendimento, as diversas expressões destas metamorfoses atingem o grupo de trabalhadores da polícia militar de forma bem peculiar. O caráter militarizado do trabalho submete estes sujeitos a uma rigidez burocrática que dificulta e criminaliza movimentos de contestação assegurados por lei a todos os demais trabalhadores, limitando o poder de barganha, além de difundir o mérito individual como forma de sucesso e destaque, ao mesmo tempo que estimula valores de compromisso e abnegação no contingente.

Não acreditamos, assim como Antunes e Alves (2004), que as teses de fim do trabalho ou fim da classe trabalhadora possam estar corretas. O trabalho ainda é um eixo importante de organização econômica, social e psíquica. Entretanto, o que destacamos aqui é que toda a fragmentação promoveu uma divisão da condição de trabalho e de *status* associada ao nível da vinculação estável com o trabalho, bem como de garantias que ela pode oferecer, por exemplo. Observa-se isso dada a corrida pelo concurso público e ao emprego formal, oásis que ainda resguardam garantias ao trabalhador. Também levantamos a tese de que estes oásis não desaparecerão, configurando-se como modelo rarefeito com fins de manter um fio de possibilidade para uma filiação daquele que se encontra fora destes modelos.

Tais metamorfoses precisam ser compreendidas a partir de inúmeros eventos contextuais histórico e culturalmente, principalmente em se tratando de realidades com economias emergentes, como é o caso do Brasil, onde muitas fases de maturação foram saltadas e outras impostas sem que houvesse um mínimo debate entre Estado, sociedade civil e empregadores.

Ressaltamos que tratar destas metamorfoses, e particularmente dos seus reflexos sobre o trabalho dos policiais militares sem que se aborde as mudanças na estrutura do Estado, configura uma análise limitada. Dada esta condição, a seguir, faremos uma análise das mudanças no funcionamento do Estado e de seu papel dentro de todo o contexto que viemos trabalhando.

3.1 O Estado no cenário e como palco de metamorfoses

Já tratamos, em linhas anteriores, como o mundo delineado no início do século XX teve grande relevância para o ciclo de produção de riqueza e subjetividades via trabalho. No texto que segue, buscaremos compreender mais especificamente um terceiro personagem

dentro das transformações ocorridas e que, para nosso problema de pesquisa, também assume um lugar privilegiado de análise.

Segundo Calixto (2007), as configurações dos Estados-Nação, após as Revoluções política, moral e econômico-produtivas no ocidente, remetem a uma nova forma de sociabilidade. O Estado passa a ter importante lugar no campo representativo simbólico, gerando um vínculo de pertença aos membros da comunidade, constituindo, assim, uma referência para o que consideramos como base da cidadania. Para Vianna (2011), alia-se a este fato a uniformização das leis e códigos, a secularização do poder político, o monopólio da violência, a profissionalização do exército e uma conseqüente despersonalização institucional, garantia à propriedade privada, individuação jurídica, além de um sistema fiscal, garantindo que emergjam condições sociais, institucionais, jurídica e administrativas, configurando a superestrutura, nos termos marxistas, necessária à consolidação e expansão do capitalismo.

Com a intensificação da concorrência entre os mercados, parece ter sido de suma importância vincular ao sujeito uma ideia de cidadania e uma imagem de trabalhador voltado para contribuir com o desenvolvimento da nação, de tal forma que Cortina (2005) aponta ser difícil pensar, durante o século XX, em cidadania sem trabalho e vice-versa. Isso se mostra ainda mais intenso em países como o Brasil, que vivenciou o que podemos nomear de cidadania regulada, um modelo que vinculava direitos aos trabalhadores, dando a estes uma representação social diferente da grande massa da população. Esta diferenciação tomou dimensão maior ainda dado o fato de, historicamente, a população com vinculações formais de trabalho ser uma minoria em nosso país, o que fazia este grupo ocupar, no imaginário social, um lugar de destaque.

Se anteriormente a compreensão de uma condição natural de comunidade era usada para compreender o Estado, cada vez mais seus condicionantes históricos e culturais, em particular o trabalho, delineavam formas de sociabilidade alinhadas ao sistema econômico e a projetos políticos. Segundo Vianna (2011), a expansão do comércio e as mudanças nas relações sociais e jurídicas criaram um campo de mobilidade espacial que subvertia a perspectiva de naturalidade, afinal, o trabalhador migrava em busca de trabalho, bem como de sua condição de vida, sendo peça de grande interesse no fortalecimento dos Estados, na mesma medida em que levavam estes a criarem dispositivos financeiros, fiscais e jurídicos para regular essas novas formas de ser.

Dentre estes condicionantes históricos, cabe a nós retomarmos o período de franca expansão econômica da indústria no modelo taylorista-fordista, o qual, como tratamos, implantou um tipo de dinâmica social e subjetiva que se disseminou pelo mundo durante todo

o século passado, adaptada a peculiaridades de cada Estado. O crescimento industrial e a expansão de ganhos nos anos que sucederam o pós-Segunda Guerra configuraram um delineamento peculiar ao Estado, que passava a atuar como um mediador entre os ganhos do capital com a expansão da produção e do consumo e a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida.

Segundo Fiori (1997) e Mattos (2015), os investimentos estatais cresceram significativamente neste período devido a alguns fatores que a nós são interessantes debater. O primeiro deles é a necessidade do crescimento em estrutura na máquina administrativa do Estado. Para dar conta do controle fiscal, administrativo e de segurança pública que se impusera com a expansão dos espaços urbanos industriais, o Estado necessita de uma estrutura organizacional, passando a se configurar também como uma organização que precisa de trabalhadores. A constituição de uma estrutura burocrática, dotada de pessoas vinculadas ao trabalho, especializadas na atividade, se desenvolve em meio ao que podemos chamar de Estado desenvolvimentista, ações organizadas de estruturação e organização da sociedade com a efetiva intervenção do Estado.

No Brasil, o Estado teve inclusive uma responsabilidade direta na constituição do contingente trabalhador assalariado quando, após o fim da legalidade do trabalho escravo, financia uma importação de mão de obra estrangeira em detrimento da mão de obra presente em nosso país. De origem, em grande parte, europeia, os trabalhadores que aqui se instalam constituem fonte de tensão e resistência às práticas de trabalho recorrentes na época, dado importante para nosso segundo ponto, discutido mais adiante.

O movimento, em nosso país, segundo Mattos (2015), ocorreu em ondas, mais claramente observadas desde a década de 1920. Com uma estrutura estatal limitada e precária, situada basicamente em áreas de maior desenvolvimento econômico, o país carece de uma modernização estrutural que leve ao crescimento do efetivo do funcionalismo público, bem como a criação de estatais em áreas como educação, saúde e telecomunicações. Lembremos que este também é um período de transformação na segurança pública, como tratado outrora em nosso escrito.

Embora estas reformas estruturais do Estado brasileiro tenham aumentado, em termos absolutos, o contingente de trabalhadores a serviço do Estado, o que realmente se apresentava era uma estrutura precária e mínima, com contratações baseadas em favores políticos, o que acabou contribuindo para uma imagem extremamente negativa do funcionalismo público, como nos apontam Ribeiro e Mancebo (2013). Em comparação aos países centrais, a estrutura do Estado brasileiro como empregador se mostrava muito inferior e

despreparada, mas já se assistia a uma série de tentativas de fazer funcionar a contento a máquina administrativa estatal.

O segundo fator decorre das tensões entre o crescente contingente de trabalhadores e seus empregadores desde o século XIX. A expansão do modo de produção e da vida urbana, apesar de trazer a promessa de melhoria de vida, escancara a precariedade e a desigualdade de relações entre trabalhadores e o capital industrial. Neste cenário, crescem as lutas operárias e o papel dos coletivos de representação de classe demandando posicionamentos dos Estados-Nação, que, por sua vez, respondem inicialmente com regulamentações legais que podiam levar décadas para sua regulamentação, além de frequentemente serem questionadas pelo capital e voltarem ao *status quo* anterior (DEJOURS, 1992).

Os embates entre capital e trabalhadores por mudanças nas condições de trabalho e o clamor de melhorias nas condições de vida em sociedade promoveram uma série de ações operacionalizada pelo Estado como agente promotor e mediador/interlocutor privilegiado destas relações, configurando um modelo político de organização da dinâmica social que ficou conhecido como Estado-do-Bem-Estar-Social, marcado efetivamente por uma continuidade nas políticas espaçadas aplicadas anteriormente. Esta seria uma forma de funcionamento resultante da combinação dos dois fatores apontados somados a outros com menor impacto em nosso problema de pesquisa.

Fiori (1997) considera que não houve uma uniformidade na postura adotada pelos Estados-Nação, mas reconhece uma espécie de eixo central de ações comuns a diversas realidades econômicas, políticas e sociais que, em geral, se voltavam para uma “proteção social” a partir de um contraponto à expansão industrial-comercial e aos ganhos de capital. Neste contexto, destacamos a formulação mais consistente de leis trabalhistas que permitiram avanços na saúde e na dinâmica de vida cotidiana dos trabalhadores. O mesmo autor ressalta, ainda, um movimento nestas políticas que ganha em quantidade e intensidade com a realidade pós-Segunda Guerra Mundial, muito em contraponto à ameaça comunista que pairava como oposição ao modelo capitalista (GROPPO, 2005).

O continente europeu, representado por Inglaterra, França e Alemanha, centralizava a imagem que alardeava ao mundo o papel do Estado na economia e os resultados em termos de benefícios para a população em seus sistemas de proteção social.

A farta oferta de trabalho formal, presente nos grandes centros, teve como resultante uma configuração no mercado que, ainda hoje, reflete na forma como compreendemos o trabalho. O modelo de vinculação jurídico do emprego atraía por conter em sua fundamentação uma série de direitos assegurados ao trabalhador, que lhe permitia muito além da mera

sobrevivência de outros tempos, embalados, em grande parte, pela melhoria no poder de consumo do trabalhador.

De acordo com Fiori (1997), o Brasil, assim como os países tomados como periféricos da América do Sul, também vivenciou aspectos desta configuração mesmo nunca tendo características claramente de um Estado-de-Bem-Estar-Social. A primeira metade do século XX foi marcada por mudanças no cenário político, econômico e social. No mundo do trabalho em nosso país, o recorte talvez de maior destaque foi a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que, assim como ocorrera nos países centrais, atrelava ao regime de trabalho uma série de direitos e garantias, fazendo com que esse modelo obliterasse outras formas de trabalho e se tornasse uma epifania para a população em geral, tanto na iniciativa privada como na pública. A materialização de uma cidadania regulada pelo trabalho se dava na busca pelo vínculo empregatício, pelo reconhecimento social via trabalho, pelo acesso ao suporte incluso no vínculo trabalhista, tidos como uma grande diferença em relação a uma massa da população. Salientamos, ainda de acordo com a proposta trazida pelo autor supracitado, que esta conformação assume claramente aspectos populistas que ainda hoje se enunciam em nosso cotidiano.

Permitindo um planejamento de vida a longo prazo pela certa estabilidade de vínculo, ofertando acesso à saúde e aos direitos assistenciais, o modelo de emprego vivenciado nesse período e nos anos que se seguiram no Brasil apontava para uma modernização do Estado de mãos dadas com o trabalho, o que se reafirma nos anos seguintes com os planos de rápido desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek, uma prosperidade baseada no *american way of life*, ou seja, nas supostas benesses do trabalho assalariado e no consumo de bens duráveis. No entanto, a prosperidade do salto desenvolvimentista escondia o crescente endividamento externo do país e a inflação que corroía o poder de compra do trabalhador.

Reconhecemos que, no Brasil, o período de conciliação entre capital e trabalho, mediado pelo Estado, nunca teve um plano longo de pacificação, apesar de que somente em situações bem específicas observamos rompantes de insatisfação de maior expressividade da classe trabalhadora. Groppo (2005) afirma que, se em grande parte da Europa ocidental e da América do Norte as reivindicações ganharam força à medida que o fosso entre a dependência do trabalhador e o poder do capital era amenizado pelo consumo de massa, no Brasil os movimentos coletivos sofrem uma repressão ainda mais dura quando irrompe o golpe militar, em 1964. O fechamento político e a fragilização dos direitos civis levam a um período de tensão muito grande em comparação com as regiões centrais que apontamos acima. Esses países, cada um à sua forma, também assistiam a uma corrosão das políticas de proteção social e à ascensão

de políticas voltadas para o favorecimento do mercado. Este processo tem uma relação íntima, como afirmam Antunes e Alves (2004), com a redução dos ganhos do capital, com a globalização dos mercados e com a financeirização crescente da economia, ao mesmo tempo que a aura de encantamento sobre o consumo de bens duráveis vai se esgotando, juntamente com o modelo de produção baseado no binômio taylorismo-fordismo. A concorrência dos mercados em expansão e a pouca regulamentação do trabalho subvertem a ideia de um Estado forte e interventor e deflagram um movimento de crítica ao peso do Estado, à sua lentidão de respostas para elevar os ganhos econômicos e à sua burocratização.

Harvey (2008), Antunes (2014) e Mattos (2015) convergem, em suas análises, para o processo de contraposição ao papel do Estado que ganhou expressão na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, apontando para um retorno ao Estado mínimo. A proposta, denominada de política Neoliberal, como ficou conhecida, se propõe a enxugar a máquina estatal, cedendo lugar para a iniciativa privada assumir atividades antes de grande importância, como telecomunicações, saúde, sistema financeiro, delimitando como responsabilidade do Estado a garantia de um contexto atrativo para a exploração do mercado, por exemplo, com políticas de austeridade e flexibilização/desregulamentação de leis, em especial as trabalhistas. Antunes (2005) sugere que ao que se assiste é uma crescente corrosão dos direitos e garantias dos trabalhadores em nome de uma adaptação a novas demandas de um agente invisível materialmente, mas presente em tudo: o mercado.

Com a reabertura política e a entrada na década de 1990, o que podemos identificar é todo um discurso de reforma/reestruturação, muito frequentemente associado a uma ideia de modernização, progresso e avanço, que se presentificava na insatisfação da população com as condições de vida e pelos ideais renovados de liberdade e exercício da cidadania após a nova constituição, em 1988. Antunes (2014) ressalta que, em países de capitalismo hipertadio, como o Brasil, os efeitos do processo de reestruturação foram retardados, chegando aqui de forma patente entre as gestões presidenciais de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. O que se observava era um grande descontrole econômico, que levava a uma intensa pauperização de grande parcela da população dados os altos níveis inflacionários.

Se por um lado a crise econômica e social se acentuava, o discurso de modernização e desenvolvimento, aliado ao ajuste de disfunções do Estado, promovia alento. Uma pretensa ruptura com práticas danosas ao funcionamento do Estado e a abertura do país ao mercado externo, trazendo inovações tecnológicas, ascenderam ações de caráter neoliberais no país. Do governo Fernando Collor até o governo Fernando Henrique Cardoso, a diminuição do Estado se estrutura progressivamente, levando a um sucateamento da máquina administrativa em todas

as esferas, afirmando uma incapacidade do Estado em gerir as necessidades de um país em desenvolvimento.

É durante a primeira Gestão do governo Fernando Henrique Cardoso que ocorre no Brasil uma reforma administrativa encampada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), que repercute ainda hoje. Segundo Bresser Pereira (1997), a reforma criticava a incapacidade do Estado responder a demandas de rápida transformação impostas pelo fenômeno da globalização, além de identificar em sua estrutura um grande ônus financeiro ao país. Esta posição direcionava os esforços para a transição de uma gestão burocrática para uma proposta delimitada como gerencial de gestão pública ou nova administração pública, que exalta em seus princípios o cidadão como cliente, valorização do trabalho técnico, os processos descentralizados e flexíveis, a adoção de indicadores de desempenho, terceirização de atividades de apoio e transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos.

Pimenta (1998) sugere que o ajuste conjuntural na estrutura estatal brasileira trouxe processos mais ágeis e mais adequados ao modelo de mercado, porém trouxe, em uma grande medida, flexibilização do emprego, da temporalidade relacionada com o trabalho, redução salarial e maior exigência técnico-racional do trabalhador, delineando o que Dardot e Laval (2016) chamam de mercadorização da instituição pública, agora levada a atuar como uma empresa, subvertendo direitos sociais do cidadão. Mattos (2015) aponta um outro horizonte de análise no qual o emprego público no Brasil, chegando nos anos 2000, sofre uma redução devido ao desinvestimento estatal, impulsionado pela política de privatização e pelo sucateamento de áreas como a educação. Nesta situação, se instala um ciclo que deprecia a imagem da administração pública na mesma medida que impulsiona a necessidade de privatizar serviços em nome da redução de custos e da maior efetividade da prestação dos serviços pela iniciativa privada, o que empiricamente se mostrou falho.

Ribeiro e Mancebo (2013) sugerem que a retomada de uma ascensão do emprego público nos remete à primeira gestão do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, no qual os concursos públicos passam a ter uma frequência intensa, atraindo cada vez mais trabalhadores interessados em algo que o mercado de trabalho da iniciativa privada já não ofertava: a estabilidade e a garantia de direitos.

Ressaltamos que esta retomada de investimentos na administração estatal não significou um abandono de uma política de mercado ou de uma ruptura com o financeirismo, mas um novo ajuste, principalmente nas instituições de controle, visto com bons olhos pelos

investidores externos. Entretanto, devemos reconhecer que esta retomada trouxe uma reconstrução da imagem do funcionário público no país.

A busca pelo posto na administração pública, em todas as esferas, pode ter sido impulsionada por diversos fatores, mas, para nós, merecem destaque o fato dos concursos públicos, de uma maneira geral, não exigirem experiência prévia na atividade laboral para a investidura do cargo. Além disso, o cenário de ampliação do tempo de escolarização do trabalhador/cidadão brasileiro acaba permitindo sujeitos mais aptos a prestar o concurso, parte deles com salários inicialmente mais altos que o da iniciativa privada, somando-se a já exposta estabilidade de vínculo. Em um cenário de incertezas, o cargo público se apresenta, nos anos seguintes, como um oásis dos direitos e das garantias para os trabalhadores, como aponta o estudo de Albrecht e Krawulski (2011).

Neste contexto, uma das áreas que mais teve concursos para provimento de cargos foi a segurança pública, com destaque para o efetivo das polícias militares. Com o crescimento da violência e da criminalidade nas últimas décadas, a demanda por mais segurança urgiu ao Estado, que por sua vez promoveu toda uma reestruturação formativa, tecnológica e estrutural no trabalho das polícias, sendo nosso interesse as mudanças na polícia militar do Ceará. A oferta de concursos teve implicações que nos chamam atenção, trazendo novas configurações para o perfil policial que passa a integrar as corporações. Com maior escolaridade, não raramente com ensino superior completo e mais jovem, os candidatos ao trabalho como policiais militares acabam constituindo um novo perfil de trabalhadores, diverso do que usualmente se observava no contingente das forças policiais militares, levando Costa, Mattos e Santos (2012) a observarem, no contingente da polícia militar do Distrito Federal, uma mudança no frequente desprezo das classes mais abastadas pelo trabalho como policial militar.

Ao retomarmos a constituição das forças policiais no Brasil, observamos que ela fora constituída, em suas fileiras, eminentemente por membros de classes pobres, negros, mestiços, que encontravam nesta inserção alguma mudança de *status* na estrutura social, como referido em nosso segundo capítulo. Podemos, em um exercício de reflexão, aventar que a crise vivenciada no mundo do trabalho e as diversas mudanças na dinâmica de inserção e carreira laboral resultam em uma configuração contextual que leva a uma busca por redutos mantenedores de garantias que remetem à estabilidade e à segurança, atualmente típicas do funcionalismo público. O ingresso nas fileiras da polícia militar ou quaisquer outras instituições deve ser compreendido a partir do prisma de vários condicionantes sociais e não pela perspectiva individualista, vocacional ou das aptidões, como por tempos foi compreendida, em especial na Psicologia.

Enquanto a instabilidade e a incerteza rondam o trabalhador da iniciativa privada, as garantias mantidas no serviço público passam a atrair olhares de um público que buscava se afastar deste tipo de atividade. Candidatos com formações de nível superior diversas buscam no trabalho da polícia militar uma inserção laboral, uma ideia de carreira e a representação de uma profissão, algo que não se expressava em outros momentos históricos, de acordo com Costa, Mattos e Santos (2012). Esta temática será retomada mais adiante quando delinearmos nosso debate acerca do trabalho e de uma pretensa profissionalização do policial militar dentro das metamorfoses do mundo do trabalho.

Retomando o cenário das últimas décadas de reformas no Estado e de expressões destas para o trabalho e para o trabalhador, ressaltamos o papel da última reforma trabalhista realizada no Brasil, através da Lei n. 13.467/2017, que trouxe diversas flexibilizações que suavizam perdas significativas para o trabalhador, precarizando ainda mais o trabalho e as condições de vida dos trabalhadores. Segundo Dardot e Laval (2016), este processo se delineia dentro da série de reformas orientadas pelo modelo de acumulação flexível iniciado na década de 1970 (HARVEY, 2010), agudizando a precarização das relações sociais, como apontam Braga (2017), Druck, Dutra e Silva (2019) e Passos e Lupatini (2020). Esta reforma se dá em meio a mais uma crise que demanda ajustes do sistema produtivo e do Estado para assegurar ganhos ao capital, mas que se pronunciava sob a égide da necessidade de criação de mais empregos. O embate entre “mais emprego ou menos direitos”, expressão trazida pelo ex presidente da república, se colocou como bandeira daqueles que defendiam a reforma, em especial, dentro da gestão do governo federal nos anos de 2017 a 2022.

Com a aprovação recente do que preferimos chamar de contrarreforma do trabalho, o que se viu foi a não geração de empregos projetada, mas a ampliação do trabalho informal e das atividades precárias, bem como a ampliação de novos modelos de exploração do trabalho com cada vez menos proteção ou garantias ao trabalhador. Associado a isto, observa-se toda uma ofensiva para deteriorar os direitos do servidor público, seja terceirizando irrestritamente as atividades ou com proposta de mudanças na aquisição da estabilidade no funcionalismo público.

Acreditamos que todo este processo de ataque não leve a uma extinção dos direitos, mas sim a uma rarefação destes, segmentando e fragilizando a classe trabalhadora, tornando privilegiados aqueles que se inserem com garantias, que acabarão sofrendo ataques por parte dos demais, que tiveram suas garantias e proteções corroídas.

Por fim, a modernização do Estado aparenta ser um movimento que, apesar dos avanços, tem apresentado resultados danosos para o cidadão pela ausência ou precariedade de

políticas a serviço deste e ao próprio Estado, que passa a ser alvo de críticas pela inoperância do que propõe fazer, além de abrir espaços para eclosão de movimentos de poder paralelo, principalmente em espaços de grande vulnerabilidade social, o que tem se apresentado como um grande desafio para a área de segurança. Ao mesmo tempo, e em uma medida diferente, as diversas reformas parecem favorecer interesses financeiros do capital privado, que busca não perder margens de lucratividade, quer seja pela maior exploração do trabalhador, quer seja pelo maior incentivo por parte do Estado.

3.2 O trabalho profissional e as inquietações para as ciências humanas

Tendo o século XX sido amplamente demarcado pela relevância do trabalho para a sociedade, diversas ciências se ocuparam em compreender as dinâmicas ocorridas com esta dimensão da vida, bem como os processos envolvidos nas inúmeras metamorfoses da sociedade e dos sujeitos que a operacionalizam.

O campo das ciências humanas e sociais tem se destacado como espaço de investigação fecundo, descrevendo e problematizando fenômenos novos e antigos que passam por uma nova roupagem. Na seara do trabalho, podemos identificar a Sociologia, a Educação e a Psicologia como saberes que buscam contribuir com análises e compreensões dos fenômenos relacionados a esta categoria em seus campos. Destacaremos em nosso escrito as apropriações do trabalho nestas áreas, voltadas para o fenômeno das profissões como um tipo peculiar de trabalho e de ocupação.

Com a consolidação do trabalho nos moldes já delineados anteriormente e que marcam o mundo moderno, as profissões tornaram-se cada vez mais presentes em nosso cotidiano, dando, segundo Elias (2001), traços de modernidade às sociedades ocidentais, delimitando formas de ser no modelo burguês.

Os profissionais passaram a ocupar um lugar de destaque pelo domínio de uma atividade, agindo de forma singular na transformação do contexto a sua volta. Diferente do contingente proletariado em geral, o profissional manteria sob seu domínio um conjunto de saberes que o colocava em um patamar diverso dentro da estrutura das sociedades que se estruturavam em torno da racionalidade científica e do progresso. Em sua análise dos elementos constituintes da coesão social nas sociedades modernas, Durkheim (1999) destaca as profissões como mais uma forma de compreender a divisão social do trabalho. Uma pergunta, então, se coloca: o que seria profissão?

Ao empreendermos uma investigação sobre o conceito, nos deparamos com noções diversas acerca do tema. Franzoi (2006) afirma que a forma empregada nos estudos de língua anglo-saxã remete a atividades sábias, que passaram por profunda formação e conservam uma grande autonomia, o que as diferenciaria das diversas ocupações existentes. Há ainda uma conotação dada por estudos de língua francesa, que deriva da noção de ofício (*métier*) no sentido artesanal, conservando o domínio de um saber especializado que permite recursos para a subsistência de quem os detém, o que se aproxima da compreensão Weberiana, segundo Schmitz (2014), que destaca o domínio de um saber técnico nas profissões como elemento modernizador dos ofícios.

Estas noções parecem guardar maior similaridade com a que temos corriqueiramente no Brasil, levando ofício e profissão a serem tomados como sinônimos.

Concordamos com Franzoi (2006) quando a autora afirma que esta não é meramente uma questão semântica, mas um instrumento necessário de análise, sendo a produção de sentidos e significados um espaço para compreendermos a construção de subjetividades no e pelo trabalho. Em sua análise, Freidson (1988) aponta que a distinção entre as profissões, ofícios e ocupações deve existir, mas que isto não deve privilegiar de tal forma as primeiras de modo que impeça os estudos das demais ou o papel destas manifestações em nosso cotidiano. A nós interessa como os sujeitos que experienciam as diversas modalidades de expressão do trabalho se constituem a partir das relações com elas. As mais diversas formas de subjetivação que podem estar envolvidas ao reconhecer sua atividade laboral como ocupação, ofício ou profissão, devem ser objeto do olhar da Psicologia para que possamos compreender os fenômenos que envolvem os sujeitos em seu contexto histórico e cultural.

Diniz (2001) sugere que a forma como compreendemos a profissão remete a todo um campo de domínio que se constitui no convívio com o trabalho, a uma configuração que, segundo Dubar (1997), é originária dos grêmios de ofício e que perpassa o processo formativo, os processos de socialização, a interação com outros profissionais e com o Estado, resultando em um processo identitário para os sujeitos. Observemos que o processo ao qual se referem os autores remetia diretamente a uma condição de socialização voltada a valores, costumes e a um ensino de como fazer (técnico/prático), não sendo este último o foco principal. Com a intensificação das ciências aliadas ao trabalho, poderíamos aventar uma significativa mudança, agora enfatizando um saber dominado e circunscrito por teorizações e formalidades, vinculada a um grupo restrito de membros.

Angelin (2010) destaca como diferença entre profissões e ofícios um dado qualitativo na forma como estas lidam com seu trabalho. Para ele, as profissões se destacariam

pelo uso do conhecimento enquanto os ofícios remetem ao uso do esforço físico. A cisão entre pensar e executar, preceito do trabalho nos moldes Taylorista-Fordista, mais uma vez se apresenta, criando uma espécie de hierarquia entre o trabalho manual/braçal e o trabalho intelectual, delimitando como profissão aquelas que privilegiam a reflexão e as capacidades cognitivas, algo que nos aproxima do destaque, no Brasil, às formações superiores e suas posições de supervisão e coordenação de atividade mais operacionais. Esta posição está presente no trabalho do policial militar quando analisamos os contrastes entre o trabalho dos praças e dos oficiais, em que a formação do segundo grupo equivalia a um curso de graduação. Atualmente, para ingresso, já é exigida graduação prévia, sem que haja restrição de área.

Poncioni (2004), tratando da polícia militar, afirma, que continuamente esta atividade é referida como uma profissão, sem que concomitante a isso haja uma delimitação clara do campo de saberes dominado por esse grupo ou de características que demarquem um lugar diferente dos demais ofícios, até mesmo dentro da área de segurança pública. Para a autora, a profissionalização seria evocada como uma possível solução para o conflito entre a tarefa policial de manutenção da ordem e de execução da lei em uma sociedade democrática, uma forma de relacionar as demandas ao cumprimento delas em confluência com o que a sociedade prega.

Analisar tais aspectos, no contexto do trabalho do policial militar, representa um desafio não só pela complexidade representada pela polissemia do que seria profissão, mas também pelas relações de poder envolvidas no modelo de policiamento ostensivo que temos em nosso país. A barreira imposta pela limitação na circulação de informações referentes ao ofício do policial militar no campo, carregado de burocratização e formalismos, bem como a escassez de material produzido que trate das peculiaridades e semelhanças dos contextos de trabalho da polícia militar, para além de procedimentos técnico-operacionais, apresentam um campo fértil de problematizações e contradições oriundas do cotidiano destes trabalhadores. Buscaremos, assim, nos próximos fragmentos, clarificar as principais contribuições na análise das profissões e do seu processo de construção.

Em nossa investigação, a sociologia das profissões se mostrou o terreno mais fértil de produção especificamente tratando do tema, uma vez que, nas outras áreas de saber, como a Educação e a Psicologia, aparece de maneira indireta ou transversal, em alguns momentos até de forma indiferenciada. Reconhecido isto, buscaremos aqui sintetizar os dois grandes eixos de pensamento na área: as teorias funcionalistas e as interacionistas.

De acordo com Diniz (2001), os primeiros estudos acerca das profissões foram elaborados em meados da década de 1930 por sociólogos funcionalistas americanos. A proposta

desta corrente seria a de identificar um modelo idealizado de profissão, de forma que esta se apresentasse superior aos meros ofícios a partir do valor social ocupado por suas funções no sistema social. Nesta proposta, o foco se direcionava para a autonomia desempenhada pelos sujeitos no exercício de seus trabalhos. Um ofício somente chegaria ao *status* de profissão caso apresentasse um corpo de conhecimento abstrato, complexo e que demandasse um aprendizado formal extenso, uma cultura comum aos seus membros, sustentada pela associação destes, e uma orientação para as necessidades de sua clientela/sociedade. A autonomia seria proveniente do domínio de saberes técnicos, distante do acesso leigo, e que serviria a problemas que extrapolam o interesse individual, gerando, em contrapartida, o reconhecimento social daqueles que dependem da solução do serviço prestado.

Pensando no trabalho do policial militar, fica clara a demanda da população por uma redução nos índices de criminalidade e melhoria da segurança pública, o que denotaria o caráter utilitarista da relação entre a sociedade e o trabalho executado nos moldes explicitados por Dubar (2012).

Angelin (2010) ressalta que, para os estudos de caráter funcionalista, a relação entre as profissões e a clientela/sociedade seria mediada/regulada por associações profissionais que teriam como fim último garantir o controle ocupacional, a autonomia, uma autorregulação das profissões, articulando-se por melhorias para a profissão. Este é novamente um ponto controverso para pensarmos o trabalho do policial militar enquadrado nos critérios funcionalistas de profissão, visto que a esta ocupação, no Brasil, é vedada a sindicalização de seus trabalhadores, bem como o direito à greve, o que é constitucionalmente assegurado a todos os outros trabalhadores.

Poncioni (2005) destaca a perspectiva de uma análise das profissões vinculada à estrutura social em que se manifesta, a partir dos sistemas simbólicos resultantes da interação dos agentes sociais presentes, abrindo espaço para percepções, valores e expectativas daqueles que vivenciam o cotidiano profissional. Neste sentido, não apenas uma instituição como o Estado afirmaria o caráter profissional do trabalho, mas todo um contexto relacional de uma sociedade. Os diversos tipos de trabalhos passariam por uma chancela de todos que fazem uso de seus serviços e de seus pares, compondo um grande sistema de necessidades e valorização dos ofícios.

Seria a partir da introdução da discussão do diploma/licença e do mandato como ferramentas do exercício das profissões pela corrente descrita acima que se constituiria também uma diferença entre portadores ou não destes documentos como detentores de uma autoridade sobre a tarefa que executam. O primeiro seria uma espécie de autorização legal para que os

sujeitos possam atuar em uma determinada atividade laboral, excluindo não portadores do exercício destas. Já o mandato corresponderia à obrigação de assegurar uma função específica, uma missão. Soma-se a isso a necessidade dos portadores de diploma/licença e mandato possuírem o que Dubar (2005) chama de saber inconfessável, uma forma de regulação entre profissionais e clientes que resguardaria sigilo, um aparato ético que daria proteção a ambos. Relacionada com a diferenciação entre as diversas profissões e ocupações estaria a perspectiva de carreira, um percurso pelo qual o profissional passa e que lhe confere maior poder à medida que progride em sucessivos processos de socialização. Analisando o caso do Policial Militar, tanto diploma/licença como mandato dependem diretamente do Estado, o que estreita a relação entre a forma como este usa o trabalho da Polícia Militar, coadunando com as relações históricas e culturais que modelaram este trabalho em nosso país. É o Estado quem lhe atribui poder de coercitivo, o uso da violência e a emprega como trabalho.

Neste processo, a nosso ver, instituições formativas ganham destaque em um contexto de grande valorização da racionalidade científica, figurando como *locus* de autorização das profissões. Nos embates entre grupos ocupacionais, o maior nível de qualificação técnica parece ser uma ferramenta diferencial. Assim, o processo de formação profissional passa a ser mediado pelas escolas/academias como instituições frente ao saber prático, dito leigo. Destacando aqui o espaço de contribuição da área da Educação, posteriormente aprofundado em nossa pesquisa. Aqui, um embate frequente se estabelece e delinea questionamentos que nos são caros. A tensão existente na relação teoria-prática e a ambígua valorização de um em detrimento de outro acabam delineando uma compreensão popular do que seria profissional, que pode divergir do que vem se desenhando até aqui.

Fica claro que o esquadrinamento de um conceito de profissão remete não a um estado, mas a um processo que envolve diversos agentes, individuais e coletivos, e que este deve ser compreendido como um *folk concept*, nos moldes postulados por Freidson (1996), chamando atenção para o papel das reivindicações e dos discursos sobre saber/fazer na transformação das ocupações em profissões.

Retomando posições anteriores, nosso interesse não está em definir um conceito hegemônico de profissão, mas compreender como se constitui a compreensão desta para os sujeitos que vivenciam processos que os colocam no lugar de profissionais e não como uma dada ocupação assume o lugar de profissão

A década de 1980 desponta com estudos revisionistas que buscam retomar elementos superficialmente tratados anteriormente ou deslocados para um segundo plano, quando deveriam compor a amálgama do problema. Neste momento, se consolida, segundo

Kroeff *et al.* (2017), o interesse na investigação do paradigma de poder das profissões junto à teoria do profissionalismo de E. Friedson.

Freidson (1988) postula que as profissões são tipos de trabalho que as pessoas fazem para ganhar a vida, usando para isso o controle de habilidades e conhecimentos especializados que possuem valor socialmente reconhecido e se interconectam com outras ocupações laborais dentro de um mesmo ramo ou em outros relacionados. Para ele, o profissional é um *expert*. O teórico aprofunda as contribuições de seus antecessores e propõe um novo profissionalismo. Para ele, o interesse em compreender as profissões não estaria, segundo Couto (2015), apenas em entender como o conhecimento formal atua no exercício do trabalho profissional, mas também em compreender quais processos e que agentes estariam envolvidos na criação da profissão.

Tal proposta é demarcada pelo reconhecimento de um processo de transformação que é histórico e socialmente contextual, de uma fronteira fluida entre ofícios e profissões e particularmente pela discussão acerca da dinâmica de poder exercida pela relação com outras ocupações no mercado de trabalho. Segundo Gonçalves (2008), a posição de *expert* garantiria o monopólio de um saber que, por sua vez, permitiria a autonomia do profissional e a criação de uma ideologia profissionalista, atrelada a uma identidade coletiva, decorrente da associação de profissionais em torno de um reconhecimento social.

Freidson (1988) afirma que o profissionalismo se mostraria um movimento de oposição ao poder administrativo das organizações burocráticas, sendo um dos críticos aos posicionamentos que apontam para uma crescente proletarização dos profissionais. Para ele, a formação prolongada e o domínio de um saber necessário ao contexto levariam a uma antítese do trabalho alienado, promovendo uma salvaguarda ao interesse da clientela dos profissionais (GONÇALVES, 2008). Por mais que a burocratização coloque normas e imponha limites ao profissional, este ainda resguardaria em si um dado de liberdade, acessível somente a quem compartilha do conjunto de saberes da profissão, permitindo agir de forma livre, pois o profissional conduziria sua atuação avaliando a melhor forma de fazer. A resultante disso seria o que o mesmo autor denomina de autonomia, uma conquista que permite aos membros profissionais controlarem o trabalho que realizam através daquilo que sabem. Todo este processo receberia a chancela do Estado, que licenciaria a atividade e lhe daria jurisdição para atuar, particularmente, em realidades sociais onde o Estado, como instituição, se colocou como mediador direto das relações sociais. Todo este processo permitiria que algumas ocupações adquirissem um *status* diferenciado e privilégios frente às demais ocupações do contexto.

Segundo Couto (2015), a teoria do profissionalismo de E. Freidson reconhece uma divisão entre os profissionais. Haveria aqueles que seriam responsáveis por aplicar o conhecimento junto à sociedade, envolvidos em uma relação de confirmação ou desconfirmação de suas *expertises*, moldando uma imagem da profissão de maneira mais geral. Haveria também aqueles que atuariam em atividades gerenciais e administrativas, dentro de um jogo de poder mais amplo que o contato direto com a clientela. Por fim, teríamos os intelectuais, partícipes do processo formativo de outros profissionais. Estes membros são tidos como essenciais para a teoria profissionalista por formarem a base de preservação da profissão, construindo o alicerce científico a ser transmitido àqueles que buscam ingressar no grupo. Esta divisão portaria em si uma hierarquização, que levaria a uma tensão entre os grupos, a nosso ver, com potencial de crítica interessante para operar mudanças na profissão.

A profissionalização seria, ao fim, um processo pelo qual grupos tentam maximizar seus resultados e recursos limitando acesso a seu nicho por outros grupos, promovendo, assim, um monopólio e uma espécie de fechamento sobre o mercado, como nos explicita Rodrigues (2002). Segundo a referida autora, para E. Freidson, a profissionalização seria um projeto de grupos ocupacionais que criam mercados de trabalho e buscam mobilidade social.

A proposta destaca que o sistema de profissões não pode ser compreendido de forma isolada. Na sua relação com outros sistemas (educacional, econômico, de classes), se molda a partir do domínio de sua jurisdição ou campo de atuação. Quanto mais forte for sua capacidade de manter e expandir seu domínio, de forma a apresentar-se como eficiente e eficaz para os consumidores do seu serviço, mais a ocupação será tomada como profissão. O destaque é dado ao conhecimento/saber detido pelo grupo profissional, um dado recuperado da corrente funcionalista, como nos aponta Rodrigues (2002). Seria pela detenção de um conhecimento abstrato que a profissão assegura sua jurisdição e esta, por sua vez, se relaciona diretamente com a capacidade de resposta aos problemas cotidianos.

Retomando o caso do trabalho do policial militar, observamos que, *a priori*, há uma grande dificuldade de estabelecer um enquadramento no qual esta atividade seja alocada como profissional, aproximando-se, talvez, do que Freidson (1988) poderia conceber como uma atividade semiqualficada. Este tipo de classificação, a nosso ver, funciona mais como ponto de partida para perguntas de aprofundamento do que como ponto de chegada para fechar questões centrais do nosso trabalho. Resgatar os processos de subjetivação presentes na relação entre trabalhador e sua atividade seria nosso intento.

Ainda refletindo sobre este ponto, as abordagens vistas nos são úteis por destacarem a interação entre ocupações que exploram o mesmo nicho de mercado, no nosso caso, a

segurança pública. Em realidades como a brasileira, em que as polícias não realizam o chamado ciclo completo de policiamento, em que a polícia militar atua ostensivamente e a polícia civil investiga o crime, dividindo o objeto de trabalho em partes, leva-se a uma frequente tensão entre as forças de segurança que compõem nosso sistema.

Trataremos, a partir daqui, não mais diretamente de teorias sobre a profissionalização ou sobre a imagem profissional, mas de possíveis percursos que transversalizam suas conformações.

Além da sociologia e, em particular, da sociologia das profissões, podemos compreender o fenômeno da profissionalização a partir do viés da educação, especialmente da formação para a profissão/trabalho, analisando, para isto, as conformações da formação profissional no Brasil moderno e, finalmente, de como a psicologia se apropria da profissionalização, buscando uma aproximação com as ideias do que chamamos de Psicologia Social do Trabalho, posicionamento teórico que pretendemos usar como referência para nossas reflexões.

A formação profissional como um processo educativo voltado para o trabalho esteve presente no Brasil desde o início da organização política do país, porém daremos destaque, em nossa explanação, a contextos em que este tipo de formação ganha mais expressividade, particularmente no processo de desenvolvimento de um novo modelo de trabalhador dentro de uma sociedade em transformação paradigmática, de intensa industrialização e urbanização.

Segundo Manfredi (2016), a educação profissional na realidade brasileira passou por diversas configurações, estando envolvida com a iniciativa privada, com as instituições religiosas e com o Estado, tendo em comum a todas elas a tentativa de adequar o trabalhador ao modelo de trabalho dito moderno, nos moldes industriais. Esta predominância é inclusive uma temática controversa, visto que, no Brasil, encontramos o processo de industrialização fragmentado e heterogêneo dentro do território nacional.

Muito mais expressivo na região sudeste do país e em grande parte relegado aos centros urbanos, o modelo industrial guiou as propostas de formação profissional durante boa parte do século XX no Brasil. Em um país eminentemente agrário até meados da década de 1930, onde a educação formal não era estimulada de forma universal, constituir um grupo de trabalhadores preparados minimamente para a realidade do trabalho urbano e moderno se impôs como desafio carregado de interesses político-econômicos.

Em uma configuração social que teria passado a valorizar a racionalidade científica como ferramenta de compreensão da realidade e de potencialização da produção, o processo de

preparação para o trabalho ganhou lugar de destaque, talvez não como devesse, mas como servia para o momento econômico e histórico cultural do país.

Se havia o interesse em uma formação acelerada para o trabalho, esta parecia estar segmentada não só pelas diferenças contextuais das regiões do país, mas também no tipo de formação passada ao educando. Enquanto o ensino de base seria comum a todos, o ensino profissional se configurava de forma diferente, em que um segmento de trabalhadores deveria adentrar rapidamente o mercado de trabalho e outro poderia postergar o tempo de formação em um processo de educação superior. Teríamos, assim, delineado um modelo profissionalizante e um modelo profissional em alinhamento com algumas divisões sociológicas resgatadas anteriormente.

Observemos que esta divisão formativa acaba representando uma divisão social, na qual a formação técnico-profissional para o trabalho se coloca como percurso para as classes pobres e o ensino superior para classes mais abastadas da sociedade. Manfredi (2016) demonstra que a formação profissional buscava vias de resposta para demandas decorrentes de toda uma mudança produtiva no Brasil. Se, de um lado, se buscava trabalhadores capazes de operar as novas tecnologias produtivas, principalmente máquinas de elevado custo, de outro se procurava trabalhadores preparados para planejar, coordenar e direcionar as operações.

No Brasil, o setor industrial teve grande influência na formação para o trabalho, particularmente no que tange aos serviços operacionais. A constituição do sistema “S” impulsionou a formação de significativa parcela da população pobre, que vislumbrava na indústria uma forma de transformar sua realidade social. Esta perspectiva não se restringiu somente a uma formação industrial, pois, em pouco tempo, a demanda dos demais setores, em particular o de serviços, levou a uma diversificação formativa, entretanto ainda fortemente arraigada à divisão social. É juntamente com a expansão do setor de serviços que se fortalece o ideal de que uma maior formação para o trabalho garantiria melhores condições de vida para o trabalhador. O conceito de empregabilidade voltada para a condição de capacitação e qualificação do trabalhador estimula a transformação profissional de diversas ocupações a partir dos anos 2000, no Brasil. Iniciativas como o PROFAE (Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem), a criação de uma planificação da segurança pública em todo o país com o Plano Nacional de Segurança Pública, até chegarmos à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, representam tentativas de profissionalizar os trabalhadores, modernizar a estrutura institucional e responder melhor a demandas da sociedade.

Notemos que existem características em comum dentro destes contextos explicitados. Atividades do setor de serviços, aqui incluímos público e privado, e contextos

ocupacionais que já existiam e já desempenhavam suas atividades laborais antes. Policiais e auxiliares de enfermagem eram forjados no convívio prático com o trabalho, cenário este que deveria mudar não apenas para responder a uma demanda contextual da população, mas em grande parcela para criar uma estrutura imposta por investidores externos que precisavam de trabalhadores aptos aos seus interesses, como nos aponta Pochmann (2012).

Para Frigotto (2015), o que se processa é um projeto que mescla a escola clássica com formação científica para grupos dirigentes e outra de base pragmática e instrumental para a grande massa da população que precisa ser adestrada tecnicamente e moralmente para as demandas do mercado de trabalho, em um projeto pensado por classes dirigentes. Alimentar o ideal de qualificação e de valorização da relação linear entre educação e trabalho tem origem em uma série de estudos de Albert Schultz e sua equipe de economistas nos Estado Unidos, nas décadas de 1960-70, e que resulta no que se convencionou chamar de Teoria do Capital Humano. O investimento das famílias em educação geraria um conjunto de competências que permitiria acesso a empregos mais bem remunerados e, conseqüentemente, levaria a uma transformação social do contexto destes possíveis trabalhadores.

No Brasil, esta perspectiva se desenvolve a passos lentos por uma série de problemas estruturais que perpassam o baixo investimento público em educação e a intensa pauperização que a população passa durante as décadas finais do século XX. É particularmente durante a primeira década dos anos 2000 que o país assiste também à expansão do ensino superior com a interiorização das universidades públicas federais e institutos federais, bem como o aumento massivo de vagas no ensino superior privado, estimulado pelo financiamento estudantil público. O plano desenvolvimentista do país e a captação de investimentos internacionais colocam o imperativo de acelerar a formação de mão de obra tanto em áreas técnicas como de nível superior e, neste sentido, o que o mesmo autor observa é uma mudança do paradigma educação-trabalho para trabalho-educação. Este segundo modelo responde a uma perspectiva formativa fundada naquilo que o mercado e as organizações demandam, eximindo o capital e exigindo cada vez mais do trabalhador, que por sua vez busca no ensino superior a formação necessária para se inserir no mercado de trabalho.

A crença de que o conhecimento se converterá em peça estratégica para o contexto do trabalho pós-industrial levou a uma subversão de dimensões antes demarcadas com fronteiras mais claras. Tempo de estudo e preparação agora se condensam em uma formação continuada, sempre orientada para aquilo que mais favorece o mercado.

Concordamos que o maior acesso ao ensino técnico e superior representou grande avanço no desenvolvimento do trabalhador e do trabalho em nosso contexto, mas, em

contrapartida, o grande contingente egresso desta formação prolongada encontrou no mercado de trabalho uma série de barreiras estruturais pela escassez de emprego vivenciada nos últimos anos. Pochmann (2012) afirma que o modelo formativo herdado do século XX e de uma sociedade industrial se mostrou obsoleto aos interesses do mercado, promovendo uma menor inserção dos trabalhadores dentro do modelo do emprego formal e desencadeando formas de inserção cada vez mais desreguladas e precarizadas. O capital, por sua vez, aponta para um novo problema relacionado ao binômio formação e trabalho. Se antes a queixa se voltava para o despreparo do trabalhador em termos de um analfabetismo estrutural, agora o que se alega é a presença dele de forma funcional, justificando a não absorção da mão de obra ofertada a cada ciclo formativo concluído nas instituições de ensino. O cenário ainda passa pelo agravamento de outras variáveis, como a redução estrutural dos postos de trabalho, somadas às crises econômicas conjunturais, que dentro de uma lógica global atingem direta ou indiretamente a realidade dos trabalhadores.

Acenamos anteriormente que este contingente acaba se inserindo de outras maneiras no mercado de trabalho, não necessariamente em seus campos de formação direta. A Polícia Militar, por exemplo, vem passando por uma mudança de perfil formativo do recém-ingresso em suas fileiras decorrente deste processo. O posto de soldado, predominantemente ocupado por sujeitos com a formação de ensino médio, já possui expressivo contingente de membros que ingressam com nível superior na instituição, mudando o perfil dos membros das fileiras, bem como a dinâmica de uma carreira, visto que muitos acabam prestando novos concursos e migrando para fora da corporação.

O debate acerca da formação prévia e posterior ao ingresso na corporação se faz importante, pois, a nosso ver, estaria associado à compreensão do trabalhador sobre sua profissão. Se estudos como os de Antomattei (2002), que tratam da realidade particular da polícia francesa, destacam efeitos da educação superior, outros, como o de Riccio (2017), nos apontam a alta complexidade do tema, não podendo desvincular o universo de aumento no nível formativo-educacional do policial de questões político-sociais com direta vinculação ao tema.

Observar o movimento de ingresso de policiais com nível superior nas fileiras da polícia militar como praças aponta muito mais para um contexto do mundo do trabalho precarizado que para um avanço na qualidade do efetivo e acende a necessidade de compreender os impactos disso no trabalho destes sujeitos, na compreensão de carreira em sua identidade profissional.

De maneira um pouco diversa das ciências humanas que se pronunciaram até aqui acerca da temática da profissionalização, a Psicologia não o toma de forma específica, como na

Sociologia ou mesmo na Educação, mas se aproxima da discussão em diversos momentos de forma transversal quando aborda a categoria trabalho.

Bendassolli (2011), ao reconhecer que a Psicologia, em relação ao trabalho, assume posturas constitutivas e re-constitutivas, nos leva a pensar não apenas o papel da ciência psicológica na manutenção e fortalecimento de determinadas representações do trabalho, mas também no processo pelo qual repensamos a categoria, atravessada pelas diversas metamorfoses relacionadas aos recortes histórico-sociais vivenciados. Seria na atitude re-constitutiva que a Psicologia apresentaria aspectos singulares de sua leitura sobre o trabalho presente em pelo menos três formas de compreensão deste e que representariam inquietações contextuais: Psicologia industrial, Psicologia organizacional e Psicologia do trabalho. Tentaremos extrair de cada perspectiva elementos que atravessam a temática da profissão com o intuito de demarcar nosso campo de discussão.

No Brasil, os dois primeiros momentos de expressão da psicologia no mundo do trabalho se delineiam basicamente por um caráter avaliativo e adequador. Aqui podemos demarcar o primeiro ponto de aproximação da psicologia com as profissões. Zanelli e Bastos (2004) afirmam que a atuação da psicologia nas indústrias se pautou eminentemente no processo seletivo e adaptativo dos sujeitos ao trabalho, cujo intento seria identificar características que potencializassem a aplicação do sujeito ao trabalho, melhorando o desempenho da produtividade. Nesse contexto, surgem institutos voltados para a formação de avaliadores do trabalho, psicometristas, bem como para estudos dos fenômenos associados ao trabalho e à orientação profissional, como o ISOP-RJ (Instituto de Seleção e Orientação Profissional) e o IDORT-SP (Instituto de Organização Racional do Trabalho), conforme Coelho-Lima (2013).

O aparecimento destes institutos aponta para dois movimentos que acreditamos serem importantes para a nossa discussão. O primeiro remete a uma formação de caráter “psi” já ocorrendo no Brasil, preparando tecnicamente avaliadores já em nosso território, o que permitiu uma revisão de práticas contextuais à nossa realidade com o passar do tempo, mas que essencialmente demarca uma forte leitura de caráter adequador, avaliativo e racionalista da Psicologia. O segundo remete a uma transformação que se fazia urgente no perfil do trabalhador, associado diretamente a um maior critério de inclusão desses trabalhadores no mundo do trabalho. A relação entre o saber produzido pela Psicologia e o mundo do trabalho, a carreira e a profissão a ser desempenhada pelos trabalhadores estava diretamente perpassada por um perfil a ser buscado, baseado em características psicométricas e dentro de um paradigma racionalista alinhado com os anseios de uma burguesia industrial em crescimento. A

racionalidade científica aliada ao trabalho, aqui no Brasil, seguiu, segundo Coelho-Lima (2013), um caminho não pela desqualificação do trabalhador, expropriando-lhe o saber, mas capacitando-o, docilizando o corpo aos tempos e movimentos necessários ao modelo industrial, ensejando no trabalhador não a resistência e o enfrentamento deste modelo, mas fomentando o desejo de se adequar a ele.

A análise da Psicologia, dentro deste contexto, foca o sujeito cognitivo e uma realidade objetiva, como delinea Bendassolli (2011), o que passa a mudar com um segundo movimento de apropriação do trabalho pela psicologia que ficou conhecido como Psicologia organizacional. Apesar do foco ainda não se voltar para o sujeito psíquico, agora se passa a analisar o trabalho a partir de uma dimensão social, relacional, reconhecendo os processos internacionais existentes entre os sujeitos e seus contextos, no plano individual e coletivo. O trabalhador, ainda tomado predominantemente em sua dimensão cognitiva, passa a ser analisado também em sua capacidade de construir relações e produzir significados, que passam a ser investigados a partir de processos micro-organizacionais, ainda voltados para modelos atrelados a relações de causa-efeito.

Apesar de nesse segundo momento reconhecermos que a Psicologia consegue vislumbrar relações micro-organizacionais para além da concepção de trabalho-emprego, a compreensão do que venha a ser a profissão ainda está diretamente vinculada a uma regulação das organizações.

Os trabalhos de Orientação Profissional, nesse contexto, ainda buscam identificar elementos individuais como pontos-chave para delinear possibilidades de um percurso no mundo do trabalho. Ressalta-se aqui, ainda, a reprodução de um modelo elitista de análise da relação entre trabalhador e trabalho que exclui grande parcela da população, como sugere Ribeiro (2020), tornando o debate sobre trabalho, profissão e carreira território de uma pequena parcela da população. A grande massa de trabalhadores excluída se submete a poucos processos de escolha, muito mais sujeita a conjunturas do mercado do que a projetos vinculados a potenciais e interesses pessoais

3.3 Psicologia Social do Trabalho e profissão, um debate em meio a metamorfoses

A definição de profissão, dentro da Psicologia, vincula-se fortemente ao projeto de trabalho de caráter linear, de maior estabilidade, dominante no binômio Taylorista-Fordista e que entra em crise profunda durante as décadas finais do século XX, se colocando em dissociação com um conjunto de demandas emergentes no Brasil principalmente após as

mudanças político-econômicas ocorridas no início nos anos 1990 com a reestruturação produtiva que chega ao país com muita intensidade. O papel da Psicologia, nesse sentido, ainda se coloca no lugar de previsão, na análise de características dos sujeitos, e na delimitação de um papel social a ser desempenhado pelo sujeito que trabalha. Mesmo que esta área tenha passado por algumas mudanças na sua postura frente a fenômenos do trabalho, as atividades organizacionais e de Orientação Profissional, que privilegiavam áreas clássicas de trabalho, carreiras predefinidas e um ideal de escolha e liberdade fortemente baseados em um segmento de classe, passam a ter posturas de ampliação deste viés, mas ainda limitadas, em grande parte, a um segmento social que teria privilégios de escolha. Ao segmento populacional, constituído eminentemente por trabalhadores, proletários ou subproletários, a escolha parece ser restrita àquilo que lhes oferece o mercado de trabalho, como possibilidade imediata, mesmo quando se ampliam possibilidades de formação e postergação do ingresso nesse mercado. Para essa grande massa, a escolha da profissão é, na grande maioria das vezes, abraçar a oportunidade de se iniciar em um ofício para garantir a sobrevivência.

A massa cada vez mais complexa de potenciais trabalhadores, as novas realidades locais e mundiais do trabalho e as constantes crises econômicas fazem com que haja questionamentos na práxis da psicologia, evocando inquietações mais críticas e eticamente comprometidas com os sujeitos dentro da construção do contexto do trabalho contemporâneo. O cenário de questionamentos e clamor por direitos dos trabalhadores, modelos de trabalho mais democráticos, maior justiça social e a interlocução com outras áreas do conhecimento possibilitam apresentação de um novo movimento de apropriação do trabalho pela Psicologia.

Seria com a interlocução entre os estudos organizacionais e a psicologia social que ganharia corpo uma nova perspectiva de compreensão do mundo do trabalho que permitiria ampliar a compreensão das profissões.

Com um viés mais crítico, amparado em correntes sociológicas e com análises de caráter predominantemente qualitativas, a Psicologia Social do Trabalho traria diálogos de intensa reconstrução metodológica e epistemológica dos estudos da categoria Trabalho na psicologia, no Brasil, possibilitando investigações voltadas não mais para um modelo predefinido de objeto, mas para a compreensão do trabalho como um processo em constante transformação. Fortalece-se, nesta perspectiva, a relação de centralidade do trabalho como eixo edificante da subjetividade, em que questões como identidade, cotidiano e saúde, processos de socialização no e pelo trabalho passam a ganhar expressividade dentro das investigações, que cada vez mais valorizam a narrativa do trabalhador, em particular, via suas relações com o trabalho (SATO; BERNARDO; OLIVEIRA, 2008). Dentro da diversidade fenomênica que se

vincula ao trabalho moderno, nossas reflexões se debruçam particularmente para o que convencionamos chamar de profissão. Partiremos da premissa de que o fenômeno de se reconhecer e afirmar profissional não ocorre isolado e pontualmente, ele se manifesta culturalmente e contextualmente, entrelaçando aspectos coletivos e individuais para delinear formas de ser no cotidiano dos trabalhadores.

Nesse sentido, a própria compreensão de profissão e de profissionalização se mescla diretamente com os dramas cotidianos vivenciados pelo trabalhador, modelando novas formas de subjetivação a partir da diversidade de relações provenientes do mundo do trabalho. Abrir espaço para a pluralidade de modelos de trabalho e de trabalhadores existentes é enveredar por uma investigação que reconhece a complexidade existente nas formas de trabalhar, atentos não mais apenas a modelos clássicos de trabalho, industrial, com vínculos fixos, assalariados, mas também atentar para trabalhos e trabalhadores antes invisibilizados.

Demarcaremos, como nos aponta Pereira (2020), a Psicologia Social do Trabalho (PST) como um campo de saberes e práticas que, diferente da vertente historicamente conhecida como POT (Psicologia Organizacional e do Trabalho), vem buscando se filiar não a interesses organizacionais/gerenciais, mas voltar seu olhar para as contradições dos problemas humanos relacionados ao trabalho. Tributária da psicologia social latino-americana, crítica, em particular do pensamento de Ignacio Martín-Baró, da corrente de medicina social latino-americana e dos movimentos coletivos de trabalhadores que fortaleceram sua expressão durante o processo de redemocratização do país, a proposta que se estrutura é de uma revisão ético-política da psicologia, entendendo que os fenômenos psicológicos presentes em nosso cotidiano são transpassados sempre por relações assimétricas de poder. Repensar a forma de investigação e de atuação da psicologia frente ao trabalho e aos trabalhadores em seus contextos, de forma crítica, nos leva a afirmar que o trabalho assumiria um lugar-chave para compreender a submissão e a emancipação dos sujeitos, só sendo possível compreender a dimensão psicológica dos trabalhadores se reconhecermos as relações interpessoais e intersubjetivas construídas no e pelo trabalho em seus contextos micro e macrosocial (SATO; COUTINHO; BERNARDO, 2017).

Possibilitar que a pluralidade dos discursos dos trabalhadores se expresse, e não mais apenas aqueles em alinhamento com grupos sociais dominantes, leva a Psicologia a questionar barreiras que delimitam formas de ser e de não ser dos sujeitos no mundo trabalho. Assim, seria possível pensarmos uma leitura das identidades, dos trajetos de vida no trabalho e das formas de ser mediadas por ele, sem que se tenha uma leitura prescritiva, idealizada ou

abstrata da Psicologia, particularmente naquilo que se coloca como ponto fulcral em nosso trabalho, a temática das profissões.

Diferentemente de inferências utilitaristas, nas quais a função técnica e econômica do trabalho recebe destaque, quer seja na produção ou no consumo, a Psicologia Social do Trabalho, ainda em consonância com Pereira (2020), imprime seu olhar a partir de um viés interdisciplinar, produzindo uma relação horizontalizada, impondo ao pesquisador a necessidade de investigar o contexto real do trabalho, em contato direto com aqueles que vivenciam o entrecruzamento de dimensões individuais e coletivas na constituição da subjetividade. Esta proposta talvez demarque o ponto de fratura entre a proposta quase hegemônica, denominada Psicologia Organizacional e do Trabalho, e a Psicologia Social do Trabalho, emergente no cenário nacional.

Clot (2006) nos alerta para uma pré-ocupação da Psicologia com temáticas muito mais do mercado de trabalho que do mundo do trabalho, direcionando nosso olhar para as inúmeras questões obliteradas por interesses que colocavam a própria constituição da classe trabalhadora em segundo plano. A Psicologia Social do Trabalho permitiria, neste sentido, um campo de pesquisa mais amplo, mais próximo do trabalhador, possibilitando inferir, em nosso tema, de forma mais profunda e alinhada com os dramas do cotidiano dos trabalhadores da Polícia Militar do estado do Ceará, fazendo emergir elementos antes encobertos por interesses de outras dimensões. Nossa proposta, assim, não se dedica a uma análise institucional, mas também não exclui seu debate, configurando um olhar para o trabalho a partir das múltiplas formas como o trabalhador se relaciona com sua atividade laboral. Um olhar clínico sobre o trabalho permitiria a compreensão do que se processa no cotidiano do trabalhador, levando a uma compreensão não apenas do investigador, mas do próprio trabalhador, do conjunto de sentidos e significados que perpassa seu cotidiano laboral.

É pela via do trabalho que se estabeleceria uma possibilidade de consciência crítica, uma chance de revisitar a ação do trabalhador, de reeditar sua ação, trazendo outros prismas de análise para o trabalho.

Ressaltamos aqui que, apesar de não dar foco a aspectos organizacionais, a PST tem interesse naquilo que o trabalhador vivencia e isso inclui as diversas formas como o trabalho se organiza e lhe prescreve ações, bem como as diversas formas como ele próprio lida com isso, ou seja, esta dimensão não é excluída das inferências. Seria justamente no embate entre as pressões prescritivas, das organizações de trabalho, dos pares de trabalho e da imagem social que seu trabalho transmite que o trabalhador expressaria sua subjetividade. Seria, assim,

no real do trabalho e em suas implicações na realidade que se fundamentaria o *locus* de investigação da PST e onde delineamos o interesse da nossa investigação.

A partir disso, nos cabe delimitar um percurso conceitual para que aproximemos a Psicologia Social do Trabalho daquilo que entendemos como profissão. Tomaremos como aportes as compreensões de subjetividade e identidade, cotidiano e trabalho como atividade a partir do que o campo francofônico da ergonomia aponta.

A ocupação da Psicologia Social do Trabalho com a subjetividade é um dos traços marcantes deste campo. Seu olhar sobre os elementos envolvidos naquilo que constitui e expressa a subjetividade nos remete a uma compreensão processual, sem que haja separação entre psíquico e social, interno e externo. Neste sentido, as investigações pautadas na Psicologia Social do Trabalho levarão em consideração aspectos sempre contextuais do percurso daqueles trabalhadores que estão sob sua investigação, buscando a compreensão de como estes atribuem sentidos e significados frente às suas especificidades históricas, como sugerem Nardi, Tittoni e Bernardes (2002).

Nesse sentido, reconhecemos o trabalho como dispositivo mediador de processos de subjetivação na relação do trabalhador com seu contexto, consigo mesmo e com seus pares, em uma constante produção e reprodução das relações existentes no seu cotidiano. Nardi (2006) destaca que, para que se compreenda a subjetividade dentro dessa perspectiva, é necessário que se pense em dois elementos: modos de subjetivação e processos de subjetivação. Entenderemos por modos de subjetivação as formas diversas como os sujeitos relacionam-se com os conjuntos de regramentos em seu dia a dia e como se percebem dentro destas relações. Já os chamados processos de subjetivação apontam para como os sujeitos, dentro do seu percurso de vida, delineiam o conjunto de verdades que orientam suas experiências com o mundo.

Notemos que, mais uma vez, é necessária a ressalva de que a dimensão coletiva atravessa o tempo todo os sujeitos durante sua existência, implicando múltiplas relações de poder e ideológicas que acabam delineando formas de ser e de não ser. A configuração desses modos e processo expressará o campo micropolítico existente no cotidiano dos trabalhadores. É dentro desse emaranhado de relações de autoridade, disciplina/indisciplina, que Sato, Bernardo e Oliveira (2008) localizam redes de antidisciplina em um jogo de adequação/subversão/transformação da realidade no qual o trabalhador tenta dar conta daquilo que é desfavorável a si, dentro da lógica laboral ou em um campo mais amplo.

Anda nesse sentido, Nardi (2006) nos mostra que, no contexto contemporâneo do trabalho, os sujeitos estariam submetidos a uma pressão dupla, envoltos nas contradições da

individualização liberal do *self made man* e da totalização disciplinar da burocracia e métodos do trabalho moderno evidenciada na ideologia gerencialista apresentada por Gaulejac (2007).

Se no movimento de Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil se expressou de maneira a dar conta de uma adequação do trabalhador, ampliando o potencial de exploração de sua capacidade produtiva dentro de um pacto de amortecimento/apaziguamento das tensões capital-trabalhadores, a Psicologia Social do Trabalho busca justamente dar voz a estas tensões, criando espaço de enunciação das contradições dentro do cotidiano do trabalho, escapando a uma racionalidade técnica que tenta a todo custo eliminar o que há de humano no trabalho.

Seria no cotidiano, não apenas na execução das tarefas, que o sujeito trabalhador se apropria daquilo que é produto das suas ações. É desta forma que constitui elementos de reconhecimento de si, do resultado das suas ações e é reconhecido pelos pares e usuários do seu trabalho. Nesse sentido, nos aproximamos daquilo que Clot (2006) destaca como função psicológica do trabalho e que Silva e Ramminger (2014) destacam como função operadora de saúde para os trabalhadores. Tomado como atividade sempre dirigida, aos pares, superiores hierárquicos, ao objeto do trabalho, também seria dirigida a um destinatário que ambos denominam ofício.

O ofício se constitui, assim, em um conjunto de saberes, produzidos pelos trabalhadores em seu cotidiano de trabalho, geração após geração de uma dada ocupação, e que cumpriria o papel de inserir os sujeitos em um coletivo, permitindo a ele fazer melhor do que faria sozinho (OLIVEIRA, 2017). Ainda segundo o autor, é dentro deste processo que a subjetividade se manifesta, através da atividade, visto que esta é sempre dirigida. Compreender o ofício nos leva a envolver quatro dimensões de análise: dimensão impessoal, vinculada à prescrição da tarefa a ser executada; pessoal, que compõe as representações do sujeito; interpessoal, que contempla as constantes trocas com os pares, reproduzindo e produzindo a vida do ofício; e, por fim, a dimensão transpessoal, responsável pelo memorial do ofício, algo que não é de uma ordem tangível, não se vincula a um só sujeito ou a coletivos, muito menos a instituições. É um dado disponível a todos e que atravessa as gerações constituindo o que passamos a chamar de Gênero, como nos sugerem Silva e Ramminger (2014) e Oliveira (2017).

Lhulier (2013) demonstra que o trabalho, assim, teria a função social essencial de vincular sujeitos, ajustando demandas individuais, coletivas, econômicas e sociais, levando o sujeito a sair de si para se engajar em outra história, que não é a sua, mas fará a sua ocupar um lugar útil no mundo. É o trabalho, como dispositivo de edificação e expressão da subjetividade,

então, que nos permitiria ter acesso à capacidade de criação e ação do sujeito sobre sua realidade.

Ao passo que os impedimentos surgem, o trabalhador evoca na sua ação muito mais do que a expressão tácita da técnica aplicada. Encontra, assim, possibilidades de superar os impedimentos na situação de trabalho, que suplantam o panejamento prescritivo da tarefa, algo que o movimento de psicopatologia do trabalho francofônico já expressara, como aponta Lima (1998). Desta forma, a tarefa não é o trabalho, mas seu conteúdo prescrito. É na distância entre a prescrição do trabalho (tarefa) e a sua execução/ação que a subjetividade se expressa, equacionando exigências e possibilidades na tentativa de equilibrar-se frente a toda a dinâmica do trabalhador.

Voltando ao nosso exercício de aproximação/apropriação da profissionalização pela Psicologia Social do Trabalho, tomaremos a compreensão de atividade, compreendemos que é no ofício e na constituição do gênero de trabalho que se encontraria sua expressão. O processo de profissionalização implica ao trabalhador descentrar-se, adequar-se a uma dinâmica prévia a si, mas também produzida por ele, ao adentrar tradições e saberes que ultrapassam a formação educacional formal revelando inúmeros processos de socialização. Ao tratar de um domínio sobre uma atividade laboral, a Sociologia das Profissões, em diversas de suas análises, coloca o domínio de um saber, que se circunscreve ao grupo de trabalhadores, e a autonomia no uso dele pelos pares desse grupo em um contexto social como peça-chave para se reconhecer uma profissão. Pelas digressões traçadas até aqui, optamos por uma posição mais crítica, ao entendermos que é na relação entre o trabalho e a subjetividade dos trabalhadores que se manifestam fenômenos constitutivos do que seria profissão, ao invés de pensarmos esta reduzida apenas ao processo formativo, entendido como arcabouço prescritivo e técnico de um ofício.

Ainda amparados no pensamento de Clot (2006), seria na expressão do gênero que os trabalhadores poderiam reinventar e dar movimento ao trabalho, enquanto estariam dando vida a si e, nesse sentido, operando saúde, como nos mostram Silva e Ramminger (2014). Saúde aqui é entendida como possibilidade de dar conta de um trabalho “bom”, “bem-feito”, que permite ao sujeito reconhecer-se e ser reconhecido. O profissional necessita diretamente deste múltiplo reconhecimento e validação de si, dos pares e daqueles que se valem do resultado do trabalho. Ressaltamos aqui que os critérios de “bem-feito” e “bom” são parte da interação entre o trabalhador e o cotidiano na consecução das tarefas que lhes são atribuídas, delimitando formas de lidar com o contexto, ressaltando o caráter daqueles que executam as atividades.

Superar o desgaste ou o sofrimento decorrente dos impedimentos, consequências da imprevisibilidade cotidiana no trabalho ou do controle proposto pela administração científica do trabalho permitiria a manutenção da saúde. Seria na inventividade, na criação de novas normas funcionais, como pensa G. Canguilhem, que teríamos a garantia do movimento vivo do ofício e, desta forma, a expressão saudável dos trabalhadores. Não é negar a norma, mas ter poder de transformá-la em um movimento contínuo e vivo.

É importante que ressaltemos aqui que este movimento de reprodução, criação e recriação deve estar sempre atravessado por elementos éticos para que não recaiamos em um corporativismo que encobre convenientemente prejuízos em favor da manutenção de uma imagem institucional do trabalho. Desta feita, pensar a relação entre saúde-trabalho é lidar com fronteiras tênues que só podem ter seus sentidos e significados revelados através daqueles que vivenciam o trabalho em seu cotidiano, afastando-se da figura do *expert* que planeja antecipadamente e pensa o trabalho, mas não o vive em seu cotidiano.

4 PERCURSO METODOLÓGICO – DESCREVENDO CAMINHOS DE UMA INVESTIGAÇÃO

Delinear um percurso metodológico voltado para fenômenos do mundo do trabalho tem se mostrado uma tarefa sempre árdua e cheia de meandros por este ser um campo extremamente plural, atravessado por variáveis que alteram completamente a dinâmica do campo e os sujeitos que dele fazem parte. Nosso percurso não foi diferente, atravessado pelas diversas limitações impostas pelo isolamento físico decorrente da pandemia de COVID-19, além das peculiaridades envolvidas no trabalho dos policiais militares, os ajustes se fizeram necessários para superar entraves, produzindo o artesanato que é investigar o cotidiano de trabalhadores em meio a mudanças tão radicais, que modelaram e remodelaram os fenômenos e os sujeitos que deles participam.

O universo policial e, em particular, o do policial militar, vem sendo debatido pelas ciências humanas de forma interdisciplinar e por diversos prismas, destacando a relação institucional com o Estado, as expressões violentas na repressão das práticas criminosas, ou no contato com a população, a relação simbólica da polícia com a sociedade que ela deve servir e proteger, o processo formativo para o trabalho policial e o adoecimento destes trabalhadores frente ao estresse das condições laborais.

Ao realizarmos uma revisão narrativa do que fora produzido em periódicos de Psicologia entre os anos de 2009 e 2020, optamos por um recorte privilegiando três revistas de grande expressividade na produção nacional acerca da categoria trabalho, todas avaliadas entre A2 e B2 durante o ano de 2020, a saber: Revista Psicologia Organizações e Trabalho, Ciência e Profissão e Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Nos trabalhos selecionados, identificamos a concentração das produções em torno de eixos como prazer/sofrimento do policial relacionado ao trabalho (WINTER; ALF, 2019; MARÇAL *et al.* 2020) e impactos nas relações sociais destes trabalhadores a partir das ações violentas associadas à sua imagem (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019).

Usando como descritores os termos polícia, policial, profissão e profissionalização, o que se verifica são poucas produções que discutam o grupo de trabalhadores da polícia, não localizando nenhuma delas com a temática da profissionalização. Ao que parece, na Psicologia, os termos ocupação, profissão, trabalho e emprego se misturam para delinear uma imagem social e pessoal dos trabalhadores, o que dificulta a análise mais criteriosa dos impactos do processo de profissionalização no sujeito que trabalha e em seu contexto. É importante salientar que, no conteúdo do material analisado, encontramos uma preocupação com aspectos políticos

da nossa profissão, com a necessidade de diálogos com outras áreas e de como aspectos contextuais impactam nas formas de ser e de trabalhar. O que, de alguma forma, aponta para uma discussão ainda incipiente dentro das investigações da Psicologia.

Neste universo, localizamos nossa pesquisa em uma lacuna, a que propôs discutir o processo de profissionalização a partir do olhar da Psicologia Social do Trabalho junto àqueles que vivenciam este processo, compreendendo este também como via de expressão das relações cotidianas entre o trabalhador e as diversas possibilidades de equilíbrio entre ele, seu trabalho e o contexto coletivo em que vive.

Pensarmos a profissionalização inserida em meio ao conjunto de metamorfoses do trabalho implica reconhecer efeitos que a corrosão do modelo salarial, industrial e das garantias construídas em seu período têm trazido como impactos para os sujeitos que vivenciam esses processos de transformação, nos quais antigos e novos modelos convivem, fazendo com que inúmeras contradições do contexto emergjam, atravessando a construção das subjetividades daqueles envolvidos.

A progressiva pauperização econômica vivenciada pela massa de trabalhadores, passando pela fragilização dos laços políticos destes até os efeitos no fomento de subjetividades mais dóceis e submissas sugerem-nos que a pluralidade de modelos de trabalho e a complexificação da classe trabalhadora, ressaltadas por nós anteriormente, ilustram o tamanho do desafio daqueles que buscam compreender como o mundo do trabalho em sua dimensão individual e coletiva.

Tomando o trabalho como categoria fundante para o psiquismo, assumimos um pressuposto de base da Psicologia Social do Trabalho. Disso decorrem outras premissas: reconhecemos o sujeito como ente ativo e reflexivo na construção e reconstrução de sua realidade, a qual tem, em seu alicerce, sucessivos processos de embates sociais e históricos, produto da ação dos sujeitos ao mesmo tempo que lhes produzem. Reconhecemos, ainda, que o processo dialético de construção e reconstrução do homem e de sua realidade é primordial para que os fenômenos do cotidiano, associados à subjetividade, sejam compreendidos e abram um campo de investigação relevante para a Psicologia, particularmente para o que delineamos como Psicologia Social do Trabalho. Mesmo com definições diversas, compreendemos a dialética como Bastos e Keller (2015), aludindo-se a este referencial como a forma de compreender a realidade em um constante movimento, uma união de contrários, um devir. Nele, admite-se uma inter-relação dos fenômenos ou fatos como elementos que lhes dão sentido e inteligibilidade.

Neste sentido, ao tomarmos o Trabalho como a categoria fundante do psiquismo humano, compreendemos que essas metamorfoses propiciam um campo de investigação profícuo para a psicologia, nos levando a tentar analisar como os sujeitos que vivenciam tais processos compreendem fenômenos ligados ao seu cotidiano de trabalho e, desta forma, constroem a si e aos coletivos dos quais fazem parte.

Atentos ao trabalho dos policiais, em particular a Polícia Militar do estado do Ceará e às mudanças no processo de trabalho derivadas dos modelos de organização da segurança pública nos últimos anos, bem como nas exigências decorrentes do serviço prestado e dos cenários histórico-culturais envolvidos, delineamos como pergunta de partida: Como o processo de profissionalização é compreendido por policiais militares frente às diversas metamorfoses do/no trabalho presentes no cotidiano do trabalhador?

Entendemos que a resposta a esta questão não pode ser construída distante daqueles que vivenciam o contexto do trabalho, sendo imprescindível o contato direto com estes trabalhadores. Aqui, damos o passo inicial para entrar em um universo cotidiano tão distante e ao mesmo tempo familiar que envolve esses trabalhadores.

4.1 Chegando ao campo – conhecendo um cenário carregado de estereótipias

A aproximação com o universo policial não tem se mostrado tarefa fácil, como nos apontam Durão (2010), Rudnicki (2011) Rondon Filho (2018). Esse movimento inicial de afastamento para com a academia vem mudando desde o processo de redemocratização brasileiro, permitindo que mais estudos sejam realizados envolvendo policiais e a instituição polícia em seus modelos previstos.

As tentativas de alinhar o trabalho da polícia, em especial a militar, com preceitos constitucionais apresentou-se um processo de grande interesse para nós, pois explicitava tensões entre o que a polícia faz e o que ela deveria fazer em relação ao contexto social que ela vivencia.

Decerto, a aproximação da instituição com a sociedade vem existindo, possibilitando expressões, mas salientamos que o medo de retaliações ainda é parte da dificuldade encontrada em acessar informações desse campo. Parte disso parece estar intimamente ligada ao fechamento institucional, suas regras, seu mundo particular e a limitações hierárquicas do modelo militarizado, talvez ainda arraigada a um passado autoritário e violento que, sob ares de moderno, abre frestas para que se compreenda sua expressão contemporânea. Nosso propósito não foi o de enveredar por uma problematização das políticas

institucionais, tampouco da operação destas, mas sim dar voz à experiência daqueles que vivenciam o cotidiano do trabalho. Buscamos diretamente com os policiais o contato para conhecer suas realidades profissionais, as quais se mostraram ao mesmo tempo únicas e coletivizadas, apontando para um processo com variadas contradições. No mesmo sentido em que se viam prestigiados pelo fato de serem escutados, havia uma dificuldade de falar do processo de profissionalização, algo que se dissipou em parte com os contatos preliminares

Ao realizarmos uma revisão narrativa do que fora produzido em Psicologia nos periódicos *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, *Ciência e Profissão* e *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, durante os anos de 2009 a 2020, usando como descritores os termos polícia, policial, profissão e profissionalização, o que se verifica são poucas produções que discutam o grupo de trabalhadores da polícia, nenhuma delas com a temática da profissionalização. A concentração dos trabalhos se volta para a dinâmica de prazer/sofrimento do policial relacionada ao trabalho (WINTER; ALF, 2019; MARÇAL *et al.* 2020), dentro de perspectivas que vão da saúde ocupacional ao viés clínico e para os impactos nas relações sociais destes trabalhadores a partir das ações violentas associadas à sua imagem (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019), com um olhar de caráter sociológico, e de forte conotação denunciante. Em contrapartida, o que decorre disso parecem ser ações de amortecimento das tensões ao invés de questionamento destas condições.

O segundo ponto se refere a uma escassez de material que remeta ao processo de profissionalização por parte da Psicologia. Em nossa revisão, não foi encontrada nenhuma produção que propusesse análise da profissão policial tal como propomos nessa investigação. Por outro lado, a concentração das produções se volta para a construção da profissão do psicólogo no Brasil e para a identidade destes profissionais em resgates históricos da atividade no país (MAZER; MELO-SILVA, 2010; SANTOS *et al.*, 2010) ou a uma construção identitária do trabalho do psicólogo em nosso país. Ao que parece, na Psicologia, os termos ocupação, profissão, trabalho e emprego se misturam para delinear uma imagem social e pessoal dos trabalhadores, o que dificulta a análise mais criteriosa dos impactos do processo de profissionalização no sujeito que trabalha e em seu contexto. Se no conteúdo do material analisado encontramos uma preocupação com aspectos políticos da nossa profissão, com a necessidade de diálogos com outras áreas e de como aspectos contextuais impactam na nossa forma de ser e trabalhar, esta análise não se estende ainda para outras profissões ou ocupações, mesmo que suas atividades tragam grandes repercussões significativas ao nosso cotidiano e reverberem sobre a subjetividade.

Ampliando o campo de investigação, adentrando áreas de estudos afins como a sociologia, o serviço social e a história, temos estudos de grande relevância, principalmente quando a violência transita de um problema social à uma problemática sociológica (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2018). Temáticas como a origem e composição étnico-racial das polícias, a delinquência e criminalidade urbana e as políticas de segurança pública ganham expressividade na produção das ciências sociais, em especial na sociologia. Destacam-se, ainda, perspectivas de inspiração etnográfica, como a obra de Soares (2000), tratando de sua experiência chefiando a segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Cotta (2018) aponta, por sua vez, que os estudos produzidos sobre a polícia nas últimas décadas, incluindo artigos, dissertações e teses entre os anos de 1990 e 2018, poderiam ser agrupados em pelo menos duas grandes matrizes: as que abordam a polícias de forma instrumental em sua relação com a sociedade e outras que se voltam para a compreensão do policial e seu trabalho. Neste segundo grupo, destacamos os trabalhos de Poncioni (2004, 2005, 2007) abordando o processo de formação e suas implicações para o trabalho da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Reconhecemos que os modelos de funcionamento da polícia militar de cada estado da federação têm autonomia para se construir dentro de suas particularidades, mas também é possível identificar elementos comuns, dentre os quais destacamos um discurso modernizador e alinhador da força policial.

Ao analisar o material do segundo eixo proposto por Cotta (2018), o foco dado aos estudos se associa a um olhar sociológico, buscando relacionar aquilo que se exige da atividade policial e como esta se expressa em termos de formação e execução no contexto social em que a PM desempenha suas ações. Nosso trabalho se difere justamente por tentar compreender como o trabalhador da polícia militar se constrói a partir do que ele entende como profissionalização dentro das diversas mudanças ocorridas no trabalho do policial nas últimas décadas, envolvendo dimensões discursivas orientadas pelo cotidiano destes trabalhadores. Os estudos iniciais sugerem um campo carregado de estereótipos, pouco explorado pela psicologia e fortemente inclinado a uma ideia de ajustamento de comportamentos desviantes ou adaptativos do ambiente laboral, pouco enveredando por debates de caráter mais crítico e problematizador junto aos trabalhadores.

Em um momento posterior, iniciamos a aproximação com os sujeitos que participariam da pesquisa, que por sua vez se deu a partir de dois caminhos. O primeiro acessou contatos anteriores do pesquisador junto à polícia militar, facilitando, assim, a indicação de membros da força, nas cidades de Fortaleza e em Juazeiro do Norte, locais com os maiores contingentes de policiais no estado e onde o pesquisador frequentemente se encontrava. O

segundo caminho utilizou as redes sociais como *locus* de abordagem de possíveis informantes dentro de grupos que reuniam policiais. Partindo de conversas informais e identificando a intenção da pesquisa, membros eram convidados a prestar informações inicialmente informais e, após a submissão ao comitê de ética em pesquisa, formalizando a participação. Em ambos os caminhos, a indicação aconteceria pela solicitação de mais três outros participantes, assegurando uma diversidade de contatos e aleatoriedade dos sujeitos que poderiam participar como informantes. Mesmo com a aproximação facilitada pela indicação de colegas, a relação com os participantes foi afetada por pelo menos três eventos: a paralização de parte dos policiais em 2020, vista como motim pela gestão do estado; pelo contexto pandêmico; e pelo desencadeamento midiático de eventos com abordagens falhas de policiais em serviço que resultaram na morte de 4 pessoas, 3 em nosso estado e uma fora. Em todos estes eventos, tivemos um silêncio reticente entre os participantes.

Mesmo garantindo o anonimato dos participantes, havia neles sempre o receio de que as informações pudessem prejudicá-los, o que reduziu consideravelmente o número de pessoas que oficialmente prestaram informações até o fim da coleta dos dados. Ao todo, 31 policiais participaram e prestaram informações no transcorrer da pesquisa, com apenas 12 finalizando todas as etapas da investigação. Todos os participantes restantes na pesquisa, estavam há pelo menos 10 anos na polícia militar do Ceará, em patentes de cabo a subtenente, sendo apenas dois dos informantes do sexo feminino. Membros do oficialato e outros também do contingente feminino prestaram informações, mas acabaram por desistir da participação por acreditarem ser de fácil identificação dentro da instituição as informações sobre seus percursos. Ressaltamos que a pesquisa seguiu todos os trâmites éticos necessários, estando registrada sob o CAE 53513321.1.0000.5048 e aprovada sob parecer número 5.180.478.

Os contatos iniciais foram responsáveis por desmistificar referências estereotipadas, frequentemente associadas ao trabalho policial. Reconhecidos e tratados como trabalhadores, os policiais informantes revelaram assumir um lugar que raramente lhes é dado, abrindo o debate para o lugar do herói no percurso dos membros desse coletivo.

Salientamos que reconhecer este grupo de servidores públicos como trabalhadores e aproximar-se das peculiaridades do seu trabalho foi fundamental para dimensionar a complexidade existente entre as formas de trabalhar mais ortodoxas, claramente mais identificáveis como sendo do universo policial, e modelos que carregariam uma tônica de modernidade no trabalho da polícia militar.

Definir e operacionalizar as etapas da investigação científica se mostrou um trabalho artesanal, de criação e recriação desta atividade a partir dos impedimentos, levando o investigador a buscar formas novas para dar conta de imprevistos do percurso.

Esta ideia frequentemente entra em embate com modelos herdeiros do paradigma positivista de compreensão pura do objeto e, com isso, de um rigor na previsão e controle daquilo que se busca investigar. A postura escolhida acaba por encobrir relações do objeto com seu contexto que podem modificar sua dinâmica de ação.

Concordamos com Carvalho (2014) quando esta aponta a necessidade de uma reinvenção dos modelos de pesquisa, voltando o olhar para vieses fundados no racionalismo crítico, motivo pelo qual endossamos a postura da Psicologia Social do Trabalho quando esta não propõe análises abstratas, descontextualizando o sujeito de seu cotidiano, e não naturaliza os fenômenos decorrentes do trabalho, primando por uma construção processual do conhecimento, interpelando os agentes envolvidos, invertendo a lógica da prova pela da descoberta e reconhecendo a complexidade dos fenômenos, estimulando o diálogo interdisciplinar. O contato direto com os trabalhadores da polícia militar nos permitiu uma aproximação paulatina com sua realidade ao mesmo tempo que nos levou a reinventar caminhos possíveis para o aprofundamento da investigação. É importante que não entendamos isso como uma dificuldade desse coletivo de trabalhadores, mas sim como a expressão de variáveis contextuais. Decerto existem peculiaridades do trabalho policial militar, mas a confluência com os demais trabalhadores aparece como elemento que atravessa todo coletivo que vive do trabalho.

A investigação científica no mundo do trabalho apresenta uma infinidade de caminhos para que se possa abordar tal categoria e, portanto, não haveria um “método melhor”. Pesquisar seria encarar diversas representações impressas no real, contidas nos sentidos e significados produzidos (CARVALHO, 2014). Ao investigador, caberia delimitar seus objetivos e buscar caminhos e ferramentas para que possa captar elementos do recorte que lhe interessa (SANTOS; OSTERNE; ALMEIDA, 2014).

Os mesmos autores afirmam a pluralidade de modelos teóricos e de vieses metodológicos quando pensamos em campos de investigação como o das ciências humanas e, em particular, quando nos referimos ao Mundo do Trabalho. Seria ingenuidade crer em um campo consensual ou unívoco no que tange à investigação científica neste âmbito, levando o pesquisador a construir percursos peculiares que, apesar de inspirarem outras investidas ao campo, não são passíveis de generalizações ou roteiros predefinidos. Não estamos aqui tratando de um relaxamento metodológico, mas de realidades de investigações que devem possibilitar

adequações metodológicas para que se possa adentrar meandros complexos do processo de pesquisa.

Os devidos ajustes metodológicos foram frequentes em nossa investigação, de encontros presenciais em formato informal para momentos de entrevistas de aprofundamento, até a virtualização da coleta das informações, as adequações foram feitas sempre baseadas em expressões do campo, aproveitando momentos de expansão e retração dos contatos. Foi assim durante o período de afastamento físico devido à pandemia de COVID-19. A necessidade de novas metodologias ou de um instrumental que permitisse coletar informações resguardando a saúde dos informantes e do pesquisador, que respeitasse a diversidade econômico-social dos envolvidos na pesquisa sem que se comprometesse a qualidade e o aprofundamento da investigação ou mesmo desviasse os rumos da pesquisa foi uma preocupação constante em nosso trabalho. Neste sentido, o uso das reuniões virtuais se mostrou operacionalizável, permitindo que o tempo entre as escalas fosse otimizado, em parte dedicado a fornecer os dados de nosso interesse, em parte permitindo o descanso do trabalhador.

Com o relaxamento das medidas restritivas, foi informado aos policiais participantes que as entrevistas poderiam voltar ao modelo presencial, ficando a cargo do informante definir o mais lhe era conveniente e que mais lhe deixasse seguro. Grande parte deles deu sequência aos encontros virtuais e apenas dois concederam informações de maneira presencial. Observamos que um dos entraves com as entrevistas mediadas por plataforma virtual foi o retorno dos termos de consentimento livre e esclarecido e pós-esclarecido, visto que vários dos participantes não tinham como assinar de imediato ambos os termos. Este entrave foi sanado quando, na gravação, os participantes eram orientados sobre o conteúdo dos termos e concordavam.

Por buscarmos a compreensão de fenômenos que ainda se delineiam no cotidiano e que pretendemos compreender de que forma, em sua relação com os sujeitos que o vivenciam, produzem modos de subjetivação que demarcariam o lugar de trabalhador, optamos por compreender a construção da atividade policial a partir das metamorfoses do trabalho.

Reconhecemos que ambos os processos possuem características sociais, culturais e subjetivas, não sendo, nem mais nem menos, influenciadas por nenhuma destas dimensões, formando, assim, uma unidade na qual, em muitos momentos, individual e coletivo, interior e exterior não são passíveis de distinção e na qual o trabalho funcionaria como elemento mediador do processo de subjetivação. Assim, o trabalho assumiria a representação de um eixo que liga mundo externo e interno, assumindo diversos sentidos e significados que podem se entrelaçar

em uma rede intrincada em que os sujeitos transformam sua realidade e, ao mesmo tempo, sofrem inúmeras transformações decorrentes dela.

Reafirmamos com Alves (2014) que, em pesquisa social, cada investigação é uma nova experiência trabalhando com a subjetividade, organizando fatos e pensamentos em busca de um objeto científico, o que nos leva sempre a uma autorreflexibilidade, funcionando como ferramenta de vigilância epistemológica (BOURDIEU, 1984 apud ALVES, 2014), pois o universo social é um espaço dinâmico e o homem, como parte dele, também o é. Isto nos encaminha para uma perspectiva de uma abordagem do contexto histórico-cultural em que vivemos, reconhecendo que os sujeitos que vivenciam tal momento são sempre atores desse contexto. Ressaltamos aqui que reconhecemos que a compreensão de subjetividade trabalhada pela sociologia do trabalho não é a mesma tratada pela Psicologia Social do Trabalho. Consideraremos esta, como delineiam Nardi, Tittoni e Bernardes (1997), não tomada como uma categoria estanque, mas como um processo que remete às maneiras como os sujeitos vivenciam e dão sentido às experiências cotidianas, aqui relacionadas ao trabalho, e que conformam modos de pensar, agir e sentir.

4.2 Espaços de fala e de reflexão – a abertura para expressão de si

Proporcionar um espaço para a livre expressão da fala ao trabalhador foi primordial, a nosso ver, para compreender como este exprime sua realidade e interage de maneira ativa com ela. Esta premissa tem pautado as investigações advindas da Psicologia Social do Trabalho, como nos aponta Aquino (2014), e esta área é claramente demarcada pelo uso de metodologias qualitativas como modo de aproximação da realidade social. Reconhecer isso nos permite conceber sua construção a partir de símbolos e significados ligados ao modo como os sujeitos vivenciam seu campo laboral, promovendo transformações em si e no mundo.

Para Barros e Lehfeld (1990), dessa forma, seria possível mostrar como as forças existentes na dinâmica dos fatos atuam na história, levando os sujeitos que participam desse processo a tomarem consciência dessa realidade ao mesmo tempo em que são protagonistas de inúmeras relações em seu macro e microuniverso. Assim, o papel da história e da cultura das sociedades dá movimento aos fatos em vez de tratá-los em uma “camisa-de-força”; os dados de realidade ganham acúmulos qualitativos gerando um conhecimento superior ao já existente, mas que contém elementos do anterior, não apenas uma superação linear de tese-antítese-síntese, mas uma espiral num constante complemento do conhecimento, na qual o conhecimento final gerado é sempre momentâneo, ficando o pesquisador com uma

aproximação da realidade. A convivência de vários modelos de trabalho e de profissão faz com que contradições se manifestem, bem como as tentativas produzidas pelos sujeitos para superá-las.

Assim como apontamos o processo de aproximação com o campo de pesquisa e a coleta dos dados, nossa análise do material colhido se pautou no que Godói (2005), Aquino (2014) e Godói, Coelho e Serrano (2014) identificam como Análise Sociológica do Discurso (ASD). Optamos por esta proposta para que evitemos psicologismos ou um olhar individualizante que priorize subjetivismos e encubra a gama de relações entre sujeitos e seu contexto, algo que frequentemente ocorre na psicologia quando se trata da relação sujeito-trabalho.

Estes discursos ganharam visibilidade via entrevistas que ocorreram divididas em dois momentos. O primeiro, de caráter livre, foi disparado solicitando que os informantes falassem sobre sua história laboral, estariam livres para falar como foi a sua construção profissional, destacar eventos que considerassem importantes, sem que houvesse um marco de início ou de fim. Os declarantes trouxeram recortes de suas vidas marcadas pelo trabalho, relações familiares, processos de institucionalização, destacando o que lhes parecia mais relevante. Em um segundo momento, eram indagados sobre o que entendiam como profissão, se viam-se como profissionais e, por fim, o que diferenciava sua profissão das demais, pedindo ainda que expusessem uma demonstração do que seria um trabalho profissional e um não profissional. Todo esse material foi transcrito e analisado de maneira particular, trajetória por trajetória.

A análise de caráter qualitativo dada ao material buscou compreender o discurso a partir da compreensão do corpo do texto como uma unidade indissociável que articula perspectivas internalistas e contextuais, uma análise pragmática do texto e da situação social que envolve os agentes. A ASD aponta que não é possível conceber um discurso isolado de seu contexto. Assim sendo, a análise tem sua orientação na ação social, na qual o indivíduo compartilha suas crenças de forma intersubjetiva em seu cotidiano.

Dentro do material levantado, procedemos a análise de cada história particular, identificando pontos enfatizados pelos próprios sujeitos da pesquisa. Por fim, buscamos arrematar pontos de confluência entre estes percursos profissionais, reconhecendo este fenômeno dentro de uma dimensão coletiva, social, nos afastando de uma leitura pautada em um modelo de *self made man* propagado com tanta ênfase nos meios organizacionais e do trabalho.

Assim, coube, portanto, ao investigador, não um trabalho interpretativo, mas de constatação, ficando a interpretação a cargo do próprio informante, reconstruindo os sentidos atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos a partir de sua historicidade, levando em conta os interesses envolvidos nesse movimento, configurando o que Aquino *et al.* (2014) delimitam como sócio-hermenêutica. O que se buscou com esta proposta foi compreender a forma como os sujeitos se apropriam da linguagem para dar sentido à sua realidade, atentos não apenas àquilo que está explícito, mas a conteúdos latentes, inferindo na relação discurso-ação, como nos sugere Aquino (2014).

5 HISTÓRIAS DE SI E COM OS OUTROS

Criar espaços para compreender os diversos percursos e lugares ocupados pelo sujeito na construção da sua subjetividade tem sido uma preocupação para a Psicologia Social do Trabalho. Desta forma, as investigações que tratam do que iremos chamar de trajetórias laborais podem funcionar como ferramenta para compreender os entrelaçamentos entre individual e coletivo na constituição da subjetividade dos trabalhadores, em nosso caso, dos policiais militares, a partir de como estes compreendem o processo de profissionalização.

O lugar de trabalhador e protagonista de sucessivos deslocamentos dentro do cotidiano vivido por cada um dos policiais entrevistados nos leva a tecer diversos pontos de confluência, mesmo com tantas diferenças temporais, espaciais e culturais entre eles. As trajetórias laborais aqui tratadas não irão se deter a um recorte específico, mas tentar percorrer e organizar todo o percurso evocado pelo informante, valorizando aquilo que ele destaca, sem se prender a diferenciações objetivas conceituais apriorísticas como as de ocupação e profissão, frequentemente debatidas no campo da sociologia. Vale ressaltar que as trajetórias que se seguem não são apenas falas de si, mas também para si, um espaço que permite a confrontação de dimensões. Desta feita, nosso papel é de submergir com o trabalhador em sua narrativa para emergir junto a ele, um campo de debate crítico sobre si, seu trabalho e seus pares.

Partiremos da compreensão conceitual de profissionalização usada por Dávila e Coutinho (2019), como um processo no qual áreas de competência, delimitadas pela divisão do trabalho, passam a ser monopolizadas por categorias de trabalhadores. Este processo pode representar um modelo de mobilidade social, atraindo aqueles que desejam garantir uma fatia do mercado que lhes possibilite reconhecimento e relevância dentro da coletividade.

Neste sentido, tomaremos as trajetórias em suas continuidades e discontinuidades, atentos aos processos de credenciamentos e pertencimento destes sujeitos dentro de seus contextos na construção de saberes acerca do trabalho que desempenham.

A seguir, explicitaremos a trajetória de cada trabalhador tomada de forma singular, muito embora estas estejam integradas no coletivo ao qual se vinculam. Para que fique mais claro, o quadro abaixo apresenta a organização dos participantes, contendo patente, tempo de serviço e o gênero dos trabalhadores participantes.

Quadro 1 -

Identificação	Patente	Gênero	Tempo de serviço
CB34	Cabo	masculino	12
SGT45	Sargento	masculino	23
CBF35	Cabo	feminino	13
SUB52	Subtenente	masculino	32
SGT48	Sargento	masculino	23
CB30	Cabo	masculino	12
CBF42	Cabo	feminino	15
SUB49	Subtenente	masculino	32
SGT47	Sargento	masculino	23
SGT48	Sargento	masculino	22
CB31	Cabo	masculino	12
SGT44	Sargento	masculino	22

Fonte: Elaborado com os dados dos participantes da pesquisa

Queria estabilidade e me vejo em possibilidades - CB34

CB34 trata do seu percurso laboral a partir de recortes da vida adulta, mais precisamente de fatos após o fim do ensino médio. As atividades laborais tomaram formas mais claras no final da adolescência. Até então, sua dedicação era quase exclusiva à vida escolar. Trabalhava esporadicamente, ajudava parentes e a atual companheira em trabalhos dentro do setor de eventos, organizava estrutura, atuava como garçon, fazia de tudo um pouco, mas não tomava como um trabalho formal ou com o qual tivesse uma identidade. Ao finalizar o ensino médio em 2007, desejava ingressar na universidade, queria cursos da área de humanas, destacando o Direito, a Psicologia e a Filosofia, bem como vislumbrava um trabalho que lhe desse estabilidade para sustentar seus sonhos.

O relato inicial do sujeito delinea uma perspectiva formativa presente em grande parte dos trabalhadores. Ao fim da formação no ensino médio, vislumbrar uma profissão parece, de pronto, sinônimo de buscar um curso superior, mesmo que haja opções como o ensino técnico. Este projeto, segundo Frigotto (2015), reflete toda uma ideologia na qual as competências para um trabalho de maior status social só seriam conseguidas com o acesso ao nível superior. A compreensão de maior liberdade na condução do trabalho, melhores remunerações e maior visibilidade social sugeririam a este percurso a ideia de uma mudança do

lugar ocupado na sociedade. No Brasil, segundo Picanço (2015), a mudança no perfil produtivo no pós-Segunda Guerra levou à ampliação de oportunidades de inserção no mercado de trabalho, mas que ainda não era oportunizada a segmentos menos abastados da população. A pouca distribuição institucional das universidades públicas e o alto custo das poucas universidades privadas existentes fez com que a formação profissional fosse restrita e geograficamente concentrada em grandes centros.

Para Hasenbalg (2003), a formação profissional sofreria influências de duas questões inter-relacionadas. A primeira seria o ingresso precoce no mercado de trabalho; e a segunda, que pode ou não estar vinculada à primeira, seria a conciliação da formação com o trabalho. Estes pontos aparecem de forma clara no relato de CB34, como veremos adiante.

Como não fora aprovado no vestibular em uma instituição pública, o ingresso no ensino superior foi postergado por não ter condições financeiras de arcar sozinho a formação, visto que os pais não o fariam para além do ensino médio.

A continuidade de uma formação, de alguma forma sincrônica aos estágios de vida do sujeito, nos mostra a disparidade social presente em nosso país, onde postergar a qualificação em busca de uma inserção profissional se reserva a segmentos muito restritos da população, mais abastados. O lugar quase imperativo de trabalhador se delega ao jovem de origem pobre, carregado de um processo moral que deve afastar esse sujeito de um ambiente propício ao crime, como sugere Picanço (2015). Prosseguir em formação é representado como uma ferramenta de ascensão social, uma maneira de projetar um futuro com uma melhor inserção laboral dada a maior qualificação.

Foi seu pai quem falou da existência, nesse período, do concurso da PMCe, sendo ele quem lhe pagou a inscrição e disse que fosse a Fortaleza fazer a prova. CB34 reconhece que o contexto daquele período, se referindo ao concurso, era outro e diz que sua formação de ensino médio foi uma grande ferramenta facilitadora de sua aprovação, pois só se dedicou três semanas para a prova. Fora aprovado, mas não na primeira turma, o que o levou a se manter trabalhando informalmente e estudando até conseguir uma bolsa de estudos em uma faculdade privada no ano de 2010, no curso de Psicologia. Quando estava no segundo semestre do curso, foi convocado para assumir o concurso da PMCe, tornando-se aluno e, em sequência, soldado. A faculdade teve de ser trancada, apesar da formação ter sido realizada toda na cidade de Juazeiro do Norte. CB34, afirma que não tinha pretensão de ser policial, que durante sua vida nunca tinha atentado para a carreira militar ou na segurança pública. CB34 afirma que o concurso lhe permitia outros sonhos: a faculdade garantida, casar e constituir família. Todo o resto ele fora construindo com o tempo.

Assim como grande parte dos trabalhadores brasileiros, CB34 vivencia a falência de um padrão descrito por Cardoso (2008), associado ao arrefecimento do modelo desenvolvimentista brasileiro e à falência do modelo fordista. Assim, o padrão almejado de vida adulta e independência financeira não atinge a grande massa de jovens que ingressam no mercado de trabalho. Esta questão não é simplesmente de caráter econômico. A nosso ver, ela configura novos processos de subjetivação, novas identidades. Famílias mais abastadas conseguem manter os jovens em condição de formação para o ingresso no trabalho por mais tempo, levando a grande massa empobrecida a buscar uma inserção precoce, mesmo desqualificada, para que, assim, possa custear uma formação superior. Ainda nesse sentido, o concurso da PMCe aparece como um caminho duplo: a possibilidade de independência financeira, contribuir com as despesas da família, reduzindo o custo com os demais membros; e de construir uma carreira, com um lapso de tempo reduzido. A peculiaridade, aqui, é a mudança identitária produzida pelo contexto da PMCe. A transformação de civil para militar é um dado importante, visto que introduz dinâmicas novas na vida daqueles que nela ingressam. Dubar (2005) aponta para um movimento sincrônico e diacrônico ocorrendo na formação/qualificação. Ao compreendê-las, por um lado, como um processo social, ocorrendo em etapas sucessivas da vida do sujeito, desta forma, sincrônico e historicamente relacionado a demandas contextuais, além de reconhecido pelo coletivo. É também diacrônico, vinculado à trajetória do sujeito, aos sucessivos processos de subjetivação, de forma única, o que para o autor forjaria a identidade deste trabalhador.

A nosso ver, ambos os processos são imbricados, o que impossibilita compreender a dimensão coletiva sem que esta seja atravessada pela individual e vice-versa. Esta reflexão coaduna com um dos pressupostos do nosso trabalho, o de necessariamente dar voz ao trabalhador para compreender a compreensão da profissionalização, ressaltando a dimensão subjetiva como compositora do que se almeja como profissão.

Para CB34, a formação de soldado foi tranquila, segundo ele, apesar de chocante, pois a rotina era completamente diversa daquela que estava acostumado como civil. Afirma que, mesmo em um modelo novo, alinhado com a proposta da gestão governamental do estado do Ceará na época, o curso exigia uma readequação da vida, uma dedicação intensa. A formação vivenciada por ele foi bem diferente da que houve anteriormente. Aponta que, de acordo com os “antigos”, era um processo bem mais humano, mais bem estruturado e que buscava outro perfil de trabalho, às vezes dito como mais “afrescalhado”, pois o aluno não era exigido como antes. Recorda também que o curso de formação foi um divisor de águas, visto que nele fora

instruído a muita coisa para a qual não atentava antes. Isso se completa quando passa a desenvolver seu trabalho de rua tempos depois.

CB34, destacando as diferenças vivenciadas no curso de formação de soldados da PMCe, reitera que o modelo aplicado a ele foi diferente dos demais, moldava um policial em um outro padrão, muitas vezes afastado da imagem do policial antigo. Um discurso cada vez mais alinhado com o discurso empresarial, como sugere Duarte (2016). O uso fetichizado da tecnologia, voltada para o controle dos sujeitos, as avaliações de desempenho atrelada a metas quantitativas, têm levado o trabalho na segurança pública a reproduzir o produtivismo organizacional sem que se analise pormenores dessas metas. O propósito da lógica neoliberal que prolifera em realidades periféricas, como a do Brasil, exige o máximo de resultados com o mínimo de investimento, talvez a isso se devam as críticas aos custos que tiveram a reestruturação da PMCe nos anos do Governo Cid Gomes. Observemos também que as críticas se relacionavam ao custo operacional e estrutural do programa implementado à época, sem analisar o baixo investimento no trabalhador. Se, por um lado, a tecnologia continuamente aplicada ao trabalho do policial militar lhe proporcionava melhores condições estruturais para o trabalho com veículos, fardamento, equipamentos de proteção e armamento novos, a formação para o trabalho ainda dedicava parte considerável da formação ao modelo militarizado de controle da tropa e de baixo desenvolvimento do trabalhador. Se ver como um profissional diferente da imagem socialmente difundida do policial militar levava CB34 e outros a pensar em uma nova postura, uma nova forma de executar o trabalho e de se ver como policial. Para ele, isso se devia a toda uma visão de mundo que construiu em suas experiências laborais e formativas anteriores, o que desencadeou movimentos mais críticos do contexto de trabalho policial. Indagado se isso decorria do novo modelo de preparação adotado pelo governo do estado da época, diz que não, acha que isso decorre de um perfil com melhor educação prévia que ingressava na polícia naquela época.

Com o fim do curso de formação de praças, a faculdade foi retomada e dividida entre as escalas de serviço e o cuidado com a família. É na relação com a família que CB34 coloca um evento que, segundo ele, foi responsável por reconhecer sua nova vida, o que ele chama de prova de fogo da sua história de vida como policial militar. A prisão de dois sobrinhos da esposa, de um dos quais CB34 era padrinho do filho. Trabalhar em um lugar onde conhecia as pessoas e era conhecido, onde circulava frequentemente, mas que, ao mesmo tempo, era tido como perigoso, como vulnerável socialmente, lhe fazia sempre pensar no que aconteceria em uma situação real crítica, bem como se queria aquela tensão para sua vida. O caso da detenção do compadre fez com que se visse realmente como policial, fez o que tinha de ser feito, o que

fora preparado para fazer, deu o flagrante e prendeu o criminoso. Se sentiu profissional por não colocar questões pessoais acima do seu dever. Reconhece que no momento ficou sem chão, que tremia, mas fez o serviço de forma padrão. Agora era a vida real!

É no confronto com o trabalho fora da burocracia prescrita nos manuais, no confronto com as possibilidades, que o trabalho se revela. Os inúmeros conflitos no cotidiano do trabalhador demandam desse policial inúmeras soluções, muitas vezes adentrando dimensões que tecnocraticamente tentam dividir o trabalho de outras dimensões da vida.

No caso de CB 34, a vida privada e o trabalho confluíram, exigindo dele o que chama de postura profissional. Tal postura demarcaria um lugar reconhecido pelo bom trabalho perante os pares e perante a comunidade. Dubar (2012) delinea este lugar de reconhecimento como um campo identitário, não apenas individual, mas da própria profissão ou de um ideal que ela porta. Esse processo suscita articulações de múltiplas dimensões e campos que coexistem na vida dos trabalhadores. As experiências aglutinadas criam repertório compartilhado entre os coletivos e delinham representações do coletivo, que podem vir a se tornar códigos de conduta de uma profissão. Ainda segundo estas confluências, CB34 relata que a graduação em psicologia o levou a diversos conflitos, que iam desde visão de mundo a horários de disciplinas que chocavam com as escalas, mas reconhece que a disciplina da vida policial lhe ajudou a se manter firme na formação. Da mesma forma, também reconhece que o que aprendera na graduação deu suporte a situações nas quais o trabalho o colocara em situação delicada.

Em seu relato, CB34 afirma que se profissionalizou mesmo na PM, que antes fazia pequenos trabalhos, mas era algo mais aleatório. Destaca que na formação foi onde aprendeu a postura que o PM tem de ter, as técnicas de identificação de suspeitos, que foi instruído sobre os direitos que ele mesmo não sabia que tinha como cidadão. Foi também no curso que pela primeira vez manuseou uma arma de fogo. “É no curso que você começa a se ver policial, mas é na rua que você confirma”. Relata ainda que a concomitância da faculdade com o trabalho o fez amadurecer muito, que a faculdade lhe colocava pontos de vista que nunca havia tido e que agregaram à sua profissão de policial. CB34 destaca que ambas as profissões, psicólogo e policial, contaram com a ajuda de pessoas mais experientes, que mostraram caminhos para que ele fizesse escolhas. Para ele, “os antigos passaram muito ‘bizu’ de como é o serviço, a gente vai criando uma forma de trabalhar cada vez mais acertada, sem ficar na pilha”. Acrescenta: “Já na minha outra profissão, a gente vai se espelhando, querendo ser como nossas referências, cria uma responsabilidade maior, uma vontade de fazer bem o trabalho.”

Nos é interessante destacar aqui o processo de socialização que ocorre no contexto de trabalho. Este é, a nosso ver, um elemento importante para a compreensão do que é ser profissional. Miranda (2008) problematiza a formação policial atravessada por uma socialização que hipervaloriza a experiência prática em detrimento do que se aprende no processo formativo/acadêmico. Aquilo que policiais mais experientes viveram é tomado como referência de atitude viável a ser tomada. CB34 identifica esta mesma expressão em sua formação superior, com algumas reservas. Se, no primeiro caso, o “bizu” é seguir o que o colega mais antigo fez para conduzir melhor e mais tranquilamente as tarefas, limitando-se a uma compreensão pragmática do resultado de sua ação, saber o que fazer e como fazer é a repetição de algo, sem que se abra a possibilidade de crítica ou de problematização do ato. Já na formação superior, a supervisão de outro profissional funciona como um norteador, levando o sujeito a buscar um melhor domínio do campo de atuação. Neste caso, o profissional é levado a reconhecer que não lidar com o problema trazido pelo trabalho deve promover a revisão de suas práticas, levando, por fim, ao desempenho de um estilo próprio de fazer, demonstrando o domínio da tarefa. Reconhecemos que o conflito entre teoria e prática se projeta nas mais diversas profissões e que isso se evidencia de forma viva quando a compreensão de competências ganha destaque no cenário do trabalho. No caso de CB34, empiria do trabalho na rua assume um lugar privilegiado e fortalece a dissonância entre teoria e prática ao invés de funcionar como espaço de avivamento do conflito e da possibilidade de soluções ou apontamentos críticos, algo que ele tenta apresentar em sua outra profissão.

Retomando a seara da relação profissão-família, lembra que teve que trancar a faculdade ainda mais uma vez por conta de um problema de saúde do filho e que o que aprendera na faculdade fora importante para manter o equilíbrio no trabalho como policial. A formação na faculdade foi retomada após um ano afastado. Deslocado da sua turma, focava em terminar logo, visto que havia sido transferido para um novo local de trabalho, que lhe permitia estudar à noite.

A fala de CB34 nos remete a outro momento de seu relato, no qual referencia sua condição profissional ao ingresso e permanência na polícia. É frequente que se remeta a uma profissão, ocupações de maior expressividade ou status social ou ainda a dedicação em tempo integral a um trabalho de forma que se vincule o trabalhador a esta atividade. No caso de CB34, isto ocorre quando ele descarta seus outros trabalhos, que eram esporádicos, focando no de policial, que passou a ser em tempo integral. Porém, a ocupação de psicólogo, que passou a ter em concomitância, também é tomada por ele como profissão, mesmo que ainda em processo inicial. Aventamos aqui a possibilidade de que isso possa ocorrer devido à possibilidade de

continuar a exercê-la após o fim da carreira policial. Nesse sentido, o fato de o trabalho permitir a construção de uma carreira com reconhecimento social parece ser fator preponderante para o reconhecimento da profissionalização para o informante.

Em relação ao trabalho policial, em específico, CB34 se queixa de pouca reciclagem, de um baixo investimento na melhoria da sua atuação: “se não pagar um *stand* de tiro, não tenho como treinar com a arma, por exemplo. Lembro que passei três anos sem disparar nenhum tiro, depois, com colegas, começamos a treinar”. Apesar de CB34 afirmar que a arma é seu instrumento de trabalho, assevera que policial é muito mais que botar a arma na cintura e sair impondo autoridade. Comumente, temos associados os conceitos de treinamento e qualificação como elementos basilares para a constituição do profissional, entretanto, a este não cabe apenas saber usar os diversos instrumentos envolvidos em seu trabalho, mas também analisar como e quando usar. Nesse sentido, Miranda (2008) sugere que o processo formativo e de manutenção do profissional deveria permitir mais do que disparar bem a arma ou impor a autoridade com o uso dela, mas compreender impactos do seu uso no contexto em que o trabalhador policial se encontra. Ao contrário, como salienta Duarte (2016), o Brasil tem desenvolvido estratégias de caráter neoliberal, fundadas em um discurso gerencialista ancorado na flexibilidade, no trabalho por excelência e no individualismo, fortalecendo uma nova cultura nas instituições policiais e que promove novos modos de subjetivação dos policiais. Os trabalhadores passam, assim, a ser cobrados como ferramentas de aplicação e cumprimento da lei, tentando ao máximo excluir do trabalho o elemento humano. Desta feita, o que se assiste com o policial é a reprodução do fetiche do trabalhador-máquina ou, como o autor sugere, a metáfora do Robocop, em uma amálgama de modelo empresarial e Estado policial.

Ao tratar do que lhe constitui como profissional PM, CB34 afirma que ser reconhecido pela população e por seus colegas como alguém dedicado e correto é o que lhe faz um profissional. Ser um profissional, para CB34, é fazer bem algo específico, desempenhar bem uma função de trabalho, se destacar como um bom trabalhador. Afirma que isso lhe serve tanto para o trabalho como policial militar, como agora, depois de finalizada a graduação, também para a Psicologia, apesar de fazer reservas de diferenças entre os trabalhos. Que isso é fruto de um trabalho bem feito e que lhe traz muito orgulho. Ao mesmo tempo, expõe em sua fala a contradição de que, muitas vezes, executar seu trabalho de forma correta não é o que a população deseja. Que em muitos casos do dia a dia esperam que o trabalho dele seja efetivo, custe o que custar, especificamente sobre sua rotina como policial.

Ao se descrever como profissional, retrata sua boa relação com colegas de trabalho em todos os locais que trabalhou e que isso vem desde sempre. Destaca os colegas que fez no

curso de formação e com os quais ainda tem contato, bem como os espaços que ocupou e que, segundo ele, foi devido a sua postura profissional.

Atualmente, desempenha suas atividades internamente, não está mais em atividades operacionais na rua, e afirma que é uma rotina mais tranquila e que lhe permite se dedicar e estudar mais sobre as novas atividades que lhe foram atribuídas. Fala de uma distância entre teoria e prática e reconhece que isso atravessa todas as atividades laborais, apesar de destacar que na polícia militar isso pode lhe custar a vida.

CB34 ressalta como positiva a diferença formativa que teve quando ingressou na PMCe, tanto o curso foi diferente quanto os candidatos eram de perfil diferente do que se tinha na PM até então. Ele mesmo se questionava bastante se era aquela vida que queria levar e via que isso chegava também de outros colegas. No curso, afirma que sua turma tinha muitos alunos inquietos com a condição do trabalho dos policiais, mesmo ainda na formação já questionavam a relação de trabalho dos PMs. Para ele, isso foi o que levou ao movimento de greve, que exigia melhorias nas condições de trabalho, outro ponto que demarca a trajetória laboral de CB34.

Quando do movimento paredista/motim, o declarante diz que, apesar de não estar envolvido, sentia que muito do que se reivindicava ecoava nele. Reconhece também que este foi um momento paradigmático para a força no Ceará, visto que teve impacto sentido em toda a população. Afirma ainda que esse é um caso que mais uma vez a população não reconheceu o profissional da PM: “A gente queria coisas que todo trabalhador quer: trabalho digno, salário digno e reconhecimento”. Ressente-se com o fato de o movimento ter sido chamado de motim, enquanto reconhece ser crime o que foi feito. Para CB34, o policial vocacionado não deve se negar ao trabalho, não deve se furtar a defender a população, mas, para isso, deve ser reconhecido como alguém importante e ter condições melhores de trabalho.

CB34 aponta que muito da imagem negativa que a polícia tem se deve a maus profissionais existentes na corporação, mas também atribui ao que chama de imagem alarmista da mídia. Quando se refere a esta visão alarmista, diz que não se pode condenar todos por uma ação de um grupo pequeno: “O cara que erra, que faz fora do padrão, tem que ser responsável e não generalizar e dizer que todo policial é violento, tem alguns que se excedem, que exageram na abordagem, mas dizer que é a PM como um todo, é injusto”. Indagado sobre seu futuro na profissão, afirma que pretende se aposentar, seguir a carreira de psicólogo e ter uma rotina menos tensa. Que a vantagem é que se aposentará com menos tempo e assim poderá se dedicar integralmente. Por ora, dedica-se a ambos.

De uma profissão, achei lugar em outra - SGT45

Desde criança, SGT45 queria seguir a carreira militar, gostava de armas de fogo, de filmes de ação e sentia na vida militar a possibilidade de aventuras e emoção, ao mesmo tempo que lhe remetia a um lugar de “moral” na sociedade. Foi do Exército brasileiro, cumprindo 5 anos de serviço em uma unidade de artilharia no estado do Rio de Janeiro. Orgulha-se de dizer que foi o “01” da sua turma. Recorda de que sempre gostou de estudar, mas se considera uma pessoa mais esforçada do que inteligente, pois buscava compensar suas deficiências se dedicando mais, repetindo exaustivamente o que tem que ser feito. “Faço mais vezes para sair muito bem-feito”. Recorda que, no exército, se destacava como alguém que cumpria as ordens de forma “padrão” e isso agradava os seus superiores, o que lhe sempre trouxe benefícios. Para SGT45, o fato de remeter sua trajetória laboral ao ingresso na vida militar faz alusão ao fato de ter nesse espaço seu primeiro trabalho formal, o que remete a um processo de socialização mais intenso que outras formas de trabalho com as quais teve contato. Apesar de ter desenvolvido outras atividades laborais quando na infância e juventude, refere-se a elas como ocasionais, sem grande interesse, algo que fazia para ter uma renda para si, não uma obrigação. Nesse sentido, no percurso para construir sua imagem profissional, destaca o campo da formalidade, um campo que recebe o sujeito e molda valores, comportamentos e visão de mundo que são compartilhadas com pares e afirmadas socialmente.

Depois que saiu do exército brasileiro, trabalhou como mecânico de carros, ofício que aprendeu no quartel, e fazia bicos quando não tinha serviço na oficina. Casou-se com uma cearense e veio morar na zona metropolitana de Fortaleza em meados de 2004. Aqui iniciou o curso de geografia, mas em 2008 trancou a matrícula em definitivo para ingressar na PMCe. Quando indagado o que o levava a ingressar na universidade, aponta que fazia bicos e ainda dependia da família para sustentar a casa. Fazer um curso superior era buscar uma “carreira pelos estudos”, mas não solucionava o problema de pagar as contas no fim do mês. Geografia foi o curso que passou na época, não se preparou para o vestibular e recorda de ter feito a prova com o que recordava. Sobre o processo de inserção de jovens no mundo do trabalho, Coelho e Aquino (2009) e Coelho, Estramiana e Luque (2014), bem como Picanço (2015), analisam o reflexo das sucessivas crises no mundo do trabalho sobre este grupo e delineiam uma série de vulnerabilidades às quais estes estão sujeitos.

Situando a juventude como um período de transição, as instabilidades decorrentes de todas as metamorfoses descritas aqui acabam pressionando os jovens para um ingresso imediato no mercado de trabalho, em grande parte pela falta de perspectivas dentro de

grupos sociais mais vulneráveis ou pelo receio do desemprego crescente, cada vez mais frequente. Este movimento, segundo os autores, ocorre de maneira heterogênea, expressando-se de maneiras diferentes dentro das classes sociais. Parte dos jovens prolongará a formação, dedicando tempo e investimento a uma preparação que lhe renderia melhores inserções futuras, e outra parte buscará no mercado de trabalho condições mínimas de manter a vida adulta ou financiar uma formação concomitante ao trabalho.

Em todas estas manifestações do fenômeno, o que observamos é a expressão de diversas formas de precarização do trabalho frente a realidades anteriores, tanto na quantidade como na qualidade dos trabalhos. A possibilidade de ter um trabalho com garantias que lhe permitissem conduzir a vida adulta de forma decente, nos moldes definidos pela OIT (2007), foi o propulsor para que SGT45 prestasse o concurso para a PMCe. Era unir o útil – estabilidade e salário fixo - ao agradável - retornar à vida militar. O Informante afirma que, quando saiu o edital do concurso, de dia trabalhava em uma oficina, algo que aprendera no quartel, e na parte da noite estudava com mais dois parentes da esposa. Apenas SGT45 passou no concurso da PMCe, os demais passaram em outros estados. Recorda bem que se sentia muito empolgado em fazer parte de um novo projeto de polícia, na época do RONDA, que queria ser diferente do que via: policiais desleixados. Considera que sua turma tinha muitos bons colegas e chegou a trabalhar com vários pelos diversos locais por onde trabalhou na corporação, fato que lhe deu muita tranquilidade, pois sabia que tinha bons homens por perto.

Atualmente, a necessidade de uma continuidade formativa com o curso superior vem se tornando mais presente na trajetória de SGT45, remetendo à pressuposição de que, com o curso superior, o sujeito ascenda a uma condição salarial melhor e que suas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho se tornem mais amplas e mais bem remuneradas. Em seu caso, o ingresso no curso superior foi atravessado por um desconhecimento do campo de trabalho e das possibilidades de inserção da formação que escolhera. A licenciatura iniciada tempos atrás fugia de todas as suas aspirações, causando desconforto e frustração. A vida na caserna, apesar de diferente do exército, lhe satisfazia mais.

SGT45 relata que, após o curso de formação, foi trabalhar em uma cidade do interior. Era um local que gostava, mas queria voltar logo para Fortaleza por conta da esposa, que ficou residindo na capital. Afirma que foi um processo difícil, mas que foi menos complicado, pois não tinham filhos ainda. Sentia que a população o respeitava e o tratava bem, o que é destacado como um grande prazer. Atuou em várias companhias quando retornou a Fortaleza, desempenhando suas atividades no RONDA do quartirão, no policiamento turístico e em postos de policiamento rodoviário até que se chegou ao Regimento de Polícia Montada -

Cavalaria, lugar onde diz ter se encontrado na PM. Ao chegar ao RPMONT, se encantou com o trabalho com os cavalos, destaca o curso para ingresso e os outros cursos pelos quais passou dentro da unidade, tornando-o mais especializado no trato com os animais. Considera-se um profissional de “gabarito”, detalhista e que ama o que faz. Aqui destacamos a autoafirmação de fazer bem o trabalho e de se diferenciar/firmar dentro de um grupo seletivo de trabalhadores por deter um saber específico, característico do que as correntes de sociologia das profissões tratam como característica do profissional, entretanto, como afirma SGT45, não se trata unicamente de conhecimento técnico, acumulado, ou mesmo proferir esse saber dentro de uma perspectiva retórica. É saber como e onde aplicá-lo, tem que mostrar serviço. Ele aponta o fato de se identificar com a atividade como um facilitador. De outra forma, SGT45 acredita que teria grande dificuldade e acabaria abandonando o trabalho caso aparecesse algo que o representasse mais. Ao ser indagado se, em sua trajetória, cogitou sair da polícia, afirma categoricamente que não. Apesar de ter tarefas no trabalho cotidiano com as quais não se identifica, diz que sente que nasceu para ser militar. Confrontado sobre um retorno ao exército em contraponto à polícia, demonstrou dúvida, ponderou não haver mais essa possibilidade, que o tempo passou, mas em seguida aponta que esse era seu desejo. “O militar do exército tem um respeito maior. É visto pelas pessoas como diferente e isso, às vezes, o trabalho na PM não tem”. Nummer (2014) destaca as diferenças entre aqueles que vivenciam o processo de subjetivação totalizante do exército em comparação àqueles que vivenciam os processos na formação da polícia militar, tendo esta segunda características mais brandas, menos valorizadas e menos cultuadas que aquelas cultuadas e fomentadas no exército. Ao mesmo tempo que transfere para seus membros uma imagem negativa, decorrente dos abusos cotidianos de parte de seus membros, além de resquícios da repressão vivida em tempos de fechamento político do país.

Atualmente, SGT45 pensa em cursar veterinária e diz que acompanha muitos alunos do curso que visitam ou estagiam na cavalaria, o que o faz se ver ainda mais importante, às vezes referência no trato dos animais. Esse plano é para um futuro, pois no momento diz não conseguir dar foco aos estudos e que prefere ver o filho estudar e seguir a profissão que escolher, se possível não a policial. Esta nos parece uma contradição aparente no relato de SGT45, visto que ele, ao mesmo tempo que se orgulha e que se sente bem com o trabalho policial, busca evitar esta escolha para o filho. O que, segundo ele, não se refere ao trabalho em si, mas ao risco inerente a ele.

Um ponto de destaque, quando remete sua fala ao processo de profissionalização, é o fato de, reiteradas vezes, remeter sua desenvoltura ao apoio dos colegas mais experientes que lhe ensinaram o “caminho das pedras”, frequência que não se assemelha às referências

formativas pelas quais passou tanto no curso de formação de soldado quanto nas diversas unidades onde trabalhou. SGT45 afirma ainda que aquele que quer ser um profissional reconhecido deve se cercar de bons exemplos. Desde a época do exército usava esse lema, andava com os bons e fazia um bom trabalho.

O compartilhamento cotidiano do trabalho, de valores e da cultura institucional leva, segundo Miranda (2008), à constituição de uma cultura peculiar, compartilhada pelos membros oriundos da instituição Polícia Militar, fortalecendo o vínculo entre os pares, diferenciando de grupos próximos e mantendo viva a imagem idealizada da instituição à qual pertencem, conseqüentemente, estruturando uma identificação pessoal e coletiva. Esta cultura estaria diretamente envolvida em processos de subjetivação que modificam os participantes do seu cotidiano e reproduzem comportamentos e discursos dentro e fora de sua estrutura. Para a mesma autora, a identidade forjada aqui se constitui a partir de um processo conflituoso entre a missão institucional a ser cumprida e o modo como ela se efetiva cotidianamente, o que leva os membros a rechaçarem comportamentos desvirtuantes da imagem institucional ideal ao mesmo tempo que tentam fortalecer características suas associadas ao modelo difundido no grupo ao qual pertencem.

No seu cotidiano, SGT45 relata ter a preocupação frequente de cumprir suas responsabilidades e nunca fazer corpo mole. Vem de uma família pobre, na qual trabalhar sempre foi uma cobrança, um grande valor. Valores como respeito e honestidade sempre foram importantes e levados muito a sério. Recorda dos ensinamentos do pai e de como admirava o irmão mais velho, que se formara contador, quando ambos sempre falavam que, para ser um bom trabalhador, teriam que fazer o que se pede e como for pedido. Observamos aqui uma carga moral frequentemente expressa pelos trabalhadores, de estar prontamente disponível ao trabalho. Nela, o sujeito alinha suas características a uma série de valores amplamente compartilhada socialmente, atrelada ao mundo do trabalho, que permitiria uma relação de via dupla entre aqueles que trabalham e as organizações de trabalho. Expectativas do trabalhador em alinhamento com as das organizações de trabalho fariam com que ambos fossem satisfeitos em suas demandas, mas o que se observa é uma discrepância de poder exercido dentro desta relação, visto que é o trabalhador quem deve se adequar ao processo. A relação tensionada entre capital e trabalho vem passando por uma série de eufemizações, levando a uma maior subserviência do trabalhador e a níveis mais intensos, ao mesmo tempo que sutis, de exploração, principalmente delegando ao próprio sujeito a culpa por uma inadequação ao que o mundo do trabalho demanda.

SGT45 relata que já passou por muita coisa no seu trabalho, principalmente no contato com a população. De ser tratado como herói e homem da justiça até ser chamado de bandido e vagabundo em algumas ocorrências. Destaca algumas destas situações nas quais considera que foi extremamente profissional. Em uma delas, estavam em um evento esportivo e, em meio a uma grande confusão, foram acionados para conter uma briga generalizada. Enquanto as pessoas corriam e tentavam se proteger das agressões, ele procurava defender quem não estava na briga e orientar que buscassem proteção. Fez tudo o que havia sido preparado para fazer, não colocou em risco as pessoas inocentes, nem a si mesmo. Após os ânimos acalmados, conduziu os detidos para o local determinado sem que houvesse nenhum excesso, algo que diz ser comum dado o nível de provocação e estresse a que são submetidos em situações de confronto. Em meio a este exemplo, SGT45 destaca que nem sempre isso ocorre, às vezes ações mais ríspidas são necessárias, o que leva as pessoas a temerem a cavalaria.

A depender da situação, a gente tem que resolver e é de forma mais dura, nem sempre o que aprendemos nos cursos de formação e nos manuais é a realidade, as pessoas, o vagabundo, o malfeitor, perdeu o respeito e a polícia tem que ser firme, o pessoal enfrenta e a gente tem que endurecer.

Estabelecer esse limite é um dos pontos relevantes do poder discricionário que o policial tem investido, cabendo a ele a dosagem da força, o que cria, a nosso ver, um critério impossível de ser delineado, escancarando um abismo entre a prescrição da tarefa e o real do trabalho. O cotidiano mostra que o abuso desta prerrogativa não é um fenômeno isolado, mas algo que precisa ser debatido urgentemente, principalmente quando atenuado ou visto como corriqueiro, quando relacionado a grupos em que os marcadores sociais apontam para maiores vulnerabilidades. SGT45, ainda tratando da relação profissional e sociedade, afirma que os policiais que eram do RONDA não eram respeitados como deviam, atribuindo a isso a forma branda com a qual o modelo de policiamento demandava que eles se portassem, além das atividades que lhes eram solicitadas, vistas por ele como diversas da atividade policial. Esta posição coaduna com os relatos destacados nos estudos de Sousa (2015), quando busca uma avaliação do programa de policiamento implantado no estado, no ano de 2007.

Para compensar esta visão negativa do seu ofício, destaca que muitos trabalhos sociais são realizados pela cavalaria. O outro contexto em que se coloca em uma situação profissional foi quando estava em um local público e teve que acalmar os animais que estavam muito agitados, recorreu a técnicas aprendidas em um dos cursos e contornou, junto a um

colega, uma situação que poderia ter se agravado mais, gerando risco para os policiais e animais. Nas palavras dele, “Lidar com cavalos é muito gratificante pela fidelidade que eles têm. Quando você conquista a confiança e tem a técnica, são os melhores parceiros de trabalho.

Quando tratava do que caracteriza o trabalho profissional do policial militar, SGT45 aponta a dedicação integral à proteção e à garantia da ordem social. Afirma que o policial militar é a ponta da lança contra o crime, mas que não é somente ele quem garante a segurança de uma sociedade, sendo a cobrança disso um grande peso sobre os ombros de quem ocupa tal função.

Em relação ao trabalho não profissional, coloca que “vai de cada sujeito”, todos aprendem o mesmo no curso, são orientados sobre como proceder, mas acabam escolhendo fazer errado, “A PM é tradicional e muito maior do que as ações erradas de um ou de outro”. Salienta que todo policial tem a preparação para fazer seu trabalho de forma correta, profissionalmente, que a escolha por fazer malfeito é unicamente dele. Exemplifica isso quando se refere a casos de corrupção e extorsão, o que relata “manchar a imagem da PM”. Destaca ainda que, em alguns casos, o PM é provocado e acaba por não se controlar dado o estresse do trabalho, fato já mencionado em linhas anteriores. Para ele, quem define muitas vezes se é excesso ou não é a opinião pública. Acha que a história raramente é contada de forma completa, levando ao destaque apenas a força aplicada pelo policial. Na trajetória laboral de SGT45, parece-nos que esta individualização de conduta tem um papel de manutenção da saúde do trabalhador no sentido de evitar qualquer ferimento à sua imagem positiva, mesmo que frequentemente tenhamos casos envolvendo más condutas de policiais. Serviria ainda, a nosso ver, como uma forma de proteção da imagem institucional, que passa a singularizar condutas forjadas em seu espaço.

SGT45 se considera um policial tranquilo, que gosta muito do seu trabalho, entretanto, gostaria que o filho não siga a mesma carreira. Relata o risco, dada a alta criminalidade presente no estado, como seu grande receio. Quanto ao seu percurso profissional na corporação, destaca o bom relacionamento com todos como uma chave que abre muitas portas, visto que nunca teve dificuldades nas movimentações ou na integração em novos locais, bem como nas oportunidades para se capacitar no trabalho. Queixa-se, mesmo assim, de que a PM oferece pouca chance para quem quer se especializar em uma atividade, ao passo que reconhece que, em seu caso específico, sempre conseguiu chances para fazer os cursos que precisou dentro da PM. Quando trata de maneira geral da tropa, acredita que a PM passou por uma grande transformação desde a criação do Ronda do Quarteirão e de outras unidades, e que o PM de hoje é muito mais preparado para lidar com as demandas da população, mas que a

população ainda não sabe lidar bem com a PM, ainda a vê como inimiga, com desconfiança. Afirma também que o policial de hoje é menos vibrador, mais individualista, diferente da entrega existente antes.

A Fera entre os homens – CbF35

Ao tratar de sua história laboral, CbF35 relembra que, durante sua infância e adolescência, os pais sempre priorizaram sua formação educacional, bem como dos irmãos. Teve a oportunidade de fazer um ensino médio em uma boa escola de Fortaleza. Afirma que sempre teve um espírito aventureiro e que esportes faziam parte da sua rotina. Fez balé, voleibol e futebol e na adolescência, o então namorado lhe apresentou o judô, que tem uma relação muito próxima com a sua profissionalização. Com o fim do ensino médio, foi aprovada no curso de educação física e começou efetivamente a trabalhar. Estagiava todas as tardes em uma academia desde o terceiro semestre do curso, algo que considera já construir em si o que chama de profissionalismo, um comportamento voltado para o trabalho e adequado para os locais onde trabalhava. Com o tempo, passou a dar aulas de judô nesta mesma academia e em outras da cidade de Fortaleza. Em 2007, afirma que estava muito desgastada de ficar se deslocando entre academias e que sua renda era algo que não lhe agradava. Durante esse período, alguns colegas de faculdade e pessoas próximas falaram do concurso da PM, que abriria inscrição. Seu tio, que na época era subtenente PM e frequentava sua casa assiduamente, também falava do concurso, o que lhe estimulou a fazer. Não passou da primeira vez, o que lhe fez repensar muitas coisas, estudo, trabalho, vida social.

Durante os anos seguintes, alternou períodos de muito trabalho, chegava a trabalhar mais de 10 horas por dia, até que resolveu ficar somente com as aulas de judô em uma das academias e três alunos como *personal trainer*. No restante do dia, fazia um cursinho, estudava em casa. Outro concurso foi aberto e nele fora aprovada. Destaca o quanto ficou animada, eram poucas vagas femininas e ela, enfim, estava dentro delas.

O relato de CbF35 explicita o debate da mudança de carreira. Dentro deste campo, Rizzatti *et al.* (2018) apontam para uma perda da linearidade das carreiras em detrimento de mudanças conjunturais no contexto de vida dos sujeitos. De carreiras planejadas e estáveis, os trabalhadores passam a vivenciar trajetórias cada vez mais conjunturais, recortados por crises cíclicas da economia e dos modelos produtivos, tornando cada vez mais precárias as vinculações entre trabalhadores e as carreiras adotadas.

Este processo se manifestaria de maneira mais frequente e intensificada em sujeitos mais jovens, que, ao se confrontarem com o mundo do trabalho, têm suas expectativas de sucesso e status vertiginoso frustradas por condições cada vez mais frágeis de vínculo e menos seguras de trabalho. De forma crítica, não acreditamos que esta mudança na linearidade das carreiras seja impulsionada por uma perda de interesse dos sujeitos em projetos mais estáveis ou por uma opção por vinculações de caráter flexível. Pelo contrário, o relato de CBF35 remete a uma tentativa de mudança buscando um sistema de trabalho mais estável e estruturado, que permitiria alçar outras perspectivas de vida para a trabalhadora. É necessário que destaquemos que a condição de agente público na polícia militar tem características peculiares e que a opção por pelo concurso público para soldado da PMCe responde também a outras conjunturas relacionadas ao contexto de CBF35 e que se relacionam com sua permanência na instituição.

CBF35 destaca o curso de formação quando trata de sua construção como profissional, tivera aulas diversas, que iam desde conteúdos para adequação à rotina militar até psicologia, passando pelo direito e defesa pessoal, além da prática de tiro. Lembra que muitos desses conteúdos lhe despertavam interesse de aprofundar, mas que nunca avançou nisso. Afirmo que, nesse período, vivia a empolgação de estar iniciando na vida militar como mulher e o receio dos riscos que passaria a ter com o novo trabalho, mas que, se queria ser uma boa profissional, teria que “comer essa bronca”. O ingresso na vida militar demanda do sujeito uma série de ajustamentos dentro de um processo homogeneizante com fins de controle e do ordenamento dos seus membros pela instituição. Configurando-se como uma atividade laboral eminentemente masculina, o gênero feminino dentro deste campo passa por ainda mais processos de ataques. Segundo CBF35, não existe militar homem ou mulher, todos são militares, mas mulheres são minoria e são vistas de forma diferente quando estão trabalhando, apesar dos discursos apontarem para uma tentativa dos próprios sujeitos de suavizarem esta tensão com discursos de negação da diferença, como apontam Masumeci e Soares (2004), Nummer (2014) e Souza (2014). CBF35 afirma que esta questão já foi mais complicada de lidar, despertando mais inquietações com a forma como era vista dentro e fora da corporação, mas que hoje já não incomoda tanto. Afirmo que pessoas dentro do seu círculo social comentavam que aquilo não era trabalho de mulher, bem como na corporação muitos “antigos” soltavam piadas desacreditando do seu trabalho. CBF35 atribui esse contexto a uma cultura que atualmente já vem mudando e que é machista, não apenas na PM, mas em uma perspectiva geral da sociedade. Estes dados corroboram com os estudos de Masumeci e Soares (2004) e Ribeiro (2018) ao analisarem as representações das policiais femininas no contingente da PM de estados brasileiros, prevalecendo estereótipos e menores oportunidades tanto no oficialato como na

carreira de praças para mulheres, demonstrando que a pretensa homogeneização e indistinção de gênero esbarram na representação diferenciada destas profissionais.

Por mais avanços que tenhamos tido na constituição dos contingentes femininos dentro das forças de segurança, as polícias militares possuem a menor proporcionalidade de mulheres em seus contingentes. No Ceará, os últimos certames reservaram 15% de vagas para mulheres, o que, mesmo representando três vezes mais vagas que anteriormente, ainda é representativo de uma discrepância. Desta feita, a homogeneização ocorre levando o trabalhador policial a se adequar a um *modus operandi* masculino. Ribeiro (2018), analisando a inserção feminina no trabalho policial militar, observa que estas trabalhadoras, com o passar do tempo e avanço na carreira, acabam desenvolvendo atividades que afirmam o lugar de fragilidade, distantes do trabalho ostensivo, em geral em atividades de assessoria, de relações públicas ou administrativas, numa suposta tentativa de proteger estes profissionais. Vale ressaltar que a avaliação do posto ocupado e das tarefas executadas nele só pode ser feita pela própria trabalhadora, não cabendo aqui um juízo de valor sobre ele.

CBf35 reconhece muitas transformações na sua forma de ver o mundo, mas também afirma que, em relação ao trabalho, deve muito do seu compromisso e postura a valores que via em pessoas próximas da família, ressaltando, assim, a carga pregressa de valores associada ao trabalho. Esta dimensão moral estaria mais uma vez na composição do que os trabalhadores entendem como construção de profissional, o que pode se relacionar direta ou indiretamente com os níveis de comprometimento com o trabalho, como demonstrou Dourado (2014).

A dimensão afetiva, no caso da informante, merece destaque dado que a dimensão pessoal e profissional possui um ponto de interseção: foi durante o curso que conheceu o esposo. De amigos passaram a namorados e casaram 8 anos depois, nunca trabalharam juntos e CBf35 diz que preferem evitar essa possibilidade para não gerar problemas com colegas. A ambiguidade existente entre ter questões domésticas atravessando o trabalho cotidiano na polícia é um ponto de desconforto para ela. Nesse sentido, o bom profissional, para ela, consegue separar casa e trabalho, uma dicotomia pretensa dentro do discurso dos gestores de completo interesse organizacional, visto que o sujeito pode assim dedicar-se integralmente ao trabalho, elevando seus níveis de produtividade. Aventamos aqui a possibilidade de esta ser uma maneira de reduzir posições que coloquem em dúvida a competência de CBf35 frente a seus pares masculinos, visto que, como mulher, estaria, na visão machista, predominante na polícia militar, mais suscetível ao afetamento afetivo ou a uma fragilidade emocional, como afirmam os estudos de Musumeci e Soares (2004), Souza (2014) e Ribeiro (2018).

O esposo atualmente é oficial da PM, prestou outro concurso, que Cbf35 não fez por estar grávida na época. Revela que foi um misto de frustração por não poder fazer o mesmo certame e felicidade pela aprovação do esposo. Entende que naquele momento havia feito escolhas e que estas foram fundamentais em sua vida hoje. O atual trabalho é mais administrativo, o que a deixa mais tranquila. Cbf35 ficou sete anos no serviço de rua, trabalhando em locais diversos, como a orla e pontos turísticos, centro da cidade, postos rodoviários, até chegar no atual local de trabalho. Considera um ponto positivo de seu percurso as várias movimentações, pois conheceu muitos lugares e aprendera muito em cada um desses espaços. De antes da vida militar, destaca o papel do judô e os valores de base, muito alinhados com o que sua família passava, além de identificar parte deles na polícia militar.

Para Cbf35, o esporte não modelou apenas seu corpo, mas sua mente e sua postura profissional, fazendo com que dedicação e foco fossem uma constante. Responsabilidade, persistência, compromisso e o espírito aguerrido são outros valores destacados no que concerne a se tornar profissional dentro de sua trajetória laboral. Aliado a isso, explica que tem que saber o que vai fazer e não apenas fazer. Nas palavras da policial: “o profissional consegue entender bem o que está sendo pedido dele e dar a melhor resposta, resolvendo o problema de forma certa”. Afirma ainda que o policial não pode ficar apenas no “plano do pensamento”, ele tem que saber usar o que tem na realidade em que trabalha, nos problemas que encontra todos os dias. O plano do pensamento ao qual a informante se refere é o plano teórico. Indagada se seria possível alguma profissão lidar apenas com a teoria, ela pensa e responde que um professor pode falar somente da teoria, faz uma pausa e diz que, se ele fizer isso, seu trabalho não é profissional, pois não estaria preparando seu aluno. Neste sentido, indagada sobre as formações que teve na PMCe e se estas lhe deram ferramentas para fazer seu trabalho, Cbf35 afirma de imediato que sim, mas também ressalva que nem tudo que se coloca como procedimento a ser feito pode realmente ser feito sempre no trabalho na rua. Teoria é fundamental para Cbf35, mas ela não pode ser distante da prática. Atualmente, a burocratização das suas atividades permite realizar o trabalho mais próximo do que se planeja e do que se aprende nos cursos. Ao ser confrontada com esta relação teoria-prática, associa algo que é característico do trabalho policial, o uso da força. Recorda que em muitos momentos o policial deve se abster das provocações e ofensas que recebe e dosar a força que usa na intervenção, tentando sempre manter a ordem e o controle da situação. Indagada se o descontrole ou a desordem são frequentes, desconversa e retorna para a discussão teoria-prática no trabalho.

A teoria, segundo ela, aponta formas de ler a situação, mas que, no calor dos ânimos, tomar a decisão mais acertada é o que faz o profissional. Cbf35 incorpora em sua fala um forte

conteúdo gerencialista, um projeto de trabalhador que se volta sempre para o que a organização precisa, demandando uma entrega intensa, como expressa Gaulejac (2007). Observemos que este tipo de prática discursiva não se vincula apenas a uma exigência organizacional, mas atravessa toda a cadeia de serviço da polícia militar e se amplifica na sociedade em que ela se insere. O usuário, muitas vezes fragilizado por sua vulnerabilidade diante da escalada violenta da criminalidade, demanda a solução rápida via aquele que primeiro acessa, o policial ostensivo. O mesmo autor destaca, desta forma, os diversos paradoxos presentes na relação entre a subjetividade do trabalhador e seu contexto. O fracasso ou baixo desempenho é tido como um defeito pessoal, e a excelência constante como um ideal a ser buscado, não apenas na dimensão laboral, mas em todas na vida do sujeito. O fato de possuir curso superior prévio não demarca diferencial do seu processo de profissionalização de forma direta, visto que este seria um critério para promoção futura ao oficialato. CBF35 diz que sua formação anterior não é algo que aplique diretamente no seu trabalho atualmente, mas que em outros tempos foi útil, tanto para si quanto para ajudar colegas que faziam testes de aptidão física (TAF), inclusive o esposo. Traz a possibilidade de atuar, em um curto prazo, em um projeto social vinculado à polícia militar do estado, mas que ainda não tem nada certo, além de não considerar isso um trabalho da polícia.

Sobre o futuro como policial militar, CBF35 espera que continue executando as atividades que está incumbida atualmente, diz que não vê outra carreira, mesmo admitindo que pretende seguir dando aulas de judô após a aposentadoria. Indagada se essa não seria uma nova/antiga profissão, ela diz que não é algo que ela faça para se manter, para viver, estaria aposentada e faria porque tem uma identificação grande com o esporte e sabe que ele pode mudar a vida de muita gente. As aulas ocupariam a mente, o corpo e trariam utilidade social a ela. Observemos aqui que o critério de profissionalização é remetido a uma atividade formal de trabalho para provimento do cotidiano, qualquer outra atividade que não remeta a estas questões é alocada em um outro campo, não assumindo lugar de ocupação.

CBF35 diz que tem muito orgulho da profissão que segue e zela muito por ela, afirma que ser profissional também implica ter zelo pelo que se faz, por toda a estrutura por trás, que a Polícia Militar é muito maior que qualquer membro dela, mas que as manchas dos erros de uns refletem na imagem de todos.

O antigo, mas reciclado – SUB52

SUB52 tem sua história laboral vinculada, segundo ele, diretamente aos estudos. Durante a infância, morava no interior do interior, um sítio na zona rural. Recorda que desde sempre trabalhou ajudando o pai e a mãe, ambos agricultores, e foi pela educação que ganhou o mundo. Eram seis irmãos e todos estudavam e trabalhavam na roça para manter a família. SUB52 era o terceiro filho. As irmãs mais velhas logo foram morar na casa de parentes, onde trabalhavam e estudavam, ambas se formaram em pedagogia e moram atualmente em estado vizinho. Ele e os irmãos foram saindo de casa aos poucos, SUB52 recorda que foi morar com um primo do pai aos 16 anos, quando fazia escola técnica, chegando a concluir o curso de eletrotécnico. Deste período, relembra dos ensinamentos e do processo de estágio que fez em uma indústria e de como gostava de se ver útil, resolvendo as “broncas” que apareciam. Trabalhou neste local, uma prestadora de serviços elétricos, por 6 anos, até que passou no vestibular para o curso de economia. Fez três semestres e abandonou, apesar de gostar.

Chegou a fazer o curso de matemática também, mas novamente abandonou no início, desiludido com a docência. Indagado sobre estas escolhas, diz que, na época, queria mesmo era engenharia elétrica ou civil, mas achou mais fácil entrar nesses cursos. Já neste período, pensava em fazer concurso e ter um trabalho estável, fixo e mais bem remunerado. Dividia uma casa com três amigos e um deles fora aprovado em um concurso do tribunal de justiça, foi morar só e fazia muitos elogios a vida de servidor público. Isso foi um dos impulsionadores para ele. Começou a estudar sem dar foco, fazia o os concursos que apareciam e chegou a ser aprovado em alguns, todos na segurança pública, mas em outros estados, chegando a assumir um deles como agente penitenciário, na época.

Quando foi aprovado no Ceará, não teve dúvidas de retornar, pensava em trabalhar na sua cidade natal, assim ficaria perto dos pais, mas, ao fim do curso, fora lotado no sul do estado. Durante mais de 10 anos trabalhou na região do Cariri cearense e depois foi para a região metropolitana de Fortaleza, onde ainda hoje trabalha. Até teve chances de trabalhar em sua cidade natal, mas achou mais interessante permanecer na capital: “Complica você trabalhar em uma cidade pequena onde todo mundo conhece você. Esperam algo que muitas vezes você não consegue fazer e isso mexe com as pessoas e com você mesmo”.

SUB52 atualmente desempenha uma atividade fora da rua, o que lhe deixa de alguma forma mais tranquilo, inclusive conseguindo desempenhar outra atividade laboral, como professor da área contábil. Diz que sempre foi visto na corporação como um cara vivo e desenrolado, inteligente e que gostava de estudar. Passou novamente no vestibular, desta vez

para o curso de ciências contábeis, graduando-se em 2013. Desde então, concilia a vida policial com a atividade contábil, mais recentemente dando aula em um curso superior e auxiliando a esposa, que tem um escritório de contabilidade.

SUB52 destaca que, em termos profissionais, sua vida sempre se pautou em valores que viriam do seus pais e que sempre buscou fazer bem seu trabalho. Como policial, se orgulha de nunca ter sido advertido ou punido durante toda sua carreira, fala com muito orgulho de ter sido convidado, na época, para compor uma equipe do Ronda do Quarteirão, visto que era tido como um policial exemplar, com experiência para preparar “os meninos”. Dentro da carreira policial, diz que sempre teve o reconhecimento dos superiores por sempre conseguir se virar. Destaca o trabalho policial como uma “profissão do imprevisível”, logo, o policial deve ter sempre que resolver coisas que na teoria não são iguais à prática, que aparecem das mais variadas formas possíveis.

Para SUB52, isso acaba levando o policial a cometer erros na tentativa de solucionar da melhor forma o problema. Entre essas coisas, destaca casos como paciente psiquiátrico que subiu no telhado de casa, pessoa que ficou presa em casa, sem conseguir abrir os cadeados, brigas de moradores, perseguição de criminoso em via pública etc. Confrontando o que encontrava em teorias e o seu cotidiano, destacou, dentro das atividades rotineiras, o relato de uma vez em que, ao abordar um grupo de suspeitos na rua, sabia que eles estavam envolvidos com algo errado, mas não podia fazer muita coisa, pois, na abordagem, tinha que seguir um padrão determinado, mesmo sabendo que o grupo estaria em delito: “Hoje não se pode fazer muita coisa, mesmo tendo como fazer: se você apertar o cara, ele entrega, mas não se pode agir assim, pega mal”. Avalia o contexto da seguinte forma: “A meu ver, acabo deixando de fazer o meu serviço em nome do direito do meliante, mas se apertar, a imprensa diz que o policial está fazendo o trabalho errado, apesar da população não achar”. Encontramos aqui, novamente, a expressão dos diversos paradoxos explicitados por Gaulejac (2017) e tratados por Araújo (2013) quando analisam a forma como policiais e moradores de um bairro da periferia de Fortaleza observam as abordagens policiais. Para muitos, o policial deve ser duro ao separar o cidadão do bandido, deve delimitar um espaço de separação entre quem comete o crime e quem sofre com ele. Atentemos aqui para a forma como a prescritividade lida com esses dois atores do cotidiano policial.

A discricionariedade dada aos policiais no exercício de suas funções é peça-chave para compreendermos esta problemática. A decisão tomada pelo policial na avaliação do criminoso se baseia em estereótipos que acabam por segregar grupos com marcadores sociais de maior vulnerabilidade, reforçando a discriminação e a tensão entre aqueles que sofrem com

as abordagens e aqueles que a efetuam. Reis (2006) remete a análise de características dos sujeitos como delineadoras de comportamentos criminosos aos estudos de Cesare Lombroso, psiquiatra do século XVIII, considerado o criador de uma antropologia criminal. Muitos desses sujeitos portavam marcas estigmatizantes deixadas por instituições totais pelas quais passaram, estigmatizando suas vidas, excluindo-os do convívio social, relegados a um processo de marginalização. Tal prática se apresenta como um conteúdo recorrente no cotidiano das forças de segurança e, em particular, no policiamento militar, visto que é ele o responsável pelo trabalho ostensivo. Segundo Cruz e Pylro (2017), este tipo de ação segue os princípios de todo ato administrativo e se sustenta na fundada suspeita com o intuito de manter a paz e a ordem. O que deveria ser um ato burocrático-legal converte-se, no trabalho real, em uma avaliação carregada de estereótipos e subjetivismo. Vale ressaltar que as estereótipos presentes nos fundamentos da diferenciação entre cidadão e bandido não se apresentam formalmente na formação policial. Elas são parte de um *métier* decorrente do trabalho e das experiências individuais e coletivas do trabalhador policial.

Em nome da missão de garantir a segurança e de combater o crime, o campo da legalidade poderia ser flexionado em nome da eficiência, criando um espaço tolerado para o excesso e para a ilegalidade, uma espécie de ética do mercado, nos moldes explicitados por Sandel (2012), aqui transportada para o campo da segurança pública no dia a dia das cidades com altos índices de violência. O paradoxo surge quando o cidadão destes espaços passa a ser tomado como suspeito, passível da abordagem que ele imagina necessária. O desconforto surge e a contradição se assevera, visto que o direito violado passa ser percebido. Algo semelhante ao policial profissional que reconhece o excesso como necessário em alguns casos.

SUB52 afirma que em breve se aposentará e que já constrói uma outra carreira onde se vê tão profissional como na PM, pois domina o trabalho de contador, sem cometer erros que prejudique outros. Sente que tem o respeito dos clientes, o que, para ele, depende diretamente dos anos de prática e de ter vivenciado muitas coisas na carreira. Observemos aqui um traço característico da valorização do empirismo como subsídio para boas práticas de trabalho, visto que a formação ou o arcabouço teórico não é mencionado.

Traçando um paralelo entre a carreira policial e a de contador/docente, SUB52 afirma que na segunda vive menos imprevistos, que se a pessoa souber o que deve fazer e como fazer, o trabalho é bem mais tranquilo. Na polícia, se você não for “safo”, você pode morrer, se virar é obrigação, na sala de aula ou no escritório você tem parâmetros mais definidos do que vai ocorrer no seu dia. Nesse momento, SUB52 fala de um irmão mais novo que é também policial, só que federal. Diz que o trabalho dele é mais técnico, que visa usar mais inteligência,

diferente do seu, que “trabalha com o conflito o tempo todo, com a pobreza, que é confusão grande certa”. Observemos que aqui a suspeição é atrelada à imagem de ameaça advinda das classes pobres como lugar de existência do caos e de favorecimento do crime. Se anteriormente tratamos das características do sujeito para a abordagem baseada na suspeição, aqui contemplamos os demais elementos que Reis (2002) elenca como tripé da suspeição da marginalidade, o lugar e a situação.

Acredita que o trabalho do irmão tenha muito menos imprevistos, visto que deve ser tudo bem planejado ou, como diz: “ele só sai para dar o bote certo, tem toda uma estrutura analisando, fazendo campana, traçando a estratégia”. Confrontado se o trabalho do irmão seria mais profissional que o dele, demora a responder, mas diz que ambos são iguais, apesar do trabalho executado pelo irmão ser “mais tecnológico, inteligente e moderno”. Quanto a estes quesitos, no caso do seu trabalho, SUB52 diz que o governo do estado vem tentando melhorar, mas as mudanças ocorrem lentamente, e que a população e a mídia precisam entender, pois “jogam tudo para cima do policial, mas não viam escala, salário... melhorou, mas ainda está aquém de outras polícias.”

Ao confrontar o movimento de transformação da polícia militar do estado após o programa Ronda do quarteirão, diz que muita coisa mudou, que a polícia mudou sua imagem, saiu de uma posição negativa e atrasada que existia, apontando que hoje estão mais bem aparelhados, apesar de queixar-se da remuneração. Indagado se houve alguma transformação operacional que se voltasse para a modernização do trabalho, afirma que sim, mas não conseguia explicitar qual seria. Considera que é um policial mais atualizado, que os cursos aos quais se submeteu permitiram a ele realizar melhor aquilo que lhe é designado. Sobre a profissionalização do trabalho policial, resgata um ponto interessante para nosso debate, a frequência de casos de “bicos” que policiais faziam para complementar a renda. Na visão de SUB52, estes casos tiveram uma significativa redução depois de algumas posições da gestão do estado, como a criação da indenização por reforço ao serviço operacional (IRSO). Analisamos os “bicos” como uma estratégia de precarização do trabalho, na qual o trabalhador encontraria nessas múltiplas inserções uma via para renda extra, ao mesmo tempo que se expõe a maiores riscos, ameaçando sua saúde com as longas jornadas, bem como a vida.

Silva (2010) e Brito, Souza e Lima (2011), analisando esta prática nos estados do Ceará e Pará, respectivamente, imprimem um olhar mais crítico, desvelando redes informais oriundas desta prática que se vinculam ao campo da segurança privada em nosso país. O “bico”, desta forma, não seria apenas uma forma de precarização do trabalho do policial, mas uma prática arraigada à própria cultura destes trabalhadores e que alimenta um campo extremamente

lucrativo, algo que, mesmo proibido, chegou a cooptar 30% dos policiais de Fortaleza nos anos 2000, de acordo com reportagem do Diário do Nordeste do dia 31 de maio de 2005. A estratégia da gestão do Governo do Estado, com a gratificação, na forma de escalas extras voluntárias, a nosso ver, representa muito mais uma tentativa de apaziguamento do mal-estar, advindo da defasagem salarial dos policiais, sem que a prática seja combatida, visto que a prática do “bico” alcança desde o soldado até patentes mais elevadas, afetando todos os níveis da hierarquia. Este campo também incorpora um tipo de trabalhador ainda mais precário, aquele que não é policial, mas se vale do apoio do policial para desempenhar seu trabalho, operacionalizando serviços de segurança com suporte de agentes do estado.

SUB52 relata que chegou a fazer alguns trabalhos na segurança privada tempos atrás, mas depois abandonou, era um risco a mais que, com a chegada dos filhos, se tornou inviável. Indagado se achava que o bico era uma atividade profissional, diz que não, profissional seria a atividade policial, na qual estava integralmente. Entretanto, quando indagado sobre sua outra atividade como docente, diz que é diferente, pois como professor tem uma relação oficial, se referindo ao vínculo empregatício com a instituição educacional na qual atua. SUB52 retoma a discussão dos “bicos” em uma tentativa de amortecer a crítica feita, recorrendo a um discurso moral do trabalho, afirmando que, por mais que não fossem atividades vinculadas formalmente, elas não prejudicavam a sociedade, pelo contrário, quando colocavam em risco alguém, este era o policial. SUB52 relata que falta de profissionalismo existe em todas as profissões, e o policial que precisa do bico deve fazê-lo de maneira profissional. Mais uma vez, em uma tentativa de alinhar seu discurso, afirma que o bom profissional se apresenta assim dentro e fora do trabalho e, em referência aos trabalhos extras (bicos), deve manter a honestidade e preservar a honra. Por fim, afirma que, na PM, o policial que segue estritamente a lei tem inúmeras dificuldades, que se ele não se virar, até a população rechaça seus serviços. Indagado como isso se manifestaria, resgata uma situação de quando fazia parte de uma guarnição do RONDA e via o trato da população com os policiais. Policial era visto como frouxo, mole demais para ter o respeito. Sobre o que geraria este respeito, ele aponta que ser firme e resolver o problema é um grande passo. Por fim, considera que os novos policiais que ingressaram desde o programa RONDA do quarteirão, trouxeram outra visão para a polícia, mas também tornaram a devoção ao trabalho policial mais frágil, como se fosse apenas um emprego.

Não quero ser herói – SGT48

SGT48 inicia seu relato tratando de sua vida como trabalhador desde o primeiro trabalho do qual se recorda. Morava no estado do Maranhão e ajudava o dono de um depósito de construção na cidade onde residia com a família. Fazia de tudo, entregava, separava pedido, vendia, carregava carroça, tinha 16 anos na época. Achava que aquilo era um bom trabalho por já ter seu dinheiro, sendo parte deste dirigido para a casa dos pais.

Ao completar dezoito anos, cumpriu o serviço militar obrigatório em uma unidade do exército brasileiro próxima a sua cidade, servindo por 11 meses, até ser dispensado pelo excesso de contingente. Relembra que aprendera muita coisa neste momento da vida. Ao ser indagado se considerava isso como seu trabalho, categoricamente afirma que sim, pois era de lá que se sustentava e acabava aprendendo muita coisa sobre a vida militar. Destaca que aprendera rotina administrativa e um pouco de mecânica de automóveis dentro do serviço militar. Após a dispensa, viu na necessidade de conseguir emprego e trabalhar para manter a vida, só fazia bicos eventuais (ajudante de oficina e servente de pedreiro) e não tinha uma remuneração certa. Afirma que queria ficar nas forças armadas, pois gostava de atirar, do ambiente da caserna e do serviço diário (trabalhava em uma unidade de distribuição de material). Foi nesse período, após a saída do exército, que um amigo falou do concurso da Escola de Sargento de Armas do exército brasileiro (ESA) e da prova que tinha que ser feita para ingressar na escola de sargentos do exército. Para SGT48, essa era uma ótima chance de ter sua independência na vida adulta e, de alguma forma, a “tranquilidade” do Exército. Ao ser indagado se apenas isso o fazia escolher a vida militar, diz que não era só isso e que a imagem militar era algo que o atraía. Observemos que esta imagem compartilhada do militar dentro de um espectro de heroísmo, defesa da pátria, aventura e bravura se vincula de forma direta aos representantes do exército, marinha e aeronáutica, estendendo-se frequentemente também à figura do bombeiro militar. Entretanto, esta vinculação à imagem do policial, em particular o militar, é ambivalente e possui diferenças em relação ao demais. Silveira e Medeiros (2016), analisando a representação desta atividade, associam o medo, a vergonha e a desilusão ao cotidiano do trabalho policial, promovendo confronto e contradição com a imagem produzida institucionalmente, o que pode fragilizar laços entre o trabalhador e a instituição e entre ele e aqueles que usam seu serviço. No caso de SGT48, a percepção inicial era de que a polícia militar seria como no exército, o que acabou não acontecendo. À época, fez o concurso e não fora aprovado, o que lhe causou frustração pela incerteza do que iria fazer da vida, visto que ainda não tinha um trabalho fixo. Pouco mais de um ano passado da prova, ainda trabalhando com

bicos eventuais, novamente o mesmo amigo o convidou para tentar o concurso da PM do Ceará, dividiram um cursinho e desta vez foi aprovado entre os primeiros lugares. Acabou mudando para Fortaleza, onde fez o curso de formação para ingresso na PMCe.

Durante o curso, ouvia muito dos professores que a formação estava mudando, que se buscava uma nova polícia. Observava que o perfil dos novos policiais era mais jovem, mais instruído e mais capacitado: “Só na minha turma havia uns 15 já formados. Todo mundo queria a estabilidade do funcionalismo público e fazer diferente na polícia”. O período inicial foi mundo tranquilo, SGT48 lembra que foi muito pior no exército, mas que é nesse momento que se criam relações duradouras e onde o exemplo carrega o novato.

Um dos grandes atrativos do concurso da PMCe para SGT48 nem fora o salário, mas o número de vagas: “Era a chance de muita gente passar, inclusive eu”. Tinham muitos concursos na época, mas a quantidade de vagas na PMCe era boa, estavam reformulando muita coisa. Assim, ser aprovado abria as portas de se manter de forma garantida. A formação merece destaque na fala de SGT48, ele acredita que o novo modelo policial proposto abriu a mente dos novos e dos antigos policiais militares, mesmo reconhecendo que isso também gerou muitos conflitos: “Havia um clima de rivalidade entre a gente e os antigos, não os do curso, mas os outros que não estavam com a gente”, “eles nos viam como privilegiados”. Este dado é descrito nos estudos de Alves, J. (2009), Barreira e Russo (2012), Araújo (2013) e Dourado (2014), pois, de imediato, relacionava-se a imagem moderna e eficiente da “nova polícia” com a imagem ineficiente, desgastada e corrompida do modelo antigo. Ainda sobre o curso formativo, afirma que abordava muita coisa que estava deficitária na PM, direitos humanos, direito penal, práticas cidadãs e tinha também disciplina de psicologia, mesmo que estas dessem apenas noções superficiais. Afirma que, no curso, conviviam com uma formação militar conjunta e que readequou a maior parte dos candidatos. Para SGT48, esta mudança foi mais branda, visto que já vinha de uma experiência militar anterior, o que coaduna com a análise trazida por Nummer (2014). Este dado seria contributivo para reduzir as tensões decorrentes do processo de institucionalização e, com isso, fortaleceria os vínculos entre os pares, o que SGT48 aponta: “O treinamento militar foi e é importante para manter a coesão da tropa, para fortalecer o espírito de corpo”. SGT48, mesmo destacando esse papel, enxerga ser possível sim uma polícia sem a característica militar, diz que esse é um tema sensível no contexto da PM e confuso para a população. Dá sequência falando que hoje compreende bem melhor a adoção de uma polícia de ciclo completo, integrando a dimensão judiciária, hoje executada pela polícia civil, e a dimensão ostensiva, ocupada pela polícia militar, permitindo, assim, um ciclo de atendimento e ação mais ágil. Mas que o debate é longo sobre isso. A saída do curso de formação e o ingresso no trabalho

de rua fizeram SGT48 confrontar o que aprendera previamente com o contexto cotidiano de trabalho no policiamento ostensivo. Prender aqueles que cometem crimes, proteger o cidadão dos diversos maus que o criminoso pode trazer, representam para ele o que marca o profissional da polícia militar. Em sua visão, profissional é aquele que consegue, no seu dia a dia, reduzir as chances de erros no seu trabalho porque conhece bem as formas de responder ao que lhe pedem, solucionando as situações que envolvem o crime, sem prejudicar a si mesmo ou a inocentes. Indagado sobre como chegar a esta condição, diz que tem que ter muita experiência, ouvir quem já viveu mais e ter fé. SGT48 reitera, aqui, a relevância da experiência, do *métier*, do trabalho, como ponto crucial para emergência do profissional. Constatamos, portanto, a distância entre as inúmeras prescrições e o trabalho real, levando o trabalhador a buscar superar as incongruências, usando também o coletivo como ferramenta para isso.

Durante todo o período de trabalho na PMCe, SGT48 dá destaque às promoções recebidas, em particular uma decorrente de um caso em que se destacou por bravura. Orgulha-se ainda de ser visto como um policial técnico, em quem os outros colegas confiam e a quem recorrem em caso de dúvidas hoje. Apesar disso, SGT48 acha que existe um sério problema nas polícias e que na PM tem agravos: a confusão do PM trabalhador e do PM herói. Para ele, o PM é um trabalhador como outros tantos, que, por sua condição militar, fica impedido de muitas coisas, mesmo quando seu trabalho é desvalorizado em termos estruturais - salariais e condições de trabalho.

A dimensão política deste problema não é evocada de início por SGT48, mas ele destaca que o policial militar fica restrito a reivindicar apenas dentro da estrutura militarizada da polícia, diferente do policial civil. Ao ser indagado se a sindicalização ou a greve seria uma via para isso, remete de imediato que são impedidos de se manifestar desta forma, mas que muita coisa foi conseguida depois dos movimentos que ocorreram no estado. Se refere como um movimento de contestação, que alertou a população para o valor do policial militar, mas que o último foi desviado para outro campo, desvirtuando a reivindicação. Ao mesmo tempo que viu avanço, se viu vinculado a uma imagem novamente negativa, a de “bandido que aterroriza a população, que não quer fazer seu trabalho”. A ambivalência na fala do policial remete ao surgimento do que Cotta (2018) denomina de militar de novo tipo, um agente público, reformulado pela constituição de 1988, com dupla função, policial e ser força reserva do exército. Devendo atuar na segurança do cidadão e não na defesa do território. Esta condição contrasta com o *modus operandi* presente no cotidiano do policial militar, no qual a guerra contra as drogas e o enfrentamento reativo à criminalidade levam o policial a suspeitar constantemente do seu entorno, elegendo um inimigo onipresente. Nesse combate cotidiano, o

desalento com a ineficiência frente à escalada do crime e da violência faz com que o recrudescimento das ações seja a solução mais vislumbrada.

SGT48 reconhece bem isso e diferencia ainda mais ambos os papéis enquanto trata da escolha para seguir tais carreiras. O membro do exército, para SGT48, é um trabalhador vocacionado, o policial militar fez uma escolha, que atravessa diversos contextos e que está mais vinculada a uma condição de sobrevivência, reafirmando que fez o concurso porque precisava de um trabalho para se sustentar. Em sua história, reconhece dois períodos: o inicial, vibrante, o “jovem pilhado” que se deslumbrava com a PM; e o momento atual, mais maduro, crítico e realista, apesar de ainda crer em uma PM justa e honesta, reconhecida pelo bom trabalho que faz.

Em seu contexto fora do trabalho, SGT48 diz que é reconhecido como um policial diferente, calmo, que não exagera ou usa o cargo para obter vantagens, o que segundo ele não é algo difícil de encontrar entre os colegas. Fazer bem o trabalho é cumprir as regras e isso inclui proteger o cidadão do PM que exagera no seu dever. Aqui, ele ressalta o que considera um entrave, pois “gatos pingados” usam da hierarquia para vantagens, usam a farda para obter vantagens, por menores que sejam. Segundo ST48, tem muita vista grossa e em muita situação ele também faz, em nome de uma boa vizinhança, mas que passar disso para se envolver é outra história.

Atualmente, SGT48 tem boa parte do seu trabalho vinculado a grandes eventos na cidade de Fortaleza e isso o fez desenvolver outras habilidades, como a negociação, falar em público, entre outras, o que lhe faz pensar que um dia fará um curso superior, gostaria que fosse direito, mas que no momento não conseguiria se dedicar temporalmente e nem economicamente, visto que grande parte do seu soldo vai para a educação dos filhos. Acredita que seria um bom profissional, pois só repetiria o que sempre fez, fazer o seu trabalho.

Referindo-se à diferença entre ser profissional e ser herói, afirma que em muitas situações os policiais militares são levados a se verem como heróis, “o interessante é que sem fazer algo de diferente para isso”, o que, no seu ponto de vista, é arriscado. Para ele, exigir uma postura de herói se torna perigoso demais quando a vida do policial fica em jogo, sendo esse talvez o heroísmo. Exemplifica esta colocação quando, durante a pandemia de COVID-19, os policiais não pararam, muitos se contaminaram e vieram a falecer. Aponta aqui para o fato de que, em momento nenhum, a imprensa ou outros órgãos trataram os policiais como trataram outros trabalhadores, como os médicos: “Viam o médico como o herói, mas nós também não paramos e não se via dessa forma.”

Ao ser indagado, se na situação que envolveu sua promoção, ele se via como herói, afirmou de imediato que não se via, que tinha feito o seu trabalho e o que lhe manda o dever: proteger o cidadão. Entretanto, ressalta que muitos lhe viram dessa forma e que isso também era bom. Retoma essa discussão afirmando que o problema não é o ato heroico, mas várias coisas que envolvem assumir esse lugar sendo PM. Exemplifica isso ao afirmar que, ao se colocar como herói, o policial deixa seu lugar de trabalhador para ser um completo devoto da farda e isso para ele é desgastante. Ao ser perguntado se em sua carreira profissional já se viu assim, para, pensa e diz que no início vibrante, via-se assim demais, mas as frustrações o fizeram mudar de opinião.

SGT48 aponta seu percurso profissional como um caminho árduo, no qual muito da sua qualificação foi ele quem buscou, fora da instituição inclusive, que o desejo de fazer uma faculdade é a chance de ser um profissional de destaque fora da PM. Indagado se já se via como profissional quando iniciou sua vida laboral, de imediato afirma que sim, que naquela época já era um adulto, apesar dos 16 para 17 anos, já tinha responsabilidades e buscava fazer bem o que lhe era delegado. O que nos chama atenção é que, em seguida, aponta que o trabalho que fazia não era profissional. Sobre isso, referia-se ao fato de que qualquer pessoa com o mínimo de disposição conseguiria fazer, com o tempo de prática poderia desenvolver bem.

Confrontado com o trabalho do policial militar, afirmava que via de forma diferente, que a formação inicial e as seguintes foram importantes, apesar de destacar muito o cotidiano de trabalho prático. A real diferença estava em haver um status policial e não no que fazia antes. Indagado se todo trabalhador que faz bem seu trabalho é um profissional, SGT48 diz categoricamente que sim, cabe a ele fazer bem-feito o trabalho para ser visto como profissional. Como tratado em nossa discussão teórica anterior, o senso comum trata ocupações e profissões como significados próximos, quase sobrepostos, mas ao confrontar os contextos, aspectos vinculados a relações de poder, domínio de saberes específicos ou fundamentais para o trabalho e status social se sobressaem no discurso, sinalizando que a imagem do profissional denota destaques e a alocação em estratos diferentes da divisão do trabalho.

O ponderador – CB30

A história laboral de CB30 tem início com o fim do seu ensino médio. Seus pais sempre disseram que ele devia estudar enquanto eles pudessem bancar a casa, sem que ele tivesse que trabalhar. Assim, priorizou a educação com planos de passar no vestibular e seguir a carreira de odontólogo ou médico. Não foi aprovado em nenhum dos dois cursos e acabou

fazendo o concurso da PM como uma forma de garantir uma fonte de renda e se manter estudando a curto prazo. Relata que se sentia deslocado, nem tinha trabalho e nem estudava mais na escola, muito menos tinha a condição de se manter em um cursinho. CB30 cursou o ensino médio completo em um colégio de uma grande rede de ensino na cidade de Fortaleza, considera que a boa base de estudos lá fora decisiva para a aprovação no concurso.

CB30 destaca que tudo no curso foi novidade, excetuando estudar. Em sua casa, os pais se preocupavam com a carreira policial, pois temiam pela segurança do filho. CB30 não tem nenhum parente ou pessoa próxima do convívio que seja policial, sua ideia do trabalho policial era baseada exclusivamente em estereótipos, o agente da lei, o herói da proteção e aquele que agia com justiça. Relata que isso foi se desmistificando ainda no curso e se agravou quando iniciou no trabalho de rua. Em seu relato, destaca que, no primeiro mês de trabalho, já via desvios de conduta dos colegas mais antigos, o que chamava de “vícios”, tais como receber agradecimentos para fazer o trabalho. Para ele, isso se inicia sempre com uma ação de aparente agradecimento, uma reciprocidade, mas que pode ter interpretações outras de ambos os lados. Ao tratar destas questões, CB30 diz que sua profissão sempre foi seguida com honra e retidão, que a PM é um espaço de trabalhadores que querem fazer bem seus trabalhos, mas que “maus frutos” existem em todo lugar.

CB30 sempre trabalhou no policiamento da capital, passou apenas um período realizando trabalhos mais administrativos quando auxiliava um superior, mas que sempre gostou do trabalho de policiamento ostensivo, é nele em que vê o seu real papel profissional. “O PM é a primeira frente com o cidadão, é o PM quem socorre e primeiro atua no combate ao crime, estamos lá na ponta da lança”. Ao mesmo tempo, é no contato com o cidadão que ele enxerga a maior frustração, quando este vê o PM como inimigo, como criminoso, quase um fora da lei.

Retomando seu percurso profissional, CB30 relata que sua construção profissional é atravessada muito mais por uma vivência prática do cotidiano policial do que de uma formação continuada, ou reciclada, sobre aspectos do seu trabalho. As informações circulam mais por caminhos paralelos do que pela via formal da instituição, “excetuando quando você passa por um curso operacional ou faz parte de unidades mais específicas ou quando passa por promoção”. Mesmo nesses casos, salienta que é um trabalho muito mais de treino, repetição, que de reflexão ou entendimento mais complexo da situação.

Seis anos atrás, CB30 voltou aos bancos escolares no curso de direito, considera que isso foi um divisor de águas na sua vida profissional, abriu horizontes e trouxe novas perspectivas de carreira, mas também muitos conflitos pessoais dentro da sua atividade de

trabalho. O que para ele era comum em sua prática, tido como ação necessária, passou a ser conflitante com o arcabouço legal. As abordagens, a forma como se conduzia a ocorrência e as soluções encontradas para dar conta das demandas, que muitas vezes extrapolam a escala de serviço do policial, vez por outra lhe tomavam o pensamento. Se antes achava necessária uma determinada intervenção, esta acabava sendo contestada no campo do direito, mas no dia a dia ele podia ser válido e funcional. Para CB30, essas questões levam muitos policiais a condenarem o campo teórico, amparados na justificativa de que ele não resolve a vida na prática.

CB30 foi aprovado recentemente em dois concursos e aguarda ser empossado, ambos são na área de segurança pública, o que para ele representa um avanço na sua carreira. A saída da PM em breve é tida como uma consequência natural de uma estrutura rígida para outra mais flexível e mais bem remunerada, algo até natural, na visão dele, pois com a retomada dos estudos outras vias se abriram.

No que concerne à forma como compreende o processo de profissionalização, CB30 acredita que depende muito do trabalho que se faz, que envolve elementos anteriores ao trabalho, uma carga de deveres que se constitui mesmo antes. Ele se via um estudante profissional, integralmente dedicado àquelas tarefas, algo semelhante na PM também. Considera que o domínio das atividades no dia a dia também classifica um profissional, que responde bem ao que o trabalho lhe pede, sem se complicar ou complicar os colegas. Isso seria o que coloca o sujeito em uma situação profissional. Para ele, na PM, isso se expressa do soldado ao mais alto posto, mas que devem ser guardadas as responsabilidades proporcionais aos cargos.

Retomando a relação teoria-prática, diz que se tornou profissional quando foi para a rua, que sem isso jamais seria um policial profissional. Para ele, a rua funciona como um teste, algo que confirma o aprendizado. Ao ser confrontado sobre o uso da teoria em seu dia a dia, as relações mais claras aparecem com o curso de direito, e o seu processo formativo só é rememorado com perguntas direcionadas mais especificamente ao período inicial como policial militar.

Retomando a profissionalização, aponta para a possibilidade conhecer outras realidades, novos contextos de trabalho, novas formas de atuar. Após assumir seu novo posto, irá se confrontar com uma atividade mais burocratizada, menos exposto à rua, pelo menos na sua visão. Espera que a adaptação seja rápida e que sua experiência no trabalho ostensivo possa agregar, visto que terá uma outra visão sobre os policiais militares que irão usar do seu trabalho.

CB30 diz que “existe inclusive uma rivalidade, uma briguinha entre as polícias”, mas que agora estará do outro lado, já conhecendo a realidade pela qual o policial militar passa.

Meu primeiro trabalho formal – CBf42

Ao descrever sua história profissional, CBf42 relata que o mundo da polícia entrou no seu caminho de forma aleatória. Gostava da imagem militar, da imponência da farda, mas só isso. Quando ingressou, não tinha parente nenhum nas forças armadas ou forças de segurança. Entrara no primeiro concurso que tentou, tinha 19 anos na época, estava iniciando um curso superior na área de tecnologia e queria um trabalho estável e com uma renda que permitisse conduzir sua vida. A família aceitou com relutância a mudança para uma vida militar, achavam que era por um curto período. Relata que sempre teve a oportunidade de estudar junto com os irmãos em ótimas escolas, o que lhe deu boa base de conhecimento tanto para o vestibular quanto para concurso. Entrara na faculdade, mas achava que não era o que desejava. Como gostava de matemática, acabou se matriculando, cursando dois semestres. Até ali, tinha realizado alguns trabalhos, mas nenhum deles era fixo. Apesar da condição menos formal destes trabalhos, afirma que aprendeu muito sobre a conduta nos ambientes e sobre a responsabilidade sobre suas tarefas. Também afirma que o modelo profissional que tem para si foi herdado dos seus pais.

Quando o edital do concurso foi lançado, decidiu fazer por achar que seria um trabalho estável, com carreira e que lhe permitiria continuar estudando e galgando outros sonhos. Ao ser aprovada, teve que fazer o curso de formação em um dos polos do interior do estado, indo morar distante dos pais e irmãos. Nesse período, destaca que reaprendeu a viver, reaprendeu a trabalhar, visto que passou a ser um militar e não mais um civil. Afirma que passou a ver o mundo a sua volta diferente, que o curso introduziu uma série de hábitos que não tinha antes e que esse processo serve de base para construir o profissional.

O processo de socialização vivenciado na polícia militar implica no que Goffman (2003) denomina como processo de mortificação do Eu, uma mudança na identidade daquele que ingressa no mundo da instituição e, depois disso, retorna ao universo social mais amplo. Decerto, as estratégias descritas pelo autor tiveram grandes mudanças ao longo dos anos, permanecendo aquelas aparentemente mais brandas, mas não menos violentas no sentido de tolher a autonomia do sujeito. A readequação dos membros promove essencialmente um alinhamento com aquilo que convém à instituição da qual ele faz parte. Apesar de Cotta (2018) apontar para uma descaracterização da polícia militar como uma destas instituições,

acreditamos que ela ainda é representante deste conjunto institucional e que, com os processos de interação com uma sociedade pretensamente mais democrática, se vê impelida a readequar posicionamentos, discursos e principalmente uma imagem a ser compartilhada coletivamente. O que pode parecer uma maior abertura contrasta diretamente com o conservadorismo e a diferenciação marcante entre seus membros e a sociedade mais ampla.

Sobre o curso, descreve como uma introdução ao trabalho como policial militar, ressaltando que, durante esse período formativo, ainda eram candidatos e não policiais, que muito do que foi apresentado pôde ser visto em seu cotidiano, enfatizando que é fundamental que essa etapa seja vivenciada. Entretanto, trata o curso como teórico e o cotidiano como um campo prático, havendo grandes divergências. CBf42 afirma que, no curso, o aluno acha que sua autoridade policial será exercida de forma tranquila, que as pessoas irão acatar o que lhes é pedido, só que a prática é bem diferente: “A gente trabalha com o conflito, o policial quase nunca é chamado quando a coisa já não está muito séria, quando os ânimos já estão à flor da pele”. CBf42 diz que é no cotidiano que o policial aprende a lidar com suas tarefas, aí é que se torna policial, quando vivencia o policiamento na rua. Atualmente desempenhando serviços afastados do patrulhamento ostensivo, trabalhando como auxiliar de um oficial, CBf42 não se vê menos policial, diz que a fase da rua passou, foi necessária, e que se tiver que voltar, o fará com tranquilidade. Sobre esta dimensão prática, CBf42 diz que agradece muito aos “antigos” com quem trabalhou, eles quem deram os “bizus”. Deste período inicial, recorda das tensões entre antigos policiais e os novos, precursores do programa Ronda do Quarteirão. Vistos como diferentes, mudaram a imagem da polícia, não somente na imagem e nas práticas, mas também politicamente. Sobre isso, CBf42 fala do movimento grevista na polícia e de como ele mudou a realidade da PM no estado, ainda que a um alto custo.

Durante os anos como PM, afirma que percebe algumas dificuldades na profissão, tais como pouco investimento em qualificação durante a carreira, muitas vezes restrita a iniciativas privadas do policial; o militarismo e as relações de autoridade; a imagem negativa da PM com a população, sendo esta última, motivo de grande frustração pessoal, visto que ela sempre se entrega ao máximo e que ser vista com olhar desconfiado pela população é algo de grande desconforto.

CBf42 destaca em seu relato o esforço contínuo de se afirmar dentro de um espaço masculino, de ter que trabalhar melhor que seus colegas para não ter a menor possibilidade de ser questionada. Indagada se isso adentra outras dimensões da sua vida, ela diz que a vida afetiva é bem afetada pelo seu trabalho. As escalas e a imagem policial acabam interferindo. Chegou a casar com um policial civil e do relacionamento tem um filho, mas o casamento

findou há alguns anos. Relata que as escalas de serviço podem ter contribuído, mas “é vida que segue”. Indagada sobre o curso superior que iniciou, diz que abandonou. Pensa em fazer um curso superior, talvez quando o filho estiver para fazer vestibular, mas que hoje se vê sempre em algo na segurança pública.

Acredita que seja um espaço profissional que pode levar a várias carreiras, ou como ela diz: “A segurança pública é bem diversificada, tem colegas que iniciaram como agentes de trânsito, passaram pela PM e hoje estão na polícia federal, uma turma que se manteve firme estudando, que mesmo com as escalas com pouca folga, manteve o foco”. Confrontada com seu percurso, ela diz que acabou se acomodando, que a vida tomou outros rumos e que optou por se dedicar ao que podia. A compreensão de carreira ampliada para a segurança pública sugere uma hierarquia entre as várias atividades laborais presentes neste segmento do serviço público. Isso nos levou a questionar o que a levaria a sair da polícia militar e migrar para outra força dentro desta suposta carreira. CBf42 diz que existem melhores condições, em geral, melhores salários. Tratando dos riscos existentes em outras atividades, ela fica reticente, acha que risco há em todas, mas na PM ela identifica como um choque direto.

Ainda durante a entrevista, CBf42 afirma que se orgulha de ter influenciado outras pessoas a ingressar na polícia militar, que, depois dela, dois primos e uma prima também ingressaram na força. Ela diz que se orgulha muito do relato deles ao se referirem aos elogios que ouviram de colegas e de superiores quando diziam ser seus familiares. Para ela, isso confirma seu caminho profissional.

Do balcão para o patrulhamento e de lá para a sala de aula – SUB49

Nascido no interior do Ceará, SUB49 diz que sua profissão o fez percorrer caminhos que antes só imaginava em sonhos. Afirma que sempre foi um garoto aplicado na escola, mas que não via muitos horizontes em seu futuro, ou trabalharia no comércio da cidade, na roça ou na prefeitura. O pai era motorista na prefeitura e tinha concluído somente o ensino médio, já a mãe era professora e tinha o normal. Foram suas grandes inspirações. Recorda do pai falando sobre seu trabalho, bem como dos elogios que ouvia de outras pessoas da cidade sobre ambos.

Ao concluir o equivalente ao ensino médio, foi trabalhar em uma farmácia como balconista, lugar onde aprendeu a ser um trabalhador, a se portar como um. Destaca, nesse sentido, o senso de responsabilidade, a honestidade e a prestatividade. Durante o tempo em que trabalhou na farmácia, um colega lhe falara da polícia militar e de como ele podia prestar concurso. Para ele, ser policial tinha uma imagem pesada, mas resolveu encarar vislumbrando

uma vida financeira melhor. Já fazia planos de casar-se e de ter uma vida mais independente. Insatisfeito com o salário e sem possibilidades de crescimento, fez o recrutamento/concurso e fora aprovado em terceiro lugar. Não era o percurso que imaginava, pensava mesmo em cursos superiores, mas foi o caminho que seguiu.

SUB49 afirma que saber mesmo o que era a PM, ele só soube depois, mas no curso de formação experimentou a diferença entre a vida militar e a vida civil. Destaca a grande diferença para o que se tem hoje, quando se valoriza o aluno, as aulas abarcam conteúdos formativos mais diversos. Em sua época, a formação era na “chibata”, formava alguém que somente seguia ordens e manuseava arma de fogo, mas que, apesar disso, era um tempo em que se respeitava a polícia. O limite tênue entre respeitar e temer é confrontado com SUB49 ao passo que ele afirma que o cidadão não deve temer o policial, deve respeitar. Já o marginal, o criminoso, sim, devem respeitar e temer. A temeridade viria do uso da força, da presença da punição como uma consequência concreta, remetendo a um modelo de intervenção truculenta.

SUB49 afirma que, relacionada à atividade policial, sua rotina mudava sempre que mudava de batalhão ou de atividade desempenhada por ele dentro da unidade, mas a base é sempre a mesma: se manter vigilante, estar sempre pronto para a ação, ter coragem, ser disciplinado e, acima de tudo, fazer cumprir a lei. Do curso de formação, SUB49 destaca o manuseio da arma de fogo como um ponto importante. Manuseio de arma de fogo sempre foi uma coisa presente na vida de SUB49, pois ainda quando criança gostava de caçar e atirava com frequência no interior onde vivia com a família. Ressalta que o uso da arma nunca foi algo abusivo e que, além de PM, é também colecionador. Afirma que portar a arma é imprescindível ao policial, é sua ferramenta de trabalho, mesmo quando não está de serviço. Para ele, um policial que é um bom profissional só usa sua arma em situação extrema e quando ela é seu último recurso, mas ela deve estar sempre presente, visto que, mesmo de folga, ele não deixa de ser policial. Confrontado com essa condição de trabalho ininterrupto, SUB49 afirma que é uma condição do policial, que isso é consequência do dever de proteger a sociedade e o cidadão: “Cabe a cada um lidar com isso da melhor forma que consegue”. No seu caso, não é algo que incomode muito, inclusive já agiu mesmo estando fora de serviço, evitando um assalto. A gente sente como se o dever tivesse sido cumprido, mas o que muitas vezes é mostrado é o erro, o policial sem preparo emocional, e isso acaba criando uma imagem contra o uso ou porte da arma.

Para ele, o uso da arma não deveria ser um tema polêmico e que tem causado grande transtorno no atual contexto, mas que isso se deve a pessoas má intencionadas ou com tipo de transtorno, o que, para nós, representa novamente uma tentativa de individualizar condutas e

desvencilhar delas a imagem corporativa positivada que tenta ser propagada. SUB49, nesse momento, reflete e diz que a saúde mental dos policiais militares e dos policiais em geral deveria ser uma prioridade e que chega a essa conclusão por ter colegas que tiveram “depressão” e até cometeram suicídio, ao mesmo tempo que entende isso como uma fragilidade do sujeito e não uma relação de adoecimento vinculada ao trabalho. Para ele, existe muita demanda na corporação, tem muito policial que não é para a vida policial. Perguntado sobre esta demanda e a inadequação desses policiais para o trabalho de policial militar, SUB49 afirma que observa muita gente ingressando sem ter a menor identificação, sem a menor estrutura e que perde o prumo quando pressionada, quando se depara com a realidade do trabalho. Nesse momento, SUB49 é confrontado com a sua entrada na corporação e seu processo de adequação ao mundo policial, afinal, ele não conhecia a realidade do trabalho nem o universo policial em que ingressara. A contradição expressa aqui demonstra, mais uma vez, que as dificuldades, os sofrimentos e a inadequação ao trabalho policial são personalizados, descolados de um contexto que atinge aqueles que se dizem mais adaptados também. Aventamos ainda que esta seja uma estratégia coletiva para deslocar o sofrimento, negando a presença dele em si e atribuindo para um personagem externo, alguém que reúne características que o excluem do modelo ideal do trabalhador. Para SUB49, aquele que se encontra fragilizado não pode ser visto como um bom profissional, visto que não consegue lidar com a realidade do trabalho.

Para SUB49, o trabalho como PM tem ficado muito mais “burocrático”, visto que existem metas a serem alcançadas e o registro das ações a ser feito, explicitando para nós a expressão do discurso gerencialista, no qual metas se colocam para além do processo. Quanto a isso, o declarante entende que seja uma consequência da evolução da PM como instituição. No seu caso, a “burocracia” acabou virando tônica e, segundo ele, desde que se graduou sargento, vem atuando apenas em atividades administrativas, o que lhe deixa mais tranquilo, mas não satisfaz. O trabalho operacional, para ele, é o que faz o policial, sem a rua o PM fica sem a ostensividade e isso é que lhe caracterizaria. Indagado sobre o que diferencia o trabalho do policial militar para o de outros policiais, leva um tempo, pondera sobre a condição militar, mas recorda dos bombeiros, pondera sobre a proteção à vida e novamente remete ao bombeiro militar, por fim, destaca o combate direto ao crime. Nesse momento, a pausa dada por SUB49 é justificada por ver que atualmente ele faz isso de forma indireta, mas que mesmo assim é ainda policial.

SUB49 destaca que sua vida profissional sofreu grande impacto também de suas formações superiores. Graduado em economia e em matemática, ambas realizadas concomitantemente à vida policial, ele agradece a ajuda que teve dos seus superiores, que

“aliviaram” a pressão quando ele estava fazendo as faculdades. Todas foram feitas no período noturno e por um tempo ele chegou a lecionar em uma das escolas da PMCe, o que o identifica também como professor. Ainda segundo ele, ser profissional PM ou professor tem muita coisa em comum, e que não se desfazia do lugar de policial quando estava lecionando, apenas fazia reservas do que podia e devia ser feito.

Com a aposentadoria se aproximando, acredita que seguirá na carreira docente, pretendendo migrar para o ensino superior quando concluir o mestrado, que pretende tentar no fim de 2022.

O diferente – SGT47

O percurso profissional de SGT47 é descrito por ele como diferente. Natural de uma cidade no sertão central do Ceará, migrou para Fortaleza para tentar melhorar a vida. Veio morar com um tio que era Policial Militar e que o estimulava a ingressar na corporação. De início, essa ideia não lhe era agradável, tinha receio de trabalhar no combate ao crime, colocando sua vida em risco. Quando concluiu o segundo grau na época, começou a trabalhar em uma empresa de contabilidade, pois tinha um curso técnico na área. Sentia-se bem até que, no início dos anos 2000, perdeu o emprego.

Foi neste momento que a PM surge como lugar profissional. Fez concurso e fora aprovado para o curso de soldado. Não tem grandes queixas do curso de formação, lembra que, diferente do atual, era curto, muito focado na disciplina e na hierarquia militar, portanto, a seu ver, já era obsoleto. Quando se formou soldado pronto, tinha muito medo de se confrontar com ocorrências mais graves nas quais pudesse ferir ou ser ferido. Trabalhou em uma cidade a 150 km da capital e lá atuava com mais 9 policiais, sendo o único novato. Relata que o serviço era bem tranquilo, que nunca teve confronto armado e que gostava de fazer o patrulhamento, mas, como queria algo melhor, se mantinha estudando.

Nesta cidade, acabou desenvolvendo suas atividades no fórum local e, com isso, estabeleceu contato com juízes e promotores. Acabava por desenvolver várias tarefas que iam de auxiliar administrativo em algumas questões burocráticas até prestar segurança ao local. Sete anos depois, conseguiu retornar a Fortaleza para trabalhar na mesma função, em uma unidade da justiça estadual na capital.

Para SGT47, esta condição lhe causava desconforto até pouco tempo, visto que, às vezes, não se via como policial e isso era apontado por outras pessoas próximas algumas vezes. Diz que pensava muito se, em uma situação crítica, saberia manusear bem sua arma, pois a

última vez que atirou foi ainda durante o curso de formação. Este desconforto de não usar a ferramenta de trabalho do policial o levou a cogitar deixar a PM, mas hoje isso passou.

SGT47 diz que costuma fazer cursos on-line que são oferecidos em uma plataforma que funciona como base para as forças de segurança pública. É dessa forma que vai se atualizando. Sobre os conteúdos, diz que são os mais variados, mas que, em sua atuação profissional, são válidos, visto que trata diretamente com o atendimento de pessoas.

Em relação ao seu cotidiano policial, SGT47 para, reflete alguns instantes e afirma que sempre foi mais tranquilo do que o da maioria dos policiais militares, que no trabalho as pessoas o veem como uma autoridade sem que esteja diretamente exposto ao risco da rua. Três anos atrás, chegou a iniciar, mas trancou o curso de direito, as finanças estavam comprometidas e não estava aproveitando o curso como devia. Seu companheiro lhe cobra muito por isso, o que faz com que pense em voltar em breve, pois convive com profissionais do direito o dia todo, além de ter uma grande vontade de se graduar. Sobre a carreira, acha que a gestão do estado foi insuficiente no tocante às forças de segurança, mas que isso foi de alguma forma minimizado nos últimos anos, mesmo com as greves. Sobre este processo, acredita que a PM terá que aprender a lidar com o movimento de insatisfação da tropa. Gente nova, com outra cabeça, está entrando. Ao ser indagado se pensa diferente destes, SGT47 diz que diverge em alguns pontos, por exemplo, em relação ao uso político da greve. Acha válida a reivindicação, até mesmo a paralização, mas não da forma como foi a última. Para ele, poderia haver mais clareza nas promoções, estímulos mais claros para formação superior e melhor remuneração.

Ainda tratando da sua profissionalização, SGT47 faz muitas relações com a sua formação superior em direito, mas acredita que, em diversas situações na rua, o PM teria dificuldade de lidar com o conhecimento do direito e seu trabalho. A isso, ele atribui o fato de o PM ter que trabalhar resolvendo situações delituosas para as quais a população exige pronta ação, e que para isso o PM usa a força. O conflito vem aí, quando a força, os métodos e a situação ferem o direito daquele que cometeu o crime. Indagado se no seu trabalho isso acontece, SGT47 tem dificuldade de responder, volta a dizer que difere da rua, que o contexto é outro, mas que, mesmo assim, por trabalhar com pessoas, na tentativa de solucionar algo pedido, tem que estar atento para não passar por cima da lei.

Indagado como se vê como profissional, SGT47 trata somente dos seus superiores e dos usuários do trabalho. Aos superiores, ele remete os *feedbacks* recebidos e a cordialidade como é tratado, sendo confirmado como um trabalhador correto e bom no que faz, sem que haja algo que lhe desabone. Diz que sempre elogiam seu compromisso e sua postura no trabalho, sua dedicação ao que faz. Quanto aos usuários, afirma que busca atender sempre bem, ser ágil

e educado e, por isso, acredita ser visto como um bom profissional. No que concerne aos pares, a fala de SGT47 é ambivalente. Diz que por muito tempo foi visto como um policial menor, sem coragem, por colegas de farda que trabalhavam ostensivamente ou em batalhões operacionais, mas que o atual grupo com o qual trabalha lhe dá o real valor. SGT47 pretende se aposentar na PM, acha que é o caminho mais visível, caso consiga concluir o curso de Direito, pensa em advogar, mas isso para ele são planos.

Sou um cara para a minha família, a PM é meu trabalho – SGT48

Nascido no interior, SGT48, relata que sua profissionalização tem origem em uma escola técnica na região centro sul do estado do Ceará. Sua família era humilde e ele passava a semana toda estudando na sede da cidade para que aos fins de semana e férias pudesse voltar para casa. Seus pais, ambos agricultores, se empenhavam muito para que todos os seis filhos estudassem. Até os 13 anos estudava e ajudava o pai na agricultura com os irmãos, e após iniciar a escola técnica, passou a fazer apenas nos fins de semana e férias. Para ele, isso lhe fez ter responsabilidades mais fortes com o trabalho e com os estudos. SGT48 afirma que muito cedo descobriu que não queria ser agricultor como seu pai, se esforçava muito, pois um dos irmãos tinha passado na prova para a escola de especialistas da aeronáutica e ele achava bonita a vida de farda. Recorda de ficar encantado com as histórias que o irmão contava quando retornava de férias para casa, da forma como ele ajudava os pais e ainda tinha um bom dinheiro para si. Destaca também a forma respeitosa como o irmão era tratado pelos vizinhos e amigos e desejava isso para si. Relata que no final do curso de técnico agrícola, foi residir com uma das irmãs em uma cidade na área metropolitana de Fortaleza e trabalhar em uma granja. O trabalho era duro, mas gostava de ter um dinheiro sem depender dos pais. Foi por influência direta da irmã com quem morava que resolvera estudar para concursos.

SGT48 afirma que depois de três anos trabalhando, via pouca melhora na sua vida e resolveu se dedicar a estudar. Destaca que chegou a fazer seis concursos, três fora do estado do Ceará, mas como a remuneração acabava não compensando a mudança, acabava desistindo de assumir. Fora aprovado para agente de trânsito, guarda municipal e na polícia militar do estado da Paraíba, mas acabou eliminado no teste físico, o qual chegou a refazer, sendo reprovado novamente. Se justifica dizendo que estava sedentário e com sobrepeso e que depois disso passou a se preparar mais fisicamente. Enquanto estudava se mantinha trabalhando, mas se queixa do salário que tinha, que queria uma mudança de vida e que precisava ter seu lugar.

Quando fez o concurso da PMCe, diz que buscava uma mudança de vida, queria a estabilidade e a carreira para planejar sua vida. Profissionalmente afirma que a mudança foi muito grande, pois tornar-se militar colocara nele outras responsabilidades. “Apesar do meu irmão falar da rotina dele, a polícia tem grandes diferenças”. A formação que teve foi anterior ao programa RONDA do Quarteirão e reconhece que o novo modelo é bem mais complexo nos conteúdos que as formações anteriores. Recorda que havia uma pressão para que os alunos fossem logo para o serviço, pois havia uma grande demanda pelo aumento de policiais na polícia. Recorda que a formação era voltada quase totalmente para a rotina militar e que pouco se discutia questões mais amplas nesse modelo. Veras (2008) aponta que a discussão mais ampla do processo formativo na polícia militar tem início com a construção das Bases Curriculares para Formação dos Profissionais da área de Segurança do Cidadão, junto ao ministério da justiça nos anos 2000. Esta nova proposta acrescenta no currículo formativo de oficiais e praças, demandas oriundas do que prega a Constituição Federal de 1988. Uma compreensão de que a segurança pública deve permitir o gozo dos direitos dentro da convivência social, compartilhando esta responsabilidade com o poder público e o cidadão.

Tal demanda implicou em ações que propuseram uma reformulação da identidade do policial militar, uma imagem que deveria ser pautada no diálogo, na interação com a comunidade e no respeito aos direitos, protegendo o cidadão. Miranda (2008) alerta para o fato de que este processo de transformação não se faz simplesmente pela introdução de disciplinas que exponham a violação de direitos e desigualdades, levando muitas vezes o policial se identificar como personagem vilão do processo, deixando de problematizar fenômenos e contextos com os quais esse trabalhador pode se deparar. A cultura reativa de permanente suspeição e tensão entre o policial e seu campo de trabalho, dificultam a mudança, desacreditando discursos que escapem ao tradicionalismo. Segundo SGT48, os colegas ainda hoje tratam os componentes curriculares introduzidos como supérfluos, que podiam ceder lugar a conteúdos mais práticos. Indagado sobre sua análise disso, aborda a questão de um panorama mais amplo. Diz que o policial deve ser um analista da ocorrência, deve ser um profissional capaz de não se influenciar pelo impulso e que isso não se ensina, mas sim vai se aprendendo com o dia a dia de trabalho.

Ao assumir o posto de soldado após o curso, foi trabalhar em Fortaleza, no policiamento ostensivo, trabalhava no centro da cidade e na orla e posteriormente em uma viatura, realizando patrulhamento, deslocando-se todos os dias para a residência da irmã.

É dentro da viatura e no convívio com os colegas que SGT48 afirma ter se formado como profissional realmente, algo que Caruso (2004) também identifica em seu estudo. O dia

a dia para ele, vai mostrando macetes de como o policial deve trabalhar, como deve fazer bem seu trabalho. Relata que sempre trabalhou em equipes bem tranquilas, que nunca teve problema com abusos e irregularidades, quaisquer que sejam. Nesta mesma época, casou-se e, por influência da esposa, voltou a fazer concursos, todos na área de segurança pública, visto que já tinha o macete de trabalhar. Chegou a ser aprovado na polícia civil do estado do Piauí, mas nunca fora chamado. Pouco tempo depois o primeiro dos filhos nasceu e seus planos mudaram completamente. Não estava mais disposto a reiniciar uma carreira, preferia ficar na PMCe e quem sabe tentar concurso para oficial, certame que chegou a acontecer, mas que ele acabou não participando.

Ser profissional para SGT48 é cumprir bem com suas obrigações, é fazer bem seu trabalho, sem que haja problema com os colegas e nem com o cidadão. Com relação ao cidadão, ele afirma que o policial profissional deve trabalhar buscando proteger a população do crime, “é isso que representa ser PM”. A ostensividade é trazida por SGT48 como aquilo que coloca o policial militar em uma condição diferente, “ele é chamado o tempo todo a se fazer presente e a combater o crime, mesmo que isso lhe custe a vida. É bonito, mas é duro demais. Nesse momento, SGT48 abre um parêntese. Fala de uma imagem negativa que o PM acaba carregando. Atribui essa imagem ao que chama de péssimo profissional. Diz que esse é “câncer” na PM como em qualquer lugar e que cabe a cada um ser juiz dos seus atos e aos superiores identificarem e punir aqueles que atuam de maneira errada. Sobre o que seria a maneira errada, ele diz que seria tudo que vá contra a lei e o código de conduta da polícia militar. Afirma ainda que o limite entre fazer seu trabalho profissionalmente e se perder é muito frágil. Ele mesmo evita qualquer tipo de situação em que possa dar margem a problema. Por exemplo, relata que, tempos atrás afirma ter sido convidado por um colega para fazer uns “bicos” em uma empresa de segurança de festas em cidades da zona metropolitana, seria um trabalho fácil, um a mais na renda, mas declinou por ver muito problema com isso, apesar de ser comum.

SGT48 diz zelar muito por uma imagem boa de si, diz que a imagem comum do policial militar não combina com ele. Gosta do que faz, faz o que pode, e tenta o tempo todo não se perder nesses lugares. Mesmo com queixas acerca da remuneração, tenta se manter com ela, busca se ajustar ao que pode ter. Segundo ele, muitos profissionais se perdem aí, “querem mais, e acabam se perdendo”. Delitos e outras condutas questionáveis são tratadas o tempo todo por SGT48, como um campo unicamente individual, ao mesmo tempo que aquilo que é feito bem e exaltado como sendo de um campo coletivo. SGT48 revela que para ele, o policial militar é um trabalhador como outro qualquer, mas seu trabalho é que é diferente. Diverso de outros, o trabalho diário do PM é em grande parte, a constante tensão do conflito, do inesperado.

Afirma que qualquer teoria que busque programar o trabalho dele, irá falhar, pois as pessoas agem de forma variada demais. Mesmo assim, SGT48 entende que a PM de hoje é muito mais bem preparada que a tempos atrás, mesmo que ainda distante de uma PM idealizada, que hoje o policial entra com outra mentalidade. Por fim, SGT8 diz que sempre fala para seus comandados, “não somos máquinas, nós erramos, mas como pessoas e profissionais, nós devemos errar menos”. Espera que seu percurso termine com uma aposentadoria tranquila, que continue podendo viajar com a família e que os filhos consigam superar ele, se algum deles for seguir a carreira policial, ele terá sido muito sincero sobre o que ele pode encontrar.

Oportunidades e carreira – CB31

Descrevendo seu percurso profissional, CB31 retoma sua história até o final do ensino médio, com 17 anos, quando queria seguir carreira militar. Natural de outro estado, onde vivia com os pais e irmãos, havia se alistado no serviço obrigatório como forma de buscar um trabalho e seguir uma vida que admirava, a de militar.

Escolheu o exército porque em seu estado não havia unidade da Marinha nem da Aeronáutica. Foi no Exército brasileiro que formou parte da sua imagem profissional que carrega. Entrara como recruta, fora engajado e cumpriu o período de serviço até ser indicado para o curso de sargento temporário do Exército Brasileiro. Durante o curso, decidiu que seria esta sua carreira, queria permanecer militar. Gostava da rotina da caserna, conseguia levar uma vida sem apertos com o salário, mas, com o fim do período temporário, ficaria à mercê de ter o vínculo renovado ou não. Buscou o concurso da Escola de Sargento de Armas (ESA) como um caminho para a permanência, desta vez, em caráter estável. A rotina militar e os valores existentes na instituição fortaleceram a relação com a imagem do militar durante os anos de serviço. A aprovação não ocorreu, mas amigos próximos o estimularam a fazer o concurso da PMCe. Fala de uma obstinação, de foco em estudar para ser aprovado dessa vez e veio com um grupo prestar o concurso no Ceará. Fora aprovado entre os primeiros candidatos e se mudou para Fortaleza, onde fez o curso de formação de soldado. Durante o curso de formação, a vivência militar foi algo que ajudou bastante, visto que não era novidade o que apresentavam lá. Muitos o tomavam como referência, visto que ele já tinha vivenciado algo semelhante antes.

CB31 salienta que o curso de formação de soldados, para ele, foi muito interessante, destacando temas como direitos humanos, psicologia, cidadania, direito penal, civil etc., o que serviria para ter uma visão ampla do que podia ser usado no trabalho. Uma crítica que ele faz é ao treinamento com arma de fogo. Para ele, este deveria ser um treinamento constante para que

o policial pudesse usar da melhor forma seu instrumento de trabalho, evitando, assim, o uso indiscriminado ou o mau uso. Afirma que esse custo acaba sendo colocado no policial, que deve buscar clubes de tiro para treinamento quando deveria ser uma via de mão dupla, visto que não é algo pessoal, mas sim do trabalho.

O início do seu percurso na PM foi em uma cidade do interior do estado, atuando no Policiamento Ostensivo Geral (POG), no qual permanecera até se candidatar a uma vaga dentro de um programa que preparava policiais para um novo modelo de atuação no estado. Submetera ao processo seletivo e fora aprovado, tendo que retornar a Fortaleza, sendo novamente mobilizado para um dos polos interioranos que implantariam o novo batalhão. O contato com a população, para ele, foi algo importante. Sentir a demanda do cidadão e ver que se sente seguro com a polícia faziam o trabalho ser reconhecido como bom, faziam se reconhecer como um bom policial.

CB31 destaca, em sua fala, que sua colocação no concurso e a boa conduta no trabalho foram decisivos para que a oportunidade de mudança ocorresse. Muitas portas foram abertas por conta disso na mesma medida que as cobranças. Este curso tático selecionava policiais com aptidão física e técnica para emprego ostensivo no patrulhamento em motos, um formato diferente de abordagem e uma representação diferente para a sociedade. CB31 afirma que se sente mais destacado nesse grupamento, que as pessoas respeitam mais a presença e que considera esta mudança como um processo de qualificação dentro da sua profissão. Isso o colocaria em uma condição diferenciada, um policial diferente do comum. O ingresso na turma pioneira de expansão do modelo novo para as cidades do interior do estado deu a ele também uma outra visibilidade, sendo elemento representativo para sua identidade hoje, apesar de dizer que se sente diferente do padrão de policial desse grupamento, tendo uma postura menos extremista que grande parte dos colegas.

CB31 considera, ainda, que, em seu processo de profissionalização, as experiências laborais prévias ao período militar também foram pilares para sua profissionalização. Atuara como servente de pedreiro, ajudante de pintor e serigrafista antes do ingresso nas forças armadas. Eram atividades de caráter menos formal, com o aprendizado de tarefas e técnicas que, apesar de não usadas hoje, modelaram a conduta. Antunes (2020) delineia aspectos presentes no perfil do trabalhador atualmente, destacando o caráter polivalente, flexível e disponível como uma estratégia pela qual o mercado coopta sujeitos mais dóceis para o ingresso no trabalho. Frequentemente, esta característica intensifica-se em jovens à espera da primeira oportunidade, que ampliam o arcabouço técnico e prático para aproveitar a primeira chance e, assim, tentar conduzir seu trajeto no mundo do trabalho. A polivalência, nesses moldes,

intensificaria o processo de precarização do trabalho, expresso nas longas jornadas, na submissão, dado o receio de ser demitido ou não se adequar ao trabalho ou no próprio receio de não conseguir um trabalho.

CB31 fala de sua construção profissional ainda atravessada pelo curso superior que fez. Atualmente, é graduado em Psicologia. Afirma que esta graduação permitiu compreender cenários do seu trabalho e de si como trabalhador de maneira diferente, caso não tivesse feito a faculdade. O curso de psicologia entrou no percurso de CB31 como uma segunda opção, queria ter cursado odontologia, mas o custo seria além do possível para ele. Nesse sentido, seu desempenho acadêmico foi novamente impulsionador do processo, dado o seu resultado no vestibular, conseguiu o financiamento do curso, o que ajudou bastante. Além disso, outra forma de custear a formação foi conseguida. A instituição de ensino ofereceu-lhe um desconto para que ele e outros policiais mantivessem um suporte no contraturno, no momento de entrada e saída dos alunos. Retomo o debate acerca do bico, que aqui assume uma outra roupagem. O que parece um casamento de interesses configura-se, na verdade, como uma apropriação da dimensão pública pela dimensão privada. A segurança tomada como moeda de troca, em uma situação na qual o trabalhador é mais uma vez a parte vulnerável da relação. Tudo isso envolto em uma aura de facilitação, de um favor em nome da formação fornecida, algo do que Silva (2010) nomeia de “bico velado”. A adoção de atividades paralelas por policiais é mobilizada, em grande parte dos casos, pela remuneração insuficiente, principalmente quando tratamos de praças e suboficiais, que podem ou não ser agenciados por superiores. O dado comum a esta prática é que ela desencadeia um respeito, uma certa admiração ou valorização por aqueles que se valem do serviço. O policial nestas condições acaba sendo visto como alguém que faz um trabalho correto, útil, necessário.

CB31 acredita que isso lhe foi útil, mas que outros tipos de trabalho paralelo ele não faria. Transporte de valores e segurança de lotérica são exemplos que ele elenca e diz ter vários colegas que fazem para “ganhar um extra”. Apesar de dar esse caráter positivado à prática, CB31 diz que a “prática de se virar” na PM lhe incomoda. Se vê como um vocacionado para a vida militar, para as forças armadas, mas não para a polícia militar. O desconforto vem do fato de que muito é tolerado, muito é ajustado em nome do que o policial está fazendo e acaba gerando uma tolerância danosa. A nosso ver, os ajustes explicitam as diversas formas do trabalhador lidar com o campo da prescrição do seu trabalho, as vias informais e a rede de suporte entre os pares, permitem que estes lidem com os diversos impeditivos presentes em sua atividade. Não estamos, aqui, dizendo que isto deve ser banalizado ou aceito de forma

incondicional. O intento é analisar criticamente como esses ajustes surgem e como permanecem incorporados a sua prática de trabalho.

A comparação dos perfis entre as turmas anteriores, a sua turma e as seguintes, faz com que CB31 veja mudanças na imagem interna da PMCe, um policial mais instruído previamente, um grupo mais contestador dos direitos e deveres, mas ainda bastante reacionário e radical com temas que, para ele, precisam ser mais bem debatidos, não só dentro da PMCe, mas da sociedade. O campo das drogas e o da violência doméstica são exemplos que ele destaca por sua formação, mas que deve haver muitos no campo do direito. Indagado se o policial militar hoje é mais profissional, ele diz que sim, mas que poderia ser muito melhor. Afirma que os treinamentos são para um contingente reduzido, que excetuando os nivelamentos para promoção, as formações foram EaD e aí depende de cada um. CB31 atribui um grande valor aos treinamentos no processo de profissionalização. Diz que é por eles que o policial desenvolve mais habilidades, que melhora suas competências. Nesse instante, faz uma pausa e diz que o treinamento funciona como uma chave que permite outras formas de entendimentos, os quais permitem ações mais acertadas. Questionado se os treinamentos realizados contemplam demandas do cotidiano do trabalho, diz que sim, mas que não são um manual com respostas prontas, que o policial deve desenvolver aquilo que ele entende ser mais deficitário.

Os estudos de Miranda (2008) sugerem que a formação de policiais militares deve avançar no sentido de valorizar os direitos dos cidadãos, deixando de servir ao Estado prioritariamente, passando a uma prestação de um serviço de qualidade, no qual o cidadão deixa de ser um suspeito *a priori* e passa a ser reconhecido como membro ativo de uma coletividade, como sujeito de direitos. E isso envolve também o policial. Desta forma, romper com o modelo instrutivo para um modelo formativo se voltaria para um projeto mais alinhado de polícia. Para CB31, isso perpassa por ouvir e valorizar o policial, reconhecer suas potencialidades para além do posto na hierarquia institucional.

Ao mesmo tempo que se coloca desta forma, CB31 acredita que se situa como profissional por carregar valores que aprendeu desde a formação e que estes devem ser seguidos sem deturpação, algo que na PM ocorre, mas que no exército ele não via. Aventamos que esta colocação de CB31 pode estar relacionada com o que Sá (2002) e Araújo Filho (2004) analisam como uma formação que prioriza a transmissão de comportamentos dos mais velhos para com os mais novos dentro da corporação. Apesar de observarmos mudanças curriculares, ainda encontramos de forma recorrente a adoção do modelo de “imitação do experiente” como parâmetro para adequação ao contexto do trabalho. Salientamos que esta não é uma característica peculiar da polícia militar, mas um modelo que se expressa em diversos níveis

dentro do mundo do trabalho. O trabalhador deve seguir um modelo homogeneizante que apresenta experiências exitosas, que deveriam ser tomadas de maneira contextual e em suas peculiaridades, mas que, na verdade, se disseminam de forma homogeneizante. Além disso, Caruso (2004) aponta para a valorização de um modelo de policial, aquele dentro de uma perspectiva operacional, um arquétipo com aptidão para o combate, incansável, sempre pronto para o embate com o crime. O oposto disso é colocado em um segundo plano, rechaçado como imagem.

A experiência de rua coloca o trabalhador policial no embate entre a didática treinada e repetida, a instrução e a execução padrão com a complexidade dos eventos do cotidiano. O confronto entre o real e os diversos modelos prescritivos assevera a distância entre o controle do trabalho e do trabalhador e da pretensa eficiência do homem máquina, do operador que não erra, o que na prática exprime o contrário.

A realidade se impõe – SGT44

SGT44 descreve sua trajetória laboral tendo início antes de seu ingresso na PMCe, mais precisamente nas atividades que desempenhava antes de prestar concurso para o quadro de soldados da polícia estadual. Trabalhava em um supermercado da cidade de Fortaleza, desenvolvendo atividades que iam de caixa na frente de loja, repositor até a descarga de caminhão com a chegada de mercadoria. Neste período, era acadêmico do curso de história e conseguira um estágio em um equipamento da secretaria de cultura durante uma exposição itinerante que passava pela cidade. O trabalho seria de monitoria da exposição, e trabalhava com profissionais de outras formações prestando auxílio aos visitantes. Foi nesse período que SGT44 resolvera prestar concurso para a Polícia Militar.

Apesar de o pai ter sido policial, SGT44 diz que sua maior motivação para o ingresso na PMCe era a estabilidade. Diz que o cenário era de muito desemprego e que ser aprovado garantiria uma renda e o planejamento do futuro. Ressalta que o concurso da Polícia Militar do Ceará sempre teve uma constância de realização, diferente da sua área de formação superior. Afirma que, assim como ele, grande parte dos colegas buscou o ingresso na corporação por questões financeiras. Aponta que predominantemente eram pessoas de origem pobre, que não havia, pelo menos no seu círculo de contato, uma fetichização ou fascínio de estar no lugar de policial/militar. Em sua visão, estabilidade e progressão de carreira sempre foram os atrativos. O ingresso via concurso público se apresenta, particularmente para o jovem que busca inserção no mercado de trabalho, como uma ferramenta de rápida colocação, sem

que haja, no geral, a demanda de experiências prévias para que o trabalhador seja aplicado nas tarefas, como apontam Albrecht e Krawulski (2011). É no processo de socialização vivenciado após assumir o cargo que a grande maioria desses trabalhadores sedimenta sua identidade com o trabalho, aderindo a uma imagem compartilhada com os pares, com a instituição da qual são produtores e reprodutores da imagem perante a sociedade.

Em seu relato, SGT44 relata um cenário do mundo do trabalho de grandes incertezas à época, que em sua condição de jovem periférico, pobre, talvez a polícia nem fosse um caminho desejado pela imagem que tinha dela, mesmo com o pai sendo policial. Entretanto, analisa que, naquele momento, fora a escolha que pareceu mais acertada.

Após seu ingresso, o curso de formação demarcou um processo de readaptação, no qual a rotina militar e as práticas policiais se impuseram como nova realidade. “Nunca é fácil quando você vem de uma vida civil e entra na militar. Reordena toda a conduta da pessoa, muda a visão de mundo. Isso ocorre desde a formação e vai mudando ainda mais com a rotina do trabalho.” SGT44 diz que parte dele resistiu a essas mudanças, uma resistência pessoal relacionada ao seu processo acadêmico pregresso, mas que mudou em muitas coisas. Goffman (2003) chama atenção, nesse sentido, para os processos de ajustamento secundários, tentativas subjetivas de conservação do Eu pregresso aos processos de ataques diretos e indiretos durante a adequação à vida institucional. SGT44 exemplifica isso com o uso da arma de fogo.

Segundo ele, muitos policiais desejam a arma, um certo fetiche do objeto, um misto de forma de se defender/proteger fora do trabalho com afirmação de poder, algo que lhe difere do restante da população. Para além do objeto/ferramenta de trabalho, ela sinaliza uma diferença, um demarcador simbólico entre os que portam e usam e os que não podem. SGT44 alega concordar que o policial tenha o direito de ter sua arma própria, mas faz a escolha por não ter. Indagado se isso o diferencia dos seus pares, diz que profissionalmente não. Para ele, “ela só se vincula à minha imagem profissional quando estou exercendo as minhas funções”, o que representa um contraste com outras falas identificadas em nosso trabalho, que não conseguem afastar o policial de suas atribuições, mesmo fora de serviço. Ainda sobre a arma, SGT44 afirma que outros profissionais também portam e que seu uso não poderia ser elemento distintivo da polícia militar em seu trabalho.

O curso de formação de SGT44 teve duração de 7 meses, sendo o último mês um estágio prático no qual os soldados eram lotados no patrulhamento de rua, trabalhando em dupla, atuando também em eventos de maiores proporções, como festas na cidade. Após esse processo, fora nomeado soldado. A partir deste momento, estava apto a concorrer a todas as escalas operacionais do trabalho.

Na avaliação de SGT44, o curso apresenta uma noção básica do que é o universo do trabalho da PM, o foco maior parece ser o controle da tropa e não uma preparação para a relação de serviço com a sociedade. O que cria um campo de risco para esse trabalhador, visto que, da forma como se delinea o processo formativo, é muito mais um treinamento curto para o emprego imediato da força do que uma preparação para lidar com a complexidade da rua. Miranda (2008) e França (2019) observam o processo formativo de modo a reconhecer dois movimentos. Um vinculado ao quadro de oficiais e o segundo correspondendo ao quadro de praças. Neste caso, nos ocupamos do segundo modelo, que se caracteriza por apresentar um tempo mais curto de preparação, uma superficialidade nos conteúdos transmitidos na formação. Isso inclui disciplinas militares também, voltando-se para um processo de aplicação rápida do efetivo no serviço, o que, a nosso ver, reverbera a imagem simbólica do trabalhador do chão de fábrica no modelo industrial, um operário de baixo custo, genérico e de fácil aplicação e substituição do efetivo.

No Brasil, isso parece se fortalecer no que Miranda (2008) sinaliza como a valorização do campo prático como espaço de excelência na formação do profissional. Esta compreensão do processo de profissionalização do trabalhador acaba resultando no que a autora chama de produção do policial já formado. A desvalorização do processo formativo em detrimento da experiência prática do trabalho expõe lacunas entre processo e experiência, campos distintos, mas intercambiáveis, assim como a compreensão de formação e treinamento. Submeter o trabalhador a novos processos de ensino resvala sempre no confronto entre o campo teórico e a experiência empírica, uma prescritividade que jamais será encontrada *ipsis litteris* no campo real de trabalho em embate com a hipervalorização do dado empírico na experiência daquele que tem mais tempo na realização do trabalho.

Para SGT44, isso não ocorre apenas com a polícia, mas com as formações de um modo geral. O processo de preparação para o trabalho, segundo ele, ainda não permite a compreensão da complexidade que é o mundo no qual o trabalhador estará. Resumindo, muitas vezes o que é de grande complexidade a elementos simples, distanciando os estudos do empirismo, o que não deveria ocorrer.

SGT44 remonta sua profissionalização novamente para a constituição do *modus operandi* do policial militar como característica do seu trabalho. A ostensividade, nesse sentido, se apresenta como o lugar de ser do policial militar, seu lugar de expressão profissional único. Todos os outros campos fora dele se misturam com outros profissionais da segurança pública. Apesar disso, o declarante afirma que é frequente que o policial militar adentre atividades que não lhe cabem com o intuito de solucionar a demanda que lhe chega, “a gente cai nessa de

querer resolver, de querer dar conta”, o que, em seu relato, frustra o policial em sua tentativa de se ver efetivo em seu trabalho. Esta dimensão conflitante abre espaço para um campo informal que ganha ares de formalidade, como no caso do abuso da violência numa abordagem. Prática difundida para se obter informações e que acaba por se tornar um repertório de atividades paralelo dentro do processo de profissionalização: “Se o policial não compreende a complexidade do que envolve a abordagem de um indivíduo e o uso de força para obter dele informações, isso acaba se normalizando, naturalizando”. Segundo ele, se aprofundarmos esta análise, esse tipo de atitude que não é profissional, pois fere a lei, acaba sendo convertida em regra.

A compreensão de SGT44 do trabalho não profissional vincula-se diretamente ao procedimento ser executado de forma totalmente diversa do que se prescreve na tarefa. A tortura, a corrupção e o abuso de poder são exemplos trazidos por ele ao se referir a ações não profissionais, algumas frequentemente presentes no cotidiano policial. A relação profissional-bom policial e não profissional-mau profissional se estabelece de forma clara no relato do informante. Entretanto, o critério de bom e mau apresenta uma imprecisão, ora dentro de uma perspectiva burocrático-legalista, ora de uma perspectiva pragmática, solucionando a demanda levada ao agente. Na segunda perspectiva, a avaliação se apoia em pelo menos dois eixos, o primeiro remetendo ao que coletivamente se tolera dentro do corpo profissional, normalizando condutas. O segundo eixo remete ao que, na avaliação do agente, pode estar a seu alcance no momento, extravasando muitas vezes sua responsabilidade prescrita. SGT44 afirma que isso é algo que não se aprende na formação, na academia ou nas possíveis atualizações para promoção. Em sua análise, isso se deve a uma cultura que atravessa o mundo policial, com expressão em todos os agentes da segurança pública de alguma forma. No que concerne a particularidades do seu trabalho como policial militar, SGT44 destaca que trabalho na rua faz com que o policial faça uma leitura dos sujeitos que o circundam, que isso faz com que ele esteja sempre alerta, observando o contexto para não se colocar em perigo.

[...] é uma realidade que se impõe, e ela se impõe mesmo. A gente tenta dançar conforme a música. Por mais que essa cultura que chamo, seja útil, ele também tem armadilhas, cada um tenta se sair e lidar com elas, tem quem adoeça também.

Ainda tratando do que chama de cultura policial, SGT44 aponta que ela funciona como uma regra paralela, e que parcelas da população a reafirmam. Indagado se haveria alguma possibilidade de mudança desta dita cultura, SGT44 diz que a chance é bem remota, visto que há ganhos para a população, ou segmentos dela, e há ganhos para o policial que a pratica.

Entretanto, reconhece, dentro da mesma fala, o prejuízo disso para o coletivo/sociedade e para a instituição polícia militar, reiterando que é por isso que muitas vezes o policial é “malvisto”, mesmo que não compactue com tais atos.

Apesar do descrédito com uma mudança de caráter macro, SGT44 observa que ele mesmo mudou, afirma que o jovem que entrou nas fileiras da polícia nos anos 2000 se transformou. Nesse percurso, conheceu muita gente na polícia, gente que trazia novas ideias, teve contato com pessoas da universidade que estudavam outras perspectivas da segurança pública, se frustrou por retaliações que recebeu, em especial a transferência que teve decorrente do apoio ao movimento grevista em 2011/2012. Hoje, se coloca como um policial mais crítico, mas que ainda valoriza a instituição e quer o trabalho bem-feito, entendendo que se colocou em um risco consciente. Confrontado se esta mudança não seria um processo de transformação dentro da polícia, na forma de pensar o profissional, SGT44 afirma que “existe um excesso de corporativismo e uma ausência de consciência de classe”. E, nesse sentido, o que ele vê a médio-longo prazo ainda é uma grande tensão entre o conservadorismo do policial que se vira e o pensamento crítico acusado de subversão dentro da força. Mesmo que hoje ocorram esforços para apresentar modelos de policiamento diferentes do modelo amparado na reatividade, favorecedor de muitos excessos no trabalho do policial militar, SGT44 afirma que há pouco espaço para mudanças na preparação do policial, na reciclagem e que mesmo as iniciativas como os programas de policiamento comunitário acabam cedendo lugar para o modelo reativo de policiamento, aumentando uma relação de medo.

Por fim, não cogita sair da polícia militar, mesmo já tendo concluído sua graduação em história. Aguarda a aposentadoria, que, segundo ele, ainda é uma vantagem para policiais militares.

5.1 Gênero, estilo e outras relações ainda possíveis

Explorando as trajetórias laborais em nossa investigação, podemos constatar que a compreensão de profissionalização é atravessada por inúmeras relações, deslocando o entendimento linear de que uma formação educacional seria o elemento delineador desse processo e garantidor do credenciamento e pertencimento desses trabalhadores ao seu coletivo. Em alinhamento com o que propõe Dubar (2005), a construção profissional expressa pelos participantes é perpassada por um profundo processo de socialização, que sinaliza para um início pregresso inclusive à formação educacional específica da atividade policial. Portanto, profissionalização remete a toda uma herança experiencial e formativa com a qual o sujeito se

depara em seu cotidiano. Entretanto, se o recorte for a compreensão de sua profissionalização como policial militar, recortes como o curso de formação e emprego pleno de suas atividades de rua assumem lugar de destaque como epifanias laborais. O conjunto de experiências laborais anteriores à polícia é até evocado como alicerce para um sentimento de pertença, em alinhamento com valores e a condutas dentro da profissão, amparadas em estereotípias do que seria trabalhar como policial.

Alguns dos nossos participantes apontam que a profissionalização como policial se relaciona com o credenciamento militar anterior, ressaltando a facilidade na conversão da vida civil em militar, dada a passagem anterior por uma das forças armadas. Concomitante a isso, nos deparamos com a tentativa de demarcar diferenças entre a experiência e os processos de socialização passados com a entrada na polícia militar, apontando para o ingresso em um novo coletivo que, apesar de semelhanças, guarda grandes diferenças.

Na PM, você tem aquela coisa militar, né, só que é bem diferente do que a gente tinha no exército, de um lado facilita, porque não é grande novidade, até ajuda com algumas coisas, mas a condução é diferente. Talvez pelo próprio trabalho, né. (SGT45)

Acho que só de início, na época do curso de formação, é que via semelhanças entre o exército e a polícia. Depois a gente vê que é bem diferente. O policial tem essa de se virar, no exército não... você faz o que tem que ser feito e faz de forma padrão. (CB31)

Ainda dentro do campo das diferenças, a fala dos informantes atravessa a dimensão da vocação x necessidade do trabalho. Em um contexto social e econômico onde os mais pobres vivenciam de perto a falta de oportunidades de trabalho estável, a frequência de concursos para ingresso na Polícia Militar do estado do Ceará se torna uma janela de oportunidades. Se, por um lado, os trabalhadores enxergam condições iniciais atrativas, carreira estruturada e estabilidade, as falas apontam para críticas com relação a condições estruturais do trabalho.

Fica difícil a gente trabalhar como bons profissionais se o salário é distante do que seria justo, se não somos reconhecidos. (SGT44)

Depois que a gente entra, em pouco tempo a ficha cai. Lembro das antigas escalas que eram desgastantes demais, adoecedoras. E tinha vários colegas que faziam bico ainda. Algumas dessas coisas mudaram, tiveram melhorias, mas bem distante do que precisa. (SUB52)

Linhart (2014) aborda uma outra expressão da precariedade do trabalho moderno. Diferente do que ocorre nas questões objetivas, estruturais do trabalho, a autora destaca as implicações no que conceitua como precariedade subjetiva. Presente em trabalhadores que conservam a estabilidade de vínculos e outras garantias, mas que experienciam processos de

intensificação do trabalho com o produtivismo, a perda de identidade com suas atividades e desamparo frente a colegas superiores. Tais efeitos aparecem de forma mais branda nas falas, excetuando o relato de SGT47. A expressão do sofrimento é trazida como um percurso solitário, em que o não reconhecimento de si dentro do coletivo por vezes lhe fez pensar em abandonar a carreira. Sua fala remonta à ideia de um profissional diferente, deslocado do que demarcaria a imagem do policial propagada entre os pares.

O fato de não estar no trabalho ostensivo, de não se postar, de analisar de forma diferente fenômenos do coletivo, levavam ao deslocamento de SGT47 e, com isso, o sentimento de pertença se deteriorava e potencializava o sofrimento, que era internalizado como uma culpa, uma incapacidade própria de ser como deveria ser.

Para a Psicologia Social do Trabalho, compreender estas diversas expressões da relação entre sujeitos e trabalho nos faz resgatar pontos de aproximação e de reflexões acerca da constituição do sujeito na relação com suas tarefas, com os demais e com o próprio ofício. Analisando estas questões, nos aproximamos do debate construído por Silva e Ramminger (2014), tomando o trabalho como operador de saúde. Para elas, o trabalho permitiria ao sujeito equilíbrio, na medida que cria condições de agir sobre suas tarefas e não somente reagir a elas. Este processo se inicia na distância entre a prescrição normativa, planejada e a experiência com o trabalho realizado. Esta questão se exprime de maneira clara com os entrevistados, sendo unânime a constatação de que o cotidiano da profissão se distancia do que é transmitido como prescrição durante a formação em suas trajetórias como policiais militares.

Para mim, existe uma diferença muito grande entre o que a gente vê quando inicia a vida na PM e o que realmente é a rua. O policial só vira mesmo policial quando vai para a rua. É lá que a gente sabe se está preparado realmente para a vida. (CB31)

Uma das grandes dificuldades que a gente sente é que se você vai aplicar o que você aprende na formação, do mesmo jeito, na rua, você não consegue desempenhar bem seu trabalho. Aí, com o tempo, você pega o “bizu”, aprende com os mais experientes e vai seguindo, não é fácil ou simples, e faz muita gente adoecer. (CBF42)

É na atividade diária que o trabalhador policial se depara com as demandas que surgem para além da tarefa, visto que o cotidiano, como exposto por Oliveira (2014), Oliveira 2017 e Coutinho Oliveira (2017), é o campo do corriqueiro, do comum ao trabalhador, que tem singularidades e regularidades, mas que guarda relações com processos sociais mais amplos, ao mesmo tempo que é campo das manifestações imprevisíveis. Para que isso seja superado, é fundamental que o trabalhador possa reinventar a norma, que ele mesmo se reinvente, que muitas vezes subverta a prescrição em nome de uma equilíbrio entre si, seus pares e com a

dimensão do próprio ofício em seu caráter transpessoal. A norma que tratamos aqui não é única, mas representa o conjunto prescritivo, inclusive de valores, do campo ético e dos diversos dilemas entre produzir e cuidar. Ressaltamos ainda que esta não é uma mudança do sujeito individualmente, ela deve ser atravessada pelo debate coletivo e só assim tornar-se duradoura, propagada para outros trabalhadores.

A dimensão coletiva do trabalho, mediada pela compreensão de atividade, atrai os olhares para o conjunto de saberes constituído historicamente no processo de trabalho, os mesmos que o modelo taylorista-fordista e seus sucessores tentaram esvaziar em nome do controle e da eficiência produtiva.

Se você se fixar apenas naquilo que você aprendeu na formação, você não consegue desempenhar bem teu trabalho. É como se a gente tivesse que aprender a lição do que a rua impõe pra gente. Na época que eu entrei, seguia todo o padrão, aí a gente vai vivendo e aprendendo a flexibilizar, até para a gente não pirar com tanta coisa. (CBf35)

Tem toda a burocracia, todo o processo que a gente tem que seguir, mas se você for seguir tudo, seu trabalho acaba não rendendo o que devia. Uma abordagem, se você não se impuser, não vai achar muita coisa. Sei que existem os exageros, mas se não apertar, você não consegue a informação. (SGT52)

Ressaltamos, aqui, que não se trata de uma apologia ao descarte da prescrição, ela apenas não dá conta de tudo e, se o assim fizesse, o trabalhador seria uma metáfora da máquina, algo que a ergonomia francesa já alertava. Restringir a formação do trabalhador à prescrição é desconhecer as dramáticas do uso de si, ou seja, as inúmeras possibilidades inventivas do trabalhador fazer seu trabalho. Não se trata, também, de uma valorização exclusiva do saber produzido empiricamente, visto que nos parece compreensível que a prescrição serve de alicerce para a condução de muitas ações. Para nós, este processo imbrica saber teórico-prático e não pode ser compreendido como as correntes neoliberais que ganharam força nos anos 1990, como apontam Franzoi e Fischer (2015), fragmentando em competências tomadas como saber ser, saber conviver e saber conhecer, destituindo o poder do trabalhador e limitando seu poder de agir.

Para a Psicologia Social do Trabalho, reconhecer o processo de apropriação e transformação do trabalho em alinhamento com o coletivo, em consonância com o conceito de gênero na clínica da atividade, por exemplo, se revela de grande importância, pois enuncia uma diversidade de processos de subjetivação. A atribuição de sentidos e significados presentes na compreensão da ação individual e desta dentro de um coletivo faz com que o sujeito gerencie

uma identidade que é baseada nas suas ações, na dos pares e na imagem compartilhada do ofício que está assumido.

Me vejo um profissional, sempre fiz meu trabalho bem-feito, sem erros graves. Frustra muito a gente ver a imagem dos maus policiais manchar a PM. (CBF35)

Quando fui nomeado e comecei a trabalhar, “pilhadão”, eu tive a sorte de encontrar com uns antigos que me deram muito toque. A gente vai se reorientando, procurando cooperar para todo mundo fazer bem o trabalho. Hoje eu acho que sou muito deles. (SGT48)

Acho que a gente vai aprendendo e se tornando um profissional bom quando a gente tem supervisão. Na faculdade, eu me espelhava muito nos meus supervisores, assim como foi na polícia quando comecei. Quero dar orgulho a eles todos. [...] procuro hoje, assumindo a função que tenho, ser espelho também para quem entra. Isso levanta a moral. (CB34)

Cuidar do trabalho passa a ser uma prática de cuidado de si, dos outros e com os outros. O gênero delimita orientações que, diferentes da prescrição formal, não impossibilitam a revisão da norma, ao contrário, se cria espaço para isso, um espaço que deve sempre passar pelo contraditório, pela diferença. Nesse debate, emerge o estilo, a possibilidade de o trabalhador contribuir com o gênero, com sua propagação, como mostra Lima (2007) e Clot e Faïta (2016).

O gênero não se refere apenas a coisas virtuosas da atividade, ele também comporta aspectos problemáticos. Se a prescrição engessa e impede as variações, quando essa coletividade do trabalho também se engessa, ela faz necrosar a atividade. Portanto, o gênero deve possibilitar o espaço aberto para o debate e não o evitar ou criar zonas de não conflito sob pena de cristalizar a atividade, análogo ao que faz a prescrição formal. Todos os impedimentos resvalam nas formas de equilíbrio dos sujeitos e, conseqüentemente, na expressão da sua saúde.

Hoje, eu procuro ter um diálogo mais próximo com o pessoal que trabalha comigo, não é só empurrar goela abaixo, a mente do pessoal é diferente da época que eu entrei, então não posso fazer o mesmo que fizeram na minha época. Oriento, explico e, se o cara vai por outro caminho, é porque quer e não por falta de diálogo (SGT48)

Cheguei a participar de umas formações para monitores do curso de formação, sabe, mas não escutam policiais de patentes menores. A minha formação permitia ver que o que estavam fazendo não era o correto, mas, mesmo assim, parecia que ninguém me escutava. Acabei desistindo de participar. (CB34)

Tem duas grandes felicidades aqui, a entrada e a saída. Não que eu seja ingrato com o meu trabalho, mas estou insatisfeito, a rigidez de muitas condutas deixa a vida difícil, a gente acaba tendo que engolir sapos, fazer vista grossa. Eu às vezes demorava a dormir incomodado com muitas coisas, até o ponto em que me obriguei a passar em algo melhor. Carregarei a experiência. E agradecerei aos amigos quando sair. (CB30)

Se o trabalho se configura como ferramenta de operação da saúde, a compreensão de profissão assume uma posição qualitativamente diferente. A nosso ver, reconhecer-se ou se afirmar como profissional funcionaria como um catalizador da expressão de saúde. Falar de si, do lugar de profissional, afirma o lugar do “bom” trabalho, aquele que converge para o elemento coletivo do ofício, que exprime o domínio do *métier*. Vale ressaltar que alguns dos informantes relacionavam a condição profissional com ser produtivo no trabalho, uma alusão às metas e resultados que deles eram cobrados.

Se eu me vejo como profissional? Sim. [...] por quê? Eu entendo que ser profissional é desempenhar bem o seu trabalho, é dominar o que faz. Acho que a gente sente isso vindo dos colegas e do povo que usa nossos serviços. Mas assim, se eu disser que sou um profissional pronto, estou mentindo. Acho que a gente tem sempre o que aprender. (CB34)

Sim, sou profissional porque dou conta daquilo que me é pedido dentro das minhas funções. Sempre que mudei de local de trabalho tinha que reaprender a rotina, né, tinha que entender como o trabalho acontecia, porque eram contextos diferentes. Nunca tive problema com não me adaptar, não desempenhar bem meu trabalho. Gosto de me sentir produtivo e contribuir também. Antes a gente tinha até a gratificação por meta, mas aí foi incorporado, né. (SUB49)

Me considero um bom profissional, me cerco de cuidados quando estou trabalhando para não cometer erros. Teve somente uma situação aí que tive um problema e respondi um processo. Eu não estava errado, comuniquei ao meu superior, mas tinha outro que implicava muito comigo e me acusou de abandono de posto. Cheguei a cumprir detenção e isso mexeu muito comigo. No final, tudo ficou claro e hoje fica só a lembrança ruim. Me chateia por ter sido acusado de forma injusta e o pior é que nada aconteceu com quem me acusou. Aí fica a mancha, né? Mas tô tranquilo porque os colegas todos sabem, não me sinto menos profissional por isso. (SGT48)

Desde bem antes da PM eu me via profissional, nunca misturei minha vida particular com o trabalho, nunca acochambrei. A gente tem que ficar muito mais atenta, basta uma coisinha pro olhar se voltar para nós. Hoje já me sinto profissional na minha atual função. Tudo que faço fica padrão e todo mundo elogia. Aí dá orgulho. (CBF42)

Me considero profissional sim, meu trabalho segue aquilo que pedem dele. Inclusive, fora dele eu não trabalho. Os colegas até dizem: ah, mas você tem que se ligar, anda desarmado, a vagabundagem não perdoa, se te identificar vai ter B.O. Eu não penso assim, faço meu trabalho, volto pra casa e não vou me expor. Acho que isso é ser profissional, não misturar trabalho com outras coisas, né? Porque senão, você pira. Já tem muita exigência no trabalho e ficar nessa pressão nos dias de folga não dá. (SGT47)

Ocupar o lugar de profissional supera inclusive a metáfora do herói, muitas vezes associada ao ofício desses trabalhadores. A convergência desta imagem com o trabalho real, ocorre como uma estratégia compensatória da imagem negativada pela amplitude elevada de casos de abusos e excessos. Nas falas, o que se observa é que, antes do herói, devem se sobressair os trabalhadores. Para além do heroísmo, o policial militar é um trabalhador e deveria cumprir sua jornada de forma digna, reconhecido por isso.

Essa imagem de herói é complicada, leva muita gente a se ver como super-homem, a se expor sem ter noção da consequência. Acho que essa imagem é muito mais vantajosa para a instituição do que para o policial. Em geral, o herói não ouve a história. (SUB49)

As pessoas me chamavam de herói, mas eu não acho. Fiz um juramento e nele, o que eu disse, que daria a minha vida. Mas antes de tudo sou um trabalhador, que quer ser valorizado, reconhecido dessa forma, sabe? Quando fui promovido por ter retirado a criança, acho que fiz uma coisa impulsiva, quando vi, já tinha feito. Todo dia eu penso e faço meu trabalho, me dedico e raramente a gente é reconhecido como profissional por isso. (SGT48)

Durante a pandemia, muitos colegas pegaram covid, eu ficava com muito receio de pegar e voltar para casa e adoecer minha família, sabe? A gente não parou, e nem éramos vistos como heróis. Ficou muito na classe médica, né? Teve uma situação de confronto uma vez também que mexeu comigo essa coisa do herói. Um colega foi baleado, e ficou com a gente até a chegada do carro para socorrer ele. Ele estava lá como trabalhador, cumprindo as funções dele, foi baleado, o pessoal falava dele como herói, mas passou maior apanheio para se recuperar. Ficou um tempão afastado. (SUB52)

Se o discurso do heroísmo enobrece o ato do trabalho de algumas profissões, este mesmo discurso submete esses trabalhadores a uma entrega que supera suas responsabilidades, o que acaba muitas vezes os expondo a riscos maiores à saúde.

Ao mesmo tempo que a profissionalização correspondeu a um emaranhado de relações, dentro de um complexo universo laboral, nos atraiu a atenção a maneira como se individualizam condutas e se desoneram responsabilidades de instituições maiores. Se, por um lado, o coletivo do trabalho se manifesta, de outro, uma leitura de homem solipsista se assevera, fragilizando a dimensão política do trabalho e alinhando-se com práticas gerencialistas que intensificam a exploração e o sofrimento dos trabalhadores, imputando a eles todo o protagonismo.

6 REFLEXÕES E APONTAMENTOS FINAIS

Se Dâmocles experimentou o lugar de Rei e o poder decorrente dele, de forma mais intensa, experimentou a tensão de perder a vida nesse lugar e o peso que passou a carregar por estar nele. De forma análoga, o trabalhador que busca na atividade de policial militar algum poder decorrente dela e um lugar diferente dos demais cidadãos encontra cotidianamente inúmeras pressões, dificuldades e tensões para executar seu trabalho e ser, assim, reconhecido como um bom trabalhador. O campo da segurança pública sofreu diversas transformações desde a redemocratização do país e, até aqui, vem buscando modelos de trabalho que respondam à crescente demanda de escalada dos crimes e da violência, sem se afastar de servir aos cidadãos, protegendo e promovendo bem-estar a todos. Neste processo, ainda carrega a herança militarizada, fechada e de forte caráter repressor, que coloca o policial em um lugar diferente do cidadão, marcado pela repressão, pelo uso da força e reatividade.

Enveredar pelo universo dos trabalhadores da polícia militar do Ceará configurou-se como um grande desafio não somente pelas dificuldades impostas pelo contexto histórico vivenciado, mas pela complexidade de tratar um campo ainda pouco explorado pela psicologia.

A criação de espaços de debate mediados por intervenções da Psicologia Social do Trabalho tem nos apresentado fenômenos com diversas expressões, expressos em grupos diversos de trabalhadores.

Criar espaços de debate, em campos de investigação, já abordados em intervenções da Psicologia Social do Trabalho, tem revelado expressões diversas de fenômenos relacionados ao trabalho já conhecidos. Fazer isso no contexto de trabalhadores que não encontram, geralmente, espaços de expressão dos conflitos vivenciados no trabalho, se mostra ainda mais plural em manifestações e isso demandou de nós constantes reinvenções metodológicas e epistemológicas como investigadores, além inúmeras reflexões como trabalhadores.

Nesse sentido, nossa pesquisa se expressa em um duplo movimento, como nos apresenta Bendassolli (2011). Dar conta do percurso estruturado de premissas e conceitos já existentes acerca do trabalho, reafirmando-os, nos colocou em um movimento constitutivo de apropriação desta categoria pela psicologia. Em nosso caso, o diálogo com a sociologia das profissões, sociologia do trabalho, história e a própria Psicologia nos encaminhou a compreender a profissão como um campo, um espaço de socialização e disputa de poder, em interação com contextos dos usuários, e, decorrendo disso, a construção de um processo identitário que atravessa dimensões micro e macrosocial. Isso nos levou a uma segunda atitude, concomitante à primeira, um processo reconstitutivo, que delinea um olhar próprio da

Psicologia Social do Trabalho, resgatando a subjetividade em interação direta com as experiências dos trabalhadores com o trabalho e seus eventos históricos para desvelar novos sentidos e significados referidos pelos trabalhadores. Este debate nos levou a revisitar constantemente nosso modelo metodológico, ajustando-o sempre ao cotidiano dos eventos sem que houvesse prejuízos para o rigor da investigação. A abertura ao diálogo, bem presente na constituição e expressão do gênero em nossa investigação, se mostrou também uma ferramenta fundamental, permitindo que acompanhássemos os movimentos do cotidiano dos trabalhadores de maneira fluida.

A opção por tratar das trajetórias laborais como *lócus* de produção dos sentidos e significados atribuídos à profissionalização, tomado como nosso objetivo, nos pareceu uma abordagem exitosa, mostrando de maneira processual expressões da subjetividade produzidas em suas diversas relações com coletivos.

Mesmo com mudanças na qualidade formativa anterior ao ingresso na Polícia Militar do estado do Ceará, o que observamos é que marcadores sociais ainda delimitam a composição de corpo, mesmo observando uma maior diversidade dentro do contingente. Falas que se remetem à opção pela carreira devido a limitações financeiras ou ao vislumbre de uma estabilidade predominam entre os informantes da nossa pesquisa, além de observarmos uma tentativa de continuísmo de uma experiência militar pregressa. O que, para nós, pode sinalizar uma tentativa de superar a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Profissionalizar-se apresentou-se como ascender a um lugar social reconhecido pelos pares e validado pela sociedade, um campo onde o sujeito consegue se reconhecer e ser reconhecido como ente contribuinte.

Apesar de não ter sido foco da nossa investigação, a saúde dos trabalhadores acompanhados foi uma temática que transversalizou a fala de todos, nos levando a compreender a profissionalização também a partir desta relação. Se, nos estudos em Psicologia Social do Trabalho, trabalhar tem uma relação íntima com a díade saúde-sofrimento, profissionalizar-se pareceu funcionar como uma tentativa de afirmar-se no campo saudável, uma espécie de catalizador da saúde. Atribuímos isso ao fato de entendermos que tomar-se como profissional seria vincular-se ao bom trabalho, direcionando a atividade para aquilo que o ofício define como bom. Na mesma medida, dentro deste percurso, vemos fortalecido o projeto de fragilização política do trabalhador, que replica os discursos individualizantes e culpabilizantes, ressaltando a compreensão de competências como estando em uma dimensão individual quando se afasta do bom trabalho.

Acreditamos que tornar a polícia mais profissional não perpassa somente a reformulação curricular, com o acréscimo de horas de formação composta por conteúdos que aproximem o trabalhador de informações críticas, mas da necessidade destas informações ganharem reverberação no cotidiano desses trabalhadores, no diálogo que permita ao trabalhador rever seu ofício. Diferentemente do que se tem buscado fazer desde o advento da administração científica, dos modelos produtivos em larga escala, nosso entendimento é de que se busque transformar o trabalho e não o trabalhador. O trabalho padronizado, buscado pelo modelo da polícia militar, satisfaz um ideal mecânico de trabalhador, executor da tarefa, vinculado a uma reatividade, no qual, mesmo que tente incorporar discursos como o de competência, fundada no modelo neoliberal de trabalho, retorna para o controle e obediência da tropa, o que talvez esteja na origem da busca pela polícia modernizada.

Um indicativo tirado de nossas reflexões é que trabalhos futuros possam aprofundar o tema propondo intervenções coletivas, promovendo mais que um espaço de autoconfronto, mas um debate entre pares, com espaço para a contradição emergir, transformar e ser transformada.

Por fim, nosso trabalho tenta contribuir com os estudos em Psicologia Social do Trabalho, trazendo a experiência dos sujeitos para o centro do debate, não sendo apenas uma análise subjetivista ou individualizante do processo de subjetivação, reconhecendo que o trabalho e, de forma especial para nós, a compreensão de profissionalização, possui múltiplos atravessamentos, o que tornaria qualquer tentativa de compreensão estável ou prescritiva uma ficção. Mais que respostas, nosso trabalho tenta se colocar como canal de expressão dos sujeitos para a abertura de possíveis transformações do trabalho, deles e dos coletivos dos quais fazem parte, bem como inspiração para futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, P. A. T.; KRAWULSKI, E. Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 211-226, dez. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 abr. 2020.

ALMEIDA, J. R. **Tropas em protesto**: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALONSO, L. E. **Trabajo y ciudadanía**: estudos sobre la crisis de la sociedad salarial. Madrid: Fundación 1 de Mayo, 1999.

ALVES, G. A. P. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho** - Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ALVES, G. A. P. **A condição de proletariedade** - A precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Editora Práxis, 2009.

ALVES, G. Et all (org). **Métodos e Técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Praxis, 2014.

ALVES, J. M. da S. **A formação policial militar e as exigências de uma atuação policial profissional e cidadã (a experiência da formação dos policiais do Ronda do Quarteirão)**. 2009. Monografia (Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública), Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANGELIN, P. E. Profissionalismo e profissão: teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 3, n. 1, dez. 2010.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 87, n. 25, p. 335-351, ago. 2004.

ANTUNES, R. **Adeus Ao Trabalho?** (Ensaio Sobre As Metamorfoses e A Centralidade do Mundo do Trabalho). 10. ed. São Paulo, SP/Campinas, SP: Cortez/Editora da UNICAMP, 2005.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Uberização, **Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTOMATTEI, P. La formation des policiers. **Pouvoirs**, Paris, n. 102, p. 57-69, 2002.

AQUINO, C. A. B. Uma perspectiva psicossocial do tempo livre. *In*: SILVA, Maria de Fátima de Sena e *et al.* **Psicologia Social**: desdobramentos e aplicações. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 191-215.

AQUINO, C. A. B. de. Contribuições da análise sociológica do discurso às pesquisas no campo do trabalho. In: ALVES, G.; SANTOS, J. B. F. dos (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa sobre o mundo do trabalho**. Bauru: Práxis, 2014. Cap. 12. p. 193-203.

AQUINO, C. A. B. de. *et al.* O fenômeno da precarização e flexibilidade do trabalho na Universidade Pública do Brasil: o caso dos professores temporários. **Athenea Digital. Revista Athenea**, v. 14, n. 1, p. 173-193, fev. 2014. Disponível em: <http://atheneadigital.net/article/view/v14-n1-brazmoitacorreaetal/1004>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ARAÚJO, Leticia de Sousa. **Entre Vigilâncias e Ilegalismos: cotidiano e práticas policiais do ronda do quarteirão no Ceará**. 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Sociologia, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

ARAÚJO FILHO, W. **Preparados para o fracasso?: polícia e política no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004

Ascom SSPDS. CPraio da Polícia militar do Ceará completa 16 anos. **Portal do Governo do Estado do Ceará**, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/03/12/cpraio-da-policia-militar-do-ceara-completa-16-anos/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BARBOSA, M. C. **Desmilitarização da Polícia Militar: o que pensam os oficiais da polícia militar do Ceará?** 2015. TCC (Graduação em Serviço Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

BARREIRA, C. (org.). **Questão de segurança: políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

BARREIRA, C.; RUSSO, M. B. O Ronda do quarteirão - relatos de uma experiência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 282-297, ago./set. 2012.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparacida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

BARROS, L. A. **Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial**. 2005. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Ciências Políticas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BASTOS, C.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BATISTA, E. A dialética da reestruturação produtiva: a processualidade entre Fordismo Taylorismo e Toyotismo. **Aurora (UNESP Marília)**, v.7, n. 2, p. 17-34, 2014.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: o modelo profissional burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 65-96, mar. 2011.

BENDASSOLLI, P. F. Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 75-84, abr. 2011.

BEZERRA, N. R. Entre Escravos e Senhores: a ambiguidade social dos capitães do mato. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 39, ano 6, 2004.

BIZERRA, F. de A. Taylorismo, fordismo e toyotismo: cui prodest? *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: TRABALHO E POLÍTICAS, 2., 2017, Florianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis, 2017.

BRAGA, R. **Rebeldia do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, 1997.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2013000100162&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A Reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

BRITO, Daniel Chaves de; SOUZA, Jaime Luiz Cunha de; LIMA, Roseane Magalhães. Policiais e o “bico”: a formação de redes de trabalho paralelo de segurança. **Revista Brasileira de Segurança Pública** 8, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 156-171, 2011. Bimestral. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/9>. Acesso em: 15 out. 2021.

CALIXTO, C. C. O Estado-Nação e o Século XX. **Revista do Caap**, Belo Horizonte, n. 1, p. 25-50, dez. 2007.

CARNEIRO, E. **Antologia do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: AGIR Editora, 2005.

CARVALHO, A. M. P. de. O ofício da pesquisa em tempos contemporâneos: a ousadia da construção teórica e da criação de vias metodológicas. *In*: ALVES, G. *et al.* (org.). **Métodos e técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Praxis, 2014. Cap. 1. p. 11-28.

CARUSO, H. G. C. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do “fazer policial” entre as praças da PMERJ**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

COELHO-LIMA, F. **A Psicologia do Trabalho e das Organizações na formação do psicólogo no Brasil**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COELHO, R. N. ; AQUINO, Cassio Adriano Braz de . Inserção Laboral, Juventude e Precarização. **Revista Eletrônica de Psicologia Política** (En línea) , v. 9, p. 275-289, 2009.

COELHO, R. N; Estramiana, José Luis Álvaro and Luque, Alicia Garrido Juventud alargada y trabajo: desafíos del mundo laboral en las experiencias de jóvenes brasileños y españoles. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Dic 2014, vol.14, no.4, p.417-427.

CLOT, Y. **A função psicológica do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do Mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, A. T. M.; MATTOS, M. J. S.; SANTOS, L. M. dos. Os Novos Padrões de Seleção na Polícia Militar do Distrito Federal. **Desigualdade & Diversidade**: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 115-132, dez. 2012.

COTTA, F. A. Os terços de homens pardos e pretos libertos: mobilidade social via cargos militares em minas gerais no século XVIII. **Mneme**: Revista de Humanidades, Caicó, v. 3, n. 6, p. 1-19, 2002.

COTTA, F. A. Os quadrilheiros no caleidoscópio: um exercício de história comparada entre Portugal, Brasil e Peru. *In*: SIMPÓSIO ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGEM: HISTÓRIAS COMPARADAS, 2., 2006, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Histórias Comparadas, 2006.

COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a polícia no Brasil: a construção da ordem imperial numa sociedade mestiça. **Revista de História e estudos Culturais**, v. 6, n. 2, 2009.

COTTA, F. A. **Matrizes do Sistema Policial Brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

COTTA, F. A. A emergência do “Militar de Novo Tipo”: um estudo na Polícia Militar de Minas Gerais. *In*: RODRIGUES, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (org.). **História Militar**: Entre o debate local e o nacional. Jundiaí: Paco, 2018, p. 175-196.

COUTINHO, M. C.; OLIVEIRA, F. DE .; SATO, L.. Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. **Psicologia USP**, v. 27, n. 2, p. 289–295, maio 2016.

COUTINHO, M. C. ; OLIVEIRA, F . Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades Psicologia social do trabalho. *in*: M. C. Coutinho; M. H. Bernardo; L. Sato. (Org.). **Psicologia social do trabalho**. 1ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, v. , p. 81-102.

COUTO, A. C. N. do. A teoria de Freidson como ferramenta metodológica para compreensão da profissão do Músico acadêmico. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 25., 2015, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, 2015.

DA CRUZ, M. A.; PYLRO, S. C. A fundada Suspeita e a abordagem policial. *Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 19, n. 1, p. 64-81, Acesso em 21 abr. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DINIZ, M. **Os donos do Saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUARTE, Anderson. Robocop: uma crítica ao empresariamento da segurança pública nas sociedades de controle. **O PÚBLICO E O PRIVADO (UECE)**, v. 1, p. 211-222, 2016.

DRUCK, G.; DUTRA, R.; SILVA, S. C. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-306, ago. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000200289&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 abr. 2021.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução de Annette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto: Porto Editora, 1997.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 146, p. 351-367, ago. 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742012000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2019.

Durão, S. Ser ou não ser polícia. Uma profissão?. : Delicado, Ana; Vera Borges; Steffen Dix. (Org.). **Profissão e Vocação. Ensaios sobre Grupos Profissionais**. 1ed.Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, v. 1, p. 275-300.

DURKHEIM, É. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EGE, F. T. **Uma breve história da polícia no Brasil**: militarização, mitos e contradições. 4. ed. São Paulo: Santarém/Clube dos Autores, 2017.

ELIAS, N. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, dez. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73311997000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Ano 14, 2020.

FRAGA, C. K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 5, n. 2, p. 1-19, 20 dez. 2006.

FRANÇA, F. G. **Sob a aparência da ordem**: sociabilidade e relações de poder na implantação da polícia solidária em João Pessoa-PB. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FRANZOI, N. L. Da “profissão de fé” ao “mercado em constante mutação”: trajetórias e profissionalização de desempregados. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 107-122, 2006.

FRANZOI, N.; FISCHER, M. C. Saberes do Trabalho: situando o tema no campo trabalho-educação. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 30 jun. 2015.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Edusp, 1988. (Coleção Clássicos, n. 12).

FREIDSON, E. Para uma Análise Comparada das Profissões: A Institucionalização do Discurso e do Conhecimento Formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ano 11, n. 31, p. 141-155, 1996.

FRIGOTTO, G. Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 228-248, dez. 2015.

HARVEY, David. **A condição Pós Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Eduções Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Para entender O Capital**: livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2010.

HASENBALG, Carlos. A transição da escola para o trabalho. Hasenbalg, Carlos; Valle Silva, Nelson do (Orgs). **Origens e destinos**. Rio de Janeiro, ToopBooks, 2003.

HOLANDA, João Javier. **Polícia Militar do Ceará**: origem, memória e projeção. Fortaleza: IOC, 1987

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GODOI, C. K.; COELHO, A. L de A. L.; SERRANO, A. Elementos epistemológicos e metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo possibilidades para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 70, p. 509-535, set. 2014.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198492302014000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 ago. 2017.

GODOI, C. K. Análise do Discurso na perspectiva da interpretação social dos discursos: uma possibilidade aberta aos estudos organizacionais. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 90-105, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

GONÇALVES, C. M. Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 17, p. 177-223, 2008.

GONDIM, L. M. de P. **Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “Governos das Mudanças” no Ceará (1987-1994)**. Ijuí: Unijuí, 1998.

GROPPO, L. A. Das origens ao colapso do Estado de Bem-Estar: uma recapitulação desmistificadora. **Revista Histedbr On-Line**, n. 20, p. 68-75, dez. 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Ipiranga: Loyola, 2008.

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KROEFF, M. S. *et al.* Sociologia das profissões e o profissional da informação. **Comunicação & Informação**, v. 20, n. 3, p. 18-33, 31 dez. 2017.

LHULIER, D. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 483-492, 2013. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822013000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2021.

LIMA, Í. E. P. de. **Eu Tenho trabalho, eu sou cidadão!:** considerações acerca da compreensão de cidadania por auxiliares de enfermagem da Cidade de Fortaleza. 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

LIMA, M. E. A.. Contribuições da Clínica da Atividade para o campo da segurança no Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 32, n. 115, p. 99-107, jan. 2007.

LINHART, Danièle et al. Modernização e Precarização da vida no Trabalho. In: ANTUNES, Ricardo et al (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 464.

LHUILIER, Dominique. Trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 483-492, 2013.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MARÇAL, H. I. F. *et al.* Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
MATTOS, F. A. M. de. Trajetória do emprego público no Brasil desde o início do século XX. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 91-122, jun. 2015.

MAZER, S. M.; MELO-SILVA, L. L. Identidade profissional do Psicólogo: uma revisão da produção científica no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 276-295, jun. 2010. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2020.

MÉDA, D. **El Trabajo: un valor en peligro de extinción**. Barcelona: Gedisa editorial, 1998.

MELLO, C. F. P. de. Os corpos de ordenanças e auxiliares: sobre as relações militares e políticas na América portuguesa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 45, n. 2, p. 29-56, 31 dez. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v45i0.7944>.

MELO, T. de S. **Policiamento comunitário no Rio de Janeiro: uma estratégia de ampliação do controle social no contexto do neoliberalismo**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

MIRANDA, A. P. M. . Dilemas da formação policial: treinamento, profissionalização e mediação. **Educação Profissional** (Brasília. Online) , v. 3, p. 119-128, 2008

NARDI, H.C.; TITTONI, J.; BERNARDES, J. Subjetividade e trabalho. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário crítico de trabalho e tecnologia**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, Trabalho e Subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MENDES, Marcos Batista. **Visões de um quadro complexo: a violência policial no espelho das representações sociais**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2007.

MUNIZ, J.; CARUSO, Há.; FREITAS, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 84, p. 148-187, 9 out. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.17666/bib8405/2018>.

MUNIZ, J. A Crise da Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. Rio de Janeiro, **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p.177-196, 2001.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara M. Polícia e gênero: Presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim Segurança e Cidadania**, n. 7, maio de 2004.

NUMMER, Fernanda Valli. **Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar**. Niterói: EdUFF, 2014.

OLIVEIRA, Fábio de. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. *Psicologia USP*, v. 25, n. 1, p. 41–50, jan. 2014.

OLIVEIRA, F. de. O trabalho como fenômeno psicossocial. *In: SILVA JUNIOR, N. da et al. (org.). A psicologia social e a questão do hífen*. São Paulo: Blucher, 2017. p. x-x.

OLIVEIRA, T. S.; FAIMAN, C. J. S. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 2, p. 607-615, jun. 2019.

PACHECO NETO, M. **Heróis nos livros didáticos: bandeirantes paulistas**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

PASSOS, S. S.; LUPATINI, M. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 132-142, 2020.

PEDROSO, R. C. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Fapesp, 2005.

PEREIRA, M. S. A psicologia Social do Trabalho como Campo de práticas, saberes e resistências. **Psicologia & Sociedade**, c. 32, p, 2020

Picanço, Felícia Silva. JUVENTUDE E TRABALHO DECENTE NO BRASIL - uma proposta de mensuração. **Caderno CRH [online]**. 2015, v. 28, n. 75 [Acessado 26 Novembro 2022] , pp. 569-590. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300008>>. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000300008>.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 5, p. 173 a 199, 1998. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7762>. Acesso em: 2 maio. 2023.

PINHEIRO, A. dos S. **Polícia comunitária e cidadã**. Crato: Rsd, 2014.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, M. Trabalho e formação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 nov. 2020.

PONCIONI, P. F. **Tornar-se policial: a construção da identidade profissional do policial no estado do Rio de Janeiro**. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PONCIONI, P. F. O modelo policial profissional e a formação do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.20, n.3, p. 585-610, 2005.

PONCIONI, P. F. Discursos e práticas na formação profissional do policial para gestão da segurança pública: o caso do Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII., 2007, Recife. Anais [...]. Recife: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito**: abordagem policial e discriminação na sociedade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REIS, D. B. A MARCA DE CAIM: as características que identificam o “suspeito”, segundo relatos de policiais militares. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 15, n. 36, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18627>. Acesso em: 28 abr. 2022.

RIBEIRO, C. V. dos S.; MANCEBO, D. O servidor público no mundo do trabalho do século XXI. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 192-207, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100015&lng=en&nrm=iso.

RIBEIRO, M. A. Integrating discursive validation in career counselling: an emancipatory strategy to foster decent working trajectories and social justice. **British Journal of Guidance & Counselling**, v. 1, p. 1-13, 2020.

RICCIO, V. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1111-1126, dez. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022017000401111&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2020.

RODRIGUES, M. L. **Sociologia das Profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

RONDON FILHO, E. B. A polícia militar sob a lupa da investigação científica. *In*: NUMMER, F. V.; FRANÇA, F. G. (org.). **Olhares Sobre A Polícia Militar**: questões metodológicas. Belém: Gapta/UFGPA, 2018. Cap. 1. p. 15-49.

ROSEMBERG, A. Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no império e na primeira república. **Em Tempo de Histórias**, n. 13, p. 63-81, abr. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/emtempos.v0i13.20028>.

ROSSO, S. dal. **Mais Trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

RUDNICKI, Dani. A polícia (brasileira) contemporânea no Estado Democrático de Direito. **Violência e Cidadania**, p. 197, 2011.

SÁ, Leonardo . **Os filhos do estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Sandel, Michael J. **O QUE O DINHEIRO NÃO COMPRA: OS LIMITES MORAIS DO MERCADO**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2012

SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., RUSSO, M., org. **Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais** [online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, L. C. *et al.* Psicologia e profissão: neurose profissional e a atuação do psicólogo organizacional frente à questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 248-261, jun. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 mai. 2020.

SANTOS, J. B. F.; OSTERNE, M. do S. F.; ALMEIDA, R. de O. Entrevista como técnica de pesquisa no mundo do trabalho. *In:* ALVES, G. *et al.* (org.). **Métodos e técnicas de Pesquisa sobre o Mundo do Trabalho**. Bauru: Práxis, 2014. Cap. 1. p. 29-52.

SATO, L.; BERNARDO, M. H.; OLIVEIRA, F. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicología para a América Latina**, México, n. 15, 2008.

SATO, L.; COUTINHO, M. C.; BERNARDO, M. H. A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho. *In:* SATO, L. *et al.* (org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. n/e. Edição Kindle.

SCHMITZ, A. A. Max Weber e a corrente neweuberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, v. 11, n. 1, p. 10-29, 31 jul. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2014v11n1p10>.

SILVA, L. G. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, v. 1, n. 169, p. 111-144, dez. 2013.

SILVA, M. de F. de S. (org.). Psicologia Social e a Psicologia Social do Trabalho. *In:* SILVA, M. de F. de S. *et al.* **Psicologia Social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras, 2004. p. 93-114.

SILVA, C. O.; RAMMINGER, T. O Trabalho como operador de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4758, dez. 2014

SIMÕES, M. **A História da Brigada Militar** – Para fins Didáticos e de Palestras. Porto Alegre: Editora APESP, 2002.

SOARES, L. E. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUSA, R. C. de; MORAIS, M. S. A. Polícia E Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. *In:* JORNADA INTERNACIONAL DE PÚBLICAS- JOINPP, 5., 2011, São Luís. **Anais [...]** São Luís: UFMA, 2011. p. 1-10.

SOUSA, E.B.L.; Atuação do Ronda do Quarteirão: formação, práticas policiais e perspectiva comunitária. In: Mota Brasil, Glaucéria; Almeida, Rosemary de Oliveira; Freitas, Geovani Jacó de.. (Org.). **Dilemas da “nova” formação policial: experiências e práticas de policiamento. 1ed.** Campinas: Pontes Editores (Coleção Sociedade e Políticas Públicas), 2015, v. 1, p. 117-134.

SOUZA, Marcos Santana de. **“SOU POLICIAL, MAS SOU MULHER”:: gênero e representações sociais na polícia militar de são paulo.** 2014. 441 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Ciências Sociais, Unicamp, Campinas, 2014.

TOMÁS, E. A.; BERNAL, A. O. (coord.) **Trabajo, individuo y sociedad.** Madrid: Pirámide, 2001.

WINTER, L. E.; ALF, A. M. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Revista Psicologia, Organizações e Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 671-678, set. 2019.

VALENÇA, M. L.; SILVA, K. V. O terço dos Henriques: a formação de uma elite de cor em Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. **Mneme: Revista de Humanidades**, Caicó, v. 9, n. 24, p. 24-34. 2008.

VIANNA, A. M. Algumas implicações de ‘Moderno’ em ‘Estado Moderno’. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 205-216, 19 dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/actascihumansoc.v33i2.10955>.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. (org.). Inserção profissional do Psicólogo em Organizações e no Trabalho. In: ZANELLI, J. C. *et al* (org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.** Porto Alegre: Artmed, 2004. Cap. 15. p. 466-491.